

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

MARÇO/2011

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno (Controladoria Geral da União) e externo (Tribunal de Contas da União) como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, da Decisão Normativa TCU nº 110/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações da Portaria CGU nº 2.546/2010.

Brasília, 03/2011

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEGE – Assessoria Especial de Gestão Estratégica
AGU – Advocacia Geral da União
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ARP – Adesão de Registro de Preços
ASCOM – Assessoria de Comunicação Social
ASSEC – Assessoria Econômica
CAC – Coordenação de Administração de Contratos
CAEEB – Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras
CEB – Companhia Energética de Brasília
CEPEL – Centro de Pesquisa de Energia Elétrica
CFTV – Circuito Fechado de Televisão
CGCC – Coordenação-Geral de Compras e Contratos
CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CGRL – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU – Controladoria Geral da União
CMA – Coordenação de Modernização Administrativa
CNAE – Cadastro Nacional de Atividades Econômicas
COAGE – Coordenação de Atividades Gerais
CODES – Coordenação de Desenvolvimento e Seguridade Social
CONJUR – Consultoria Jurídica
CPCT – Central Privada de Comutação Telefônica
CPD – Centro de Processamento de Dados
CPRM – Serviço Geológico do Brasil
CPS – Compras Públicas Sustentáveis
DDE – Departamento de Desenvolvimento Energético
DIOBE – Divisão de Obras e Serviços de Engenharia
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
DocFlow – Sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos e Processos
EBC – Empresa Brasileira de Comunicação
ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil
GDAIE – Gratificação de Desempenho de Atividades em Infraestrutura
GEAP – Fundação de Seguridade Social
GED – Gestão Eletrônica de Documentos
GM – Gabinete do Ministro
GSISP – Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática
ILB – Instituto Legislativo Brasileiro
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAS – Média de Afastamento por Servidor
MCU – Unidade de Controle Multiponto
MME – Ministério de Minas e Energia
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

NESA – Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental
NO – Norma Operacional
OCI – Órgão de Controle Interno
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PODE – Plano de Orientação e Desenvolvimento de Estagiários
PPA – Plano Plurianual
PSI – Política de Segurança da Informação
RFID – Identificação por Rádio Frequência
SE – Secretaria-Executiva
SEE – Secretaria de Energia Elétrica
SFC – Secretaria Federal de Controle
SGM – Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Serviços Gerais
SICAF – Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SICP – Sistema Integrado de Controle de Processos e Documentos
SIDECA – Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras e Contratações
SIDERBRÁS – Siderurgia Brasileira
SIG – Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIORG – Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SIPEC – Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
SPE – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético
SPG – Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SRH – Secretaria de Recursos Humanos
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SubSIGA – Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos do MME
TCU – Tribunal de Contas da União
TESA – Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento
TI – Tecnologia da Informação
TMA – Tempo Médio para Concessão de Aposentadoria
UG – Unidade Gestora
UGO – Unidade Gestão Orçamentária
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual (Quadro A.1.1).....	11
Quadro 2 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo (Quadro A.2.1).....	14
Quadro 3 - Execução Física das Ações Realizadas pela UJ (Quadro A.2.2).....	16
Quadro 4 - Identificação das Unidades Orçamentárias (Quadro A.2.3).....	42
Quadro 5 - Programação de Despesas Correntes (Quadro A.2.4).....	43
Quadro 6 - Programação de Despesas de Capital (Quadro A.2.5).....	43
Quadro 7 - Quadro Resumo da Programação de Despesas (Quadro A.2.6).....	44
Quadro 8 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (Quadro A.2.7).....	45
Quadro 9 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ (Quadro A.2.8).....	46
Quadro 10 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ (Quadro A.2.9).....	47
Quadro 11 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ (Quadro A.2.10).....	48
Quadro 12 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (Quadro A.4.1).....	63
Quadro 13 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação Apurada em 31/12/2010 (Quadro A.5.1).....	64
Quadro 14 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010 (Quadro A.5.2).....	66
Quadro 15 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12/2010 (Quadro A.5.3).....	66
Quadro 16 - Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12/2010 (Quadro A.5.4).....	67
Quadro 17 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12/2010 (Quadro A.5.5).....	67
Quadro 18 - Composição do Quadro de Estagiários (Quadro A.5.6).....	67
Quadro 19 - Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010 (Quadro A.5.7).....	68
Quadro 20 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene (Quadro A.5.8).....	71
Quadro 21 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra (Quadro A.5.9).....	72
Quadro 22 - Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra (Quadro A.5.10).....	73
Quadro 23 - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência (Quadro A.6.1).....	74
Quadro 24 - Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes (Quadro A.6.3).....	75
Quadro 25 - Estrutura de Controles Internos da SPOA (Quadro A.9.1).....	77
Quadro 26 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis (Quadro A.10.1).....	79
Quadro 27 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União (Quadro A.11.1).....	85
Quadro 28 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros (Quadro A.11.2).....	85
Quadro 29 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ (Quadro A.11.3).....	86
Quadro 30 - Gestão de TI da UJ (Quadro A.12.1).....	87
Quadro 31 - Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	88
Quadro 32 - Despesa com Cartão Corporativo (Série Histórica).....	88
Quadro 33 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício (Quadro A.15.1).....	89
Quadro 34 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI (Quadro A.15.3).....	93
Quadro 35 - Declaração do Contador com Ressalva (Quadro B.1.2).....	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados Gerais do Programa 0089.....	17
Tabela 2 - Dados Gerais do Programa 0750.....	17
Tabela 3 - Dados Gerais da Ação 2000.....	18
Tabela 4 - Dados Gerais da Ação 4572.....	31
Tabela 5 - Dados Gerais da Ação 2011.....	31
Tabela 6 - Dados Gerais da Ação 2012.....	32
Tabela 7 - Dados Gerais da Ação 2010.....	32
Tabela 8 - Dados Gerais da Ação 2004.....	32
Tabela 9 - Dados Gerais da Ação 09 HB.....	33
Tabela 10 - Dados Gerais da Ação 20CW.....	33
Tabela 11 - Dados Gerais da Ação 0181.....	33
Tabela 12 - Quadro Geral de Pessoal.....	34
Tabela 13 - Servidores do Quadro de Pessoal, em Exercício na SPOA - 2010.....	35
Tabela 14 - Pessoal Requisitado em Exercício na SPOA - 2010.....	35
Tabela 15 - Pessoal em Exercício nas Áreas Finalísticas e de Suporte do MME.....	35
Tabela 16 - Admissão/Exercício de Analistas de Infraestrutura.....	35
Tabela 17 - Despesas de Pessoal do MME.....	36
Tabela 18 - Ações de Treinamento.....	37
Tabela 19 - Servidores Capacitados na Educação Formal.....	38
Tabela 20 - Eventos de Capacitação realizados por Unidades do MME - 2010.....	38
Tabela 21 - Plano de Saúde GEAP.....	39
Tabela 22 - Plano de Saúde Aliança.....	40
Tabela 23 - Áreas de Assistência à Saúde.....	40
Tabela 24 - Ações de Qualidade de Vida.....	41
Tabela 25 - Campanha de Vacinação contra Gripe no MME.....	42
Tabela 26 - Execução Orçamentária das Despesas Discricionárias do MME - 2010.....	104
Tabela 27 - Demonstrativo Detalhado dos Processos de Licitação por Modalidade no Exercício de 2010.....	109
Tabela 28 - Pregões Eletrônicos Realizados em 2010.....	110
Tabela 29 - Pregão Presencial Realizado em 2010.....	117
Tabela 30 - Dispensas de Licitações Realizadas em 2010.....	117
Tabela 31 - Adesões a Registros de Preços Realizados em 2010.....	125
Tabela 32 - Aplicação de Penalidades Resultante dos Procedimentos Licitatórios Realizados em 2010.....	127
Tabela 33 - Contratos de Serviços Contínuos – Exercício - 2010.....	130
Tabela 34 - Relação de Contratos Vigentes - Não Contínuos - 2010.....	136
Tabela 35 - Relação de Processos com Aplicação de Penalidades no Exercício de 2010.....	139

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Organograma da SPOA.....	8
Gráfico 2 - Pregão Eletrônico, Dispensa de Licitação e Adesão a Registros de Preços Realizados em 2010.....	129

SUMÁRIO

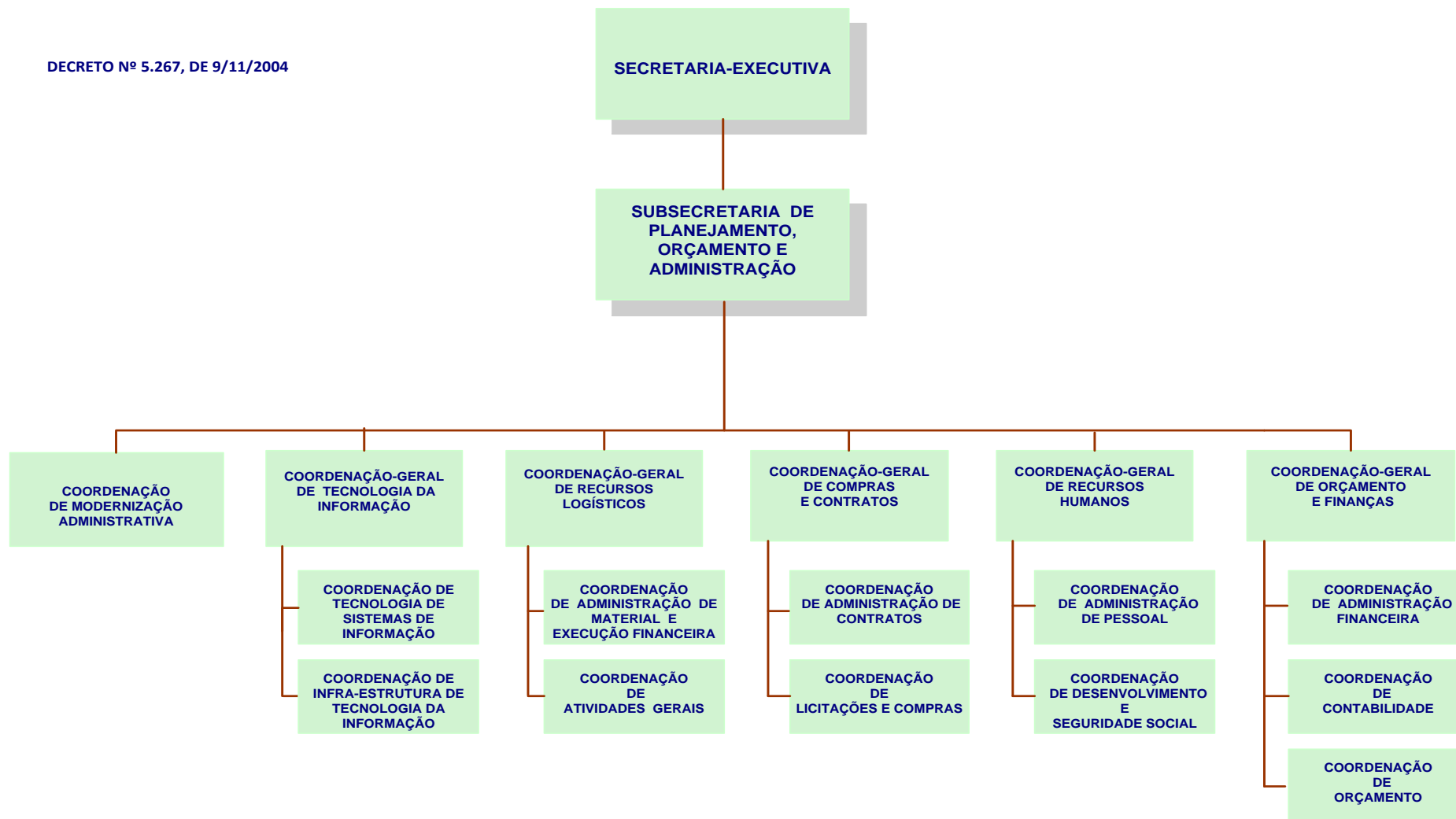
INTRODUÇÃO	9
1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	11
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E (OU) PROGRAMÁTICOS	12
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	12
2.1.1 Competência Institucional	12
2.1.2 Objetivos Estratégicos	12
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	13
2.3 PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	13
2.3.1 Execução dos Programas sob a Responsabilidade da UJ	14
2.3.2 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	16
2.3.3 Principais Ações dos Programas 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 0750 – Apoio Administrativo	17
2.3.3.1 Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	17
2.3.3.2 Programa 0750 – Apoio Administrativo	17
2.3.3.2.1 Ação 2000 – Administração da Unidade	18
2.3.3.3 Principais Resultados da Ação 2000 – Administração da Unidade	18
2.3.4 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS – CGRL	19
2.3.5 COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGTI	23
2.3.6 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH	30
2.3.6.1 Ação 4572 - Capacitações de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	31
2.3.6.2 Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	31
2.3.6.3 Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	32
2.3.6.5 Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes	32
2.3.6.7 Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	33
2.3.6.8 Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis	33
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO	42
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	42
2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes	43
2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital	43
2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas	44
2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	45
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa	46
2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	46
2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação	46
2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	47
2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	48
2.4.3 Indicadores de Desempenho	49
3. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	63
3.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	63
4. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS	64
4.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	64
4.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	67
4.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	67
4.4 QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS	68

4.5	CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA.....	71
4.6	INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	73
5.	INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO	74
5.1	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO.....	74
5.1.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2010.....	74
5.1.3	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes.....	75
6.	INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.370/1993.	76
7.	INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ.....	77
7.1	ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	77
8.	INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS	79
8.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	79
9.	INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UJ.....	85
9.1	GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	85
10.	INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	87
10.1	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	87
11.	DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	88
12.	INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES DO TCU OU ÀS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	89
12.1	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	89
12.2	RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	93
13.	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO	103
13.1	COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – CGOF	103
13.2	COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS – CGCC	107
13.3	COORDENAÇÃO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - CMA.....	140
	ANEXO I - REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV	142
	ANEXO II - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO (PARTE B - DN TCU Nº107/2010)	143

Gráfico 1 - Organograma da SPOA

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME

DECRETO Nº 5.267, DE 9/11/2004



INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Unidade Jurisdicionada, Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia, refere-se ao exercício de 2010, e foi elaborado em cumprimento às disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 110, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010, e às orientações da Portaria CGU nº 2.546, de 27 de dezembro de 2010.

Para a realização das atividades dos órgãos do MME, processo que se associa à missão da UJ, cabe à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, conduzir a execução de suas ações decorrentes da função de órgão setorial dos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração de recursos humanos e de tecnologia da informação, de serviços gerais, de modernização e inovação institucional, bem como de gestão de documentos de arquivo, no âmbito deste Ministério.

O presente relatório consolida as ações das seguintes unidades administrativas que compõem a estrutura organizacional da Subsecretaria: (i) Coordenação-Geral de Recursos Logísticos; (ii) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação; (iii) Coordenação-Geral de Recursos Humanos; (iv) Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças; (v) Coordenação-Geral de Compras e Contratos e (vi) Coordenação de Modernização Administrativa.

Entre as ações ultimadas em 2010 pela UJ, destaca-se a modernização da infraestrutura predial e de tecnologia, que abrange diversos projetos de melhoria do prédio e de modernização de equipamento, serviços e instalações na área de tecnologia da informação, de fundamental importância para assegurar as condições necessárias à manutenção e ao funcionamento dos órgãos deste Ministério, de modo que pudessem executar, de forma ágil e eficaz, as atividades estabelecidas no Decreto nº 5.267/04 e na Portaria GM/MME nº 144/06.

As instalações e reformas do prédio imprimiram confiabilidade e economia à proposta de um novo sistema de energia, situação que possibilitou o desenvolvimento de um “Projeto de Eficientização Energética”, idealizado especificamente para os sistemas de iluminação do edifício, contando com a parceria técnica da CEB – Companhia Energética de Brasília e da Secretaria de Energia Elétrica deste Órgão. Nesse contexto, é oportuno ressaltar que a Pasta do MME se converterá num dos principais exemplos de gestão e consumo energético eficientes no Brasil, podendo repassar essa tecnologia aos demais órgãos públicos.

A gestão orçamentária eficiente, que chegou ao patamar de 96,8% no exercício de 2010, demonstrando um resultado bastante satisfatório na gestão dos recursos orçamentários destinados ao MME e ao encargo desta UJ, é outra ação que merece registro e está integrada à consecução dos objetivos da Subsecretaria, em especial da ação anterior.

Não obstante os resultados favoráveis, fatores impactantes e que dificultaram o prosseguimento das ações ao encargo da SPOA foram os dois contingenciamentos ocorridos no ano passado, mais a limitação de empenho e dos pagamentos feitos, prejudicando a excelência da gestão orçamentária, visto que o pleito de ampliação dos limites somente foi atendido de forma parcial.

A estrutura do documento está de acordo com as orientações do TCU, sendo que os resultados dos Programas 0750 – Apoio Administrativo e 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, a cargo da SPOA, estão vinculados às respectivas Coordenações-Gerais, encarregadas da condução de atividades/projetos integrantes das ações dos referidos Programas. Dessa forma, além de permitir a avaliação do cumprimento das competências regimentais atribuídas à Subsecretaria, o documento confere transparência aos resultados da aplicação dos recursos.

Cabe informar que, conforme demonstrado a seguir, não se aplicam à UJ alguns itens da Parte “A” do Anexo II à DN TCU nº 277/2010, ou subitens/quadros especificados nas orientações do Anexo à Portaria-TCU nº 277/2010:

- Item 3 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos;
- Item 14 - Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ;
- Subitem 2.4.2.2 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação - (Quadro A.2.11 e Quadro A.2.12);
- Subitem 6.1.2 - Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios (Quadro A.6.2, Quadro A.6.4 e Quadro A.6.5);
- Subitens 12.2 e 12.4 (Quadro A.15.2 e Quadro A 15.4) - Deliberações do TCU e recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício. (Todas as recomendações/orientações feitas no exercício de 2010 foram atendidas).

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro 1 - Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual (Quadro A.1.1)

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia			Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração			
Denominação abreviada: SPOA			
Código SIORG: 8932	Código LOA: 32101	Código SIAFI: 320002	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público (Administração Direta do Poder Executivo Federal)			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8.411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 3319-5646	(061) 3319-5101	(061) 3319-5678 (fax)
E-mail: spoa@mme.gov.br			
Página na Internet: http://www.mme.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", Brasília-DF, CEP 70065-900.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004, publicado no DOU-1 de 10/11/2004, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério de Minas e Energia.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno da Secretaria-Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 144, de 23 de junho de 2006, publicado no DOU-1 de 26/6/2006, alterada pela Portaria nº 459, de 1º de dezembro de 2009.			
Portaria MME nº 459, de 1º de dezembro de 2009, que altera o Regimento Interno da Secretaria-Executiva.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Os produtos e serviços da SPOA são executados de acordo com orientações e normas emanadas dos órgãos centrais dos sistemas federais estruturantes.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
320002	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF		
320004	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL		
320005	Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH		
320006	Setorial Contábil		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
320002	00001 – Tesouro Nacional		
320004			
320005			
320006			
320016			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
320002		00001	

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E (OU) PROGRAMÁTICOS

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1.1 Competência Institucional

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, órgão integrante da estrutura da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia, de acordo com o estabelecido no Decreto nº 5.267, de 2004, e na Portaria Ministerial nº 144, de 2006, tem como competência regimental:

✓ planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas à organização e modernização administrativa, assim como as relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Contabilidade, de Administração Financeira, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Administração de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério;

✓ orientar e consolidar a formalização das propostas orçamentárias do Ministério e de suas entidades vinculadas, compreendendo o orçamento fiscal e o da seguridade social, compatibilizando-as com os objetivos, metas e alocação de recursos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

✓ desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério; e

✓ realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.

2.1.2 Objetivos Estratégicos

Os objetivos da UJ estão aderentes às suas competências regimentais e alinhados às diretrizes e orientações estratégicas do Ministério de Minas e Energia, em especial da Secretaria-Executiva, que coordena e supervisiona o macroprocesso de gestão interna. Assim, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração pautou suas ações no fortalecimento da função de órgão setorial dos sistemas estruturantes do Governo Federal, tendo como missão suprir as unidades organizacionais do Ministério de suas necessidades de recursos humanos, materiais e financeiros e de tecnologia da informação, em consonância com as normas técnicas emanadas dos órgãos centrais desses Sistemas.

Nesse sentido, a SPOA teve suas ações balizadas pelos seguintes objetivos específicos: (i) buscar a agilidade no atendimento de demandas das diversas unidades administrativas desta Pasta; (ii) promover a melhoria contínua da infraestrutura física e dos processos de trabalho; (iii) atuar com eficiência e transparência na gestão dos recursos orçamentários e financeiros; e (iv) incentivar a capacitação e o desenvolvimento do corpo funcional.

Com isso, ressaltam-se os principais resultados na execução de programas, projetos e ações da UJ, iniciados no exercício anterior e dado prosseguimento em 2010:

- modernização da infraestrutura predial e de tecnologia
- implementação de mecanismos de segurança física e de informação;
- promoção de políticas e ações de valorização do servidor;
- otimização dos custos nas aquisições de bens e serviços;

- gestão orçamentária eficiente;
- manutenção da alta disponibilidade do ambiente tecnológico;
- melhoria das atividades de atendimento aos usuários de serviços, tais como: help desk, telefonia, copeiragem, transporte, manutenção predial etc;
- implantação de ferramentas de gestão documental;
- implementação de sistemas para tomada de decisões estratégicas;
- ampliação das ações de capacitação de recursos humanos; e
- elaboração de instrumentos organizacionais e normas administrativas.

2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Para a otimização de resultados e a integração de esforços, a SPOA, por meio de reuniões na sua área de competência, relaciona-se de forma sistemática e contínua com os órgãos centrais dos sistemas estruturantes do Governo Federal e com as demais unidades administrativas do MME. Ainda, como estratégia adotada, procurou manter reuniões periódicas com seus gestores, a fim de orientar a observância de normativos e promover o processo de comunicação eficaz com os órgãos de controle. Assim, no exercício de 2010, a UJ empenhou-se em assegurar as condições necessárias para a manutenção e o funcionamento dos órgãos do Ministério, para que pudessem exercer, de forma ágil e eficaz, suas funções institucionais estabelecidas no Decreto nº 5.267, de 2004, e na Portaria Ministerial nº 144, de 2006.

Nesse contexto, a Subsecretaria, com vistas à realização das atividades-fim do Ministério, manteve a realização de ações integradas nas áreas de recursos humanos, de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de recursos logísticos, de tecnologia da informação, de organização e modernização administrativa, bem como de gestão de documentos de arquivo.

Ainda, no processo de planejamento e alocação de recursos aos programas e ações, a atuação da Unidade Jurisdicionada esteve alinhada às orientações e estratégias do Plano Plurianual para o período 2008-2011.

2.3 PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

No exercício de suas competências regimentais, está a cargo da SPOA a execução dos Programas **Apoio Administrativo**, código orçamentário **0750**, e **Previdência de Inativos e Pensionistas da União**, código orçamentário **0089**, por meio da efetiva coordenação, no ano de 2010, das ações específicas integrantes dos referidos Programas.

2.3.1 Execução dos Programas sob a Responsabilidade da UJ

Quadro 2 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo (Quadro A.2.1)

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo de Programa: Apoio as Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos						
Objetivos Específicos:						
Gerente:			Responsável: 92000 - Atividades Padronizadas			
Público Alvo: Governo						
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
100.319.628	136.007.904	126.634.443	121.216.008	5.418.434	121.206.090	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
-						
Análise do Resultado Alcançado:						
-						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
-						
Análise do Resultado Alcançado:						
-						

Fonte: SIAFI e LOA 2010

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Tipo de Programa: Apoio as Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes						
Objetivos Específicos:						
Gerente:			Responsável: 92000 - Atividades Padronizadas			
Público Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas						
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
68.143.771	79.073.771	78.977.815	78.977.815	-	78.977.815	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
-						
Análise do Resultado Alcançado:						
-						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
-						
Análise do Resultado Alcançado:						
-						

Fonte: SIAFI e LOA 2010

Análise Crítica

O fato de terem sido efetuados dois contingenciamentos no mesmo exercício e o atendimento apenas parcial do pleito do MME por uma ampliação nos limites de empenho e de pagamento pode ter prejudicado a gestão orçamentária da UJ, no que se refere ao pleno atingimento dos indicadores de resultado.

Dois eventos negativos prejudicaram a execução do Programa 0750 – Apoio Administrativo, sob a responsabilidade da SPOA: o corte efetuado pelo Congresso Nacional de 40% na ação 2000 – Administração da Unidade – e o contingenciamento efetuado no exercício. Nos dois casos, foram efetuadas as solicitações cabíveis – créditos adicionais e ampliação de limites de empenho e de pagamento – que tiveram atendimento apenas parcial.

2.3.2 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Quadro 3 - Execução Física das Ações Realizadas pela UJ (Quadro A.2.2)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista (LOA 2010 + Créditos)	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011 (PLOA 2011)
04	301	0750	20CW – Assistência Médica – Exames Periódicos	0001	4	Servidor Beneficiado	573	**	573
25	301	0750	2004 – Assistência Médica e Odontológica	0001	4	Pessoa Beneficiada	2151	2360	1914
25	306	0750	2012 – Auxílio-Alimentação	0001	4	Servidor Beneficiado	818	913	925
25	331	0750	2011 – Auxílio-Transporte	0001	4	Servidor Beneficiado	742	742	429
25	365	0750	2010 – Assistência Pré-Escolar	0001	4	Criança Atendida	58	47	56
25	128	0750	4572 – Capacitação de Servidores	0001	4	Servidor Capacitado	1359	1485	270
9	272	0089	181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões	0001	4	Pessoa Beneficiada	1720	1631	-

Fonte: LOA 2010, PLOA 2011 e CGRH

Observação: As informações do quadro 3 demonstram a execução física das ações realizadas pela UJ como responsável da gestão do contingente de recursos humanos do MME.

Análise crítica

No que concerne à ação “20CW – Assistência Médica – Exames Periódicos”, a previsão para realização de exames periódicos dos servidores e empregados do MME foi prevista para ocorrer em meados de novembro de 2010, entretanto, o Pregão Eletrônico 27/10-MME, instaurado para tal, foi revogado com base no art. 49 da Lei nº 8.666/93, não restando tempo hábil para conclusão do certame dentro do exercício.

As ações “2004 – Assistência Médica Odontológica” e “2012 – Auxílio-Alimentação” para servidores e empregados do MME foram novamente impactadas pelo retorno de anistiados e pelo recebimento de novos Analistas de Infraestrutura no exercício de 2010. Nesse sentido, importa ressaltar que não há como precisar o quantitativo de retorno de anistiados, especialmente, em face da necessidade de se aguardar a deliberação e publicação do ato autorizativo por parte da Comissão Especial Interministerial (de anistia), de lavra da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

No quesito “Assistência Médica e Odontológica”, a previsão anterior foi suficiente para abarcar o retorno dos anistiados porque havia uma reserva para atender servidores do Quadro Permanente, e respectivos dependentes, que não quiseram aderir ao Plano de Assistência à Saúde

por este Órgão oferecido, mas que o fizeram em momento posterior, situação que justifica a sobra de previsão que abrangeu os novos servidores.

Especificamente quanto à ação “2011 – Auxílio-Transporte”, esta foi impactada pelos reajustes salariais ocorridos em julho de 2010 e pela unificação do vencimento básico com a gratificação GAE, pois os 6% incidentes sobre o novo vencimento agregado e reajustado cobre o valor total da despesa com passagens utilizadas pelos servidores e empregados do MME.

Quanto à ação “2010 - Assistência Pré-Escolar” permaneceu dentro da meta prevista e não foi impactada pelo retorno dos 387 anistiados advindos das extintas empresas CAEEB e SIDERBRÁS, como as demais ações, em razão da faixa etária desses empregados, que hoje compõem o “Quadro Especial em Extinção do MME e não possuem dependentes menores de 6 anos.

Os números atinentes à execução da ação “4572 - Capacitação de Servidores” em Processo de Qualificação e Requalificação, foram impactados pela grande demanda de treinamento de pessoal para operacionalizar o novo Sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos e Processos – DocFlow, o que provocou de mais de uma etapa de treinamento.

Por último, a execução da ação “181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões” permaneceu dentro dos números previstos.

2.3.3 Principais Ações dos Programas 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 0750 – Apoio Administrativo

2.3.3.1 Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Tabela 1 - Dados Gerais do Programa 0089

TIPO	ATIVIDADE
Objetivo Geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Carlos Eduardo Mendes Galvão
Unidade executora	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
Público-alvo	Servidores públicos federais ocupantes de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.

Fonte: SIGPLAN

2.3.3.2 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tabela 2 - Dados Gerais do Programa 0750

TIPO	ATIVIDADE
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Carlos Eduardo Mendes Galvão
Unidade executora	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
Público-alvo	Servidores públicos federais ocupantes de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.

Fonte: SIGPLAN

2.3.3.2.1 Ação 2000 – Administração da Unidade

Tabela 3 - Dados Gerais da Ação 2000

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenador da ação	Carlos Eduardo Mendes Galvão
Unidades executoras	Coordenação-Geral de Recursos Humanos, Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.

Fonte: SIGPLAN

2.3.3.3 Principais Resultados da Ação 2000 – Administração da Unidade

As ações do Programa **0750** foram conduzidas pelas seguintes unidades que integram a estrutura regimental da SPOA: (i) Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL, (ii) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI e (iii) Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH, conforme os resultados apresentados a seguir, por unidade administrativa, na respectiva área de atuação.

2.3.4 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS – CGRL

À Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL compete planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com administração de material e patrimônio, administração e manutenção predial, obras e instalações, comunicações administrativas, documentação bibliográfica, transporte, zeladoria, telecomunicações e reprografia, bem como as inerentes à execução orçamentária e financeira dos recursos alocados na Unidade.

Na sua área de atuação a CGRL desenvolveu alguns projetos e atividades de infraestrutura relevantes, com a finalidade de promover melhorias no edifício e oferecer conforto e segurança aos servidores e usuários do MME, conforme a seguir relacionados:

✓ **Renovação da frota de veículos**

Visando ampliar os serviços de transportes disponibilizados por este Órgão, foi ultimada a compra de 04 (quatro) veículos para a condução de autoridades, em substituição, àqueles com muitos anos de uso e, portanto, com alto custo de manutenção (antieconômicos para a Administração).

✓ **Revitalização dos Auditórios**

Os 02 (dois) Auditórios, localizados nos pavimentos térreo e 1º subsolo, passaram por revitalização, no exercício de 2010, quando foram substituídos os antigos equipamentos de ar condicionado, de manutenção difícil e onerosa em face da dificuldade de aquisição de peças. Também foi realizada limpeza robotizada nos dutos que canalizam o ar condicionado desses equipamentos até os citados espaços. Com essa medida houve melhoria das condições de salubridade desses locais, principalmente com respeito ao auditório do subsolo, haja vista a eliminação de focos de mofo e viabilização de refrigeração eficiente.

A revitalização desses ambientes contemplou ainda a substituição dos forros, do sistema de iluminação e das luminárias, dos carpetes e das poltronas (com aquisição de unidades para obesos e cadeirantes). No Auditório do térreo foram trocadas, ainda, as persianas enquanto o Auditório do 1º subsolo recebeu nova pintura, com revestimento do foyer em papel de parede diverso e instalação de uma grande tela para projeção. Assim, a reforma dos auditórios veio atender pleito há muito tempo reclamado por servidores, autoridades e demais usuários.

✓ **Impermeabilização da cobertura/laje**

Em continuidade ao processo de melhoria da infraestrutura deste prédio, a laje da cobertura recebeu nova impermeabilização a fim de eliminar infiltrações em vários locais do edifício. O projeto, iniciado em 2009, foi concluído no exercício de 2010.

✓ **Substituição das Instalações Elétricas**

A rede elétrica do edifício era ultrapassada, antiga, de difícil manutenção e possuía sobrecarga de energia em muitos circuitos, decorrentes da sua má distribuição ao longo dos anos. Essa situação era preocupante por representar potencial risco de incêndio. Muitas vistorias foram

realizadas pelos órgãos de fiscalização competentes no decorrer dos últimos anos, sempre com indicação para imediata substituição da rede.

Então, no biênio de 2009/2010 foi executada a obra de substituição das antigas redes por novas instalações elétricas prediais, devidamente separadas em instalações normais, emergenciais e essenciais.

O projeto desenvolvido pelo MME lançou mão de materiais e equipamentos tecnologicamente atualizados, tais como a substituição dos antigos cabos condutores elétricos por barras de cobre blindadas (denominadas “busway”), e ainda, a substituição dos antigos quadros elétricos gerais por outros do tipo TTA (Totalmente Testados e Aprovados), com a finalidade de proporcionar maior confiabilidade e economia ao novo sistema elétrico do prédio.

Outros pontos importantes a serem destacados são a eficiência das novas instalações, a melhoria das condições de trabalho e de salubridade dos ambientes, já totalmente modificados, em face das mudanças realizadas (troca das luminárias, substituição do atual forro e de seus componentes de revestimento termo-acústico). O revestimento termo-acústico do forro anterior era composto de lã de vidro, material que representava risco para a saúde das pessoas ante o desgaste natural e o tempo de uso.

✓ **Estacionamento**

Para atender reivindicações dos servidores deste Órgão foi identificada e preparada uma área localizada na via N2, contígua ao edifício do MME, para servir de estacionamento alternativo.

Esse preparo consistiu no nivelamento e compactação do terreno, na cobertura da superfície com camadas de brita, iluminação do local (requerida junto à Companhia Energética de Brasília – CEB), bem como na revitalização da faixa de pedestres e instalação de iluminação específica, de modo a garantir a segurança dos servidores que necessitam estender suas jornadas de trabalho após o horário do expediente, estacionando seus veículos no referido espaço.

✓ **Gestão Documental do MME**

A Gestão de Documentos como parte do sistema de informação se baseia na Lei nº 8.159/91 e no art. 216, § 2º da Constituição Federal, que dispõem sobre a política nacional de arquivos públicos, e no Decreto nº 4.915/03, que regula o sistema de Gestão de Documentos de Arquivo.

O MME produz expressivo volume de informações e documentos, a exigirem tratamento para disponibilização rápida e eficiente ao alcance de todos os usuários, bem como para imprimir agilidade ao processo de tomada de decisão.

Assim, com o intuito de viabilizar a implantação da gestão documental no âmbito deste Ministério e realizar o processamento de documentos físicos e digitais, consoante o disposto na legislação vigente, foi adquirido o Sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos e Processos (DocFlow), em substituição ao antigo Sistema Integrado de Controle de Processos e Documentos (SICPD).

O novo sistema passou pelo processo de customização, para se adaptar às necessidades e particularidades deste Órgão, tendo sido colocado em produção a partir do dia 30 de agosto de 2010. Além da necessária reorganização do fluxo de trabalho e do leiaute do Protocolo-Geral foram revistos todos os processos internos para implantação da tecnologia de GED e Workflow, levando-se em conta o ciclo de vida da informação como estratégia da administração e gestão do conhecimento. Além disso, todos os servidores usuários do novo sistema foram devidamente treinados para sua operacionalização, estando em trâmite hoje por meio dessa ferramenta cerca de 28.000 documentos.

Vale ressaltar, nesse ponto, que a documentação física produzida e recebida pelo MME está acumulada em aproximadamente 4.100 metros lineares, sem qualquer tipo de tratamento ou armazenamento adequado. Foram iniciadas ações voltadas para a gestão de documentos no âmbito deste Órgão, abrangendo desde o Plano de Ação de Gestão Documental para o triênio 2009/2011 até a melhoria das funcionalidades do novo Sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos e Processos. Todavia, as ações que envolvem o tratamento, higienização e digitalização de documentos permanecem no aguardo de disponibilidade orçamentária.

✓ **Eficientização Energética e Etiquetagem**

Em cumprimento à legislação vigente e visando o atendimento de necessidade específica da Esplanada dos Ministérios, em 2010 foi firmada uma parceria com a UnB para Etiquetagem deste edifício, o qual recebeu Etiqueta de nível “C”, podendo chegar ao nível “B” ou “A”, em consequência de investimentos futuros a serem feitos com foco na melhoria do prédio.

Nessa linha, o MME iniciou negociação com a Companhia Energética de Brasília – CEB, para obtenção de recursos de investimento objetivando a melhoria da edificação no que se refere ao consumo reduzido de energia, em consonância com a legislação vigente, por meio da implantação de um processo de dimerização de luminárias (em face da iluminação natural), devendo culminar com a racionalização de gastos.

Hoje, este Ministério conta com uma infraestrutura elétrica moderna, composta por equipamentos e materiais tecnologicamente atualizados, tais como barras de cobres blindadas (busway) e quadros elétricos do tipo TTA (totalmente testado e aprovado), de modo a proporcionar confiabilidade e economia ao novo sistema elétrico instalado no prédio.

Com esse novo cenário, pode-se pensar agora na racionalização de gastos, e num processo de eficiência energética para o prédio, o que seria impossível sem a mencionada modernização da infraestrutura do MME, já que eficiência no contexto desta Pasta não se restringe à simples instalação de interruptores e tomadas.

Nesse intuito, a SPOA buscou o apoio técnico fundamental e imprescindível do DDE/SPE, objetivando à realização de estudos para definição do projeto de economicidade mais adequado ao MME, considerando o Plano Nacional de Eficiência Energética – PNEf e as orientações do Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética deste Ministério – CGIEE, relativas à Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE.

Todavia, com o já planejamento definido, esbarrou-se no recorrente problema da indisponibilidade orçamentária, investimento necessário para cobertura das despesas decorrentes.

Ante o impasse, a alternativa vislumbrada foi buscar apoio da Companhia Energética de Brasília – CEB, em função do dispositivo facultado pela Lei nº 9.991, de 24/07/2000, que dispõe

sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, com obrigatoriedade da aplicação do montante de 1% da receita anual operacional líquida em projetos de P&D e Eficiência Energética e 0,50% destinado ao Programa de Eficiência Energética, estabelecendo-se aí um acordo entre as partes, para desenvolvimento do Projeto de Eficiência Energética adequado ao sistema de iluminação do prédio do MME, com impactos positivos no processo de etiquetagem que se propunha.

Ação intentada nesse sentido se deu mediante envio do Ofício nº 104/2010/SPOA/SE-MME, datado de 26/08/2010, ao Diretor-Geral da Companhia Energética de Brasília – CEB, com pedido para inclusão deste Ministério no Programa de Eficiência Energética daquela empresa, tendo por fundamento a citada Norma Legal, de modo a contemplar, além do desenvolvimento do projeto, a melhoria do nível de etiquetagem da edificação e o custeio das ações de infraestrutura exigidas para tal, com instauração de licitações públicas para aquisição dos bens e serviços necessários, culminando na conversão deste Órgão num exemplo de gestão eficiente do consumo de energia em prédios públicos.

✓ Pintura do edifício

Após conclusão das obras e reformas mais expressivas em 2010, toda a estrutura predial de alvenaria interna e externa foi restaurada e pintada para sua conservação, ação objeto do Processo Administrativo nº 48000.000988/2010-13.

✓ Instalação de 04 aparelhos de ar condicionado (Split) na Sala Plenária

A Sala Plenária instalada no 9º andar foi contemplada com a instalação de 04 (quatro) aparelhos de ar condicionado do tipo Split cassete (Processo nº 48000.001329/2010-02), objetivando melhorar as condições de refrigeração daquele ambiente, haja vista os equipamentos de Vídeo Wall em funcionamento no local, os quais são bastante sensíveis ao calor.

✓ **Outros projetos iniciados em 2010 e ainda não concluídos**

- Reforma das áreas onde foram instalados componentes do sistema de ar condicionado central, hoje desativado (Processo nº 48000.000859/2010-25). Essa obra possibilitará racionalização do espaço, com ganho de 600 m² de área útil no prédio.
- Reforma de todos os banheiros (Processo nº 48000.001400/2010-49) - os banheiros estão sendo totalmente reformados, a fim de adequar esses ambientes à Lei de Acessibilidade, bem como revitalizar instalações e aparelhos hidrossanitários, revestimentos, pavimentações e demais elementos de sua arquitetura, haja vista o desgaste pelo uso e ação do tempo.
- Reforma da portaria principal (Processo nº 48000.002075/2010-31) – com essa obra será implementada melhoria na entrada principal do edifício, aprimorando a segurança e adequando o local às exigências da legislação da acessibilidade.

2.3.5 COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGTI

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI tem como competência planejar, coordenar, promover e acompanhar as atividades, programas e projetos relativos à tecnologia da informação e, especificamente, orientar a formulação de estratégias e diretrizes de planejamento de tecnologia da informação para o Ministério; proporcionar aos órgãos do Ministério meios e recursos técnicos de tecnologia da informação que facilitem o desenvolvimento das atividades, bem como o acesso às informações e base de dados disponíveis; dimensionar e especificar as aquisições de equipamentos de informática, de software e de novas tecnologias, bem como aprovar, tecnicamente, os processos pertinentes no âmbito do Ministério; e promover a manutenção do “site” do Ministério, na Internet e Intranet, em articulação com a Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro.

Na sua área de atuação a CGTI realizou os seguintes projetos e atividades, vinculados especificamente à atividade 2000 – Administração da Unidade:

✓ **Modernização do Parque de Servidores**

O Ministério de Minas e Energia – MME tem investido nos últimos anos na ampliação e modernização do seu parque tecnológico, colocado à disposição dos servidores do MME.

Dentre as ações relevantes na área de infraestrutura no exercício de 2010, destaca-se a organização do ambiente central de equipamentos servidores, os quais se encontravam defasados tecnologicamente (última aquisição em 2006), situação que dificultava o processo de reposição de peças, ante sua indisponibilidade no mercado, agravada pela falta de garantia dos equipamentos. Esse cenário impedia a implantação de novos sistemas de informações, com impacto no desenvolvimento dos trabalhos institucionais.

Além disso, alguns equipamentos que se encontravam em uso no Órgão (lâminas Blade, da empresa Hewlett Packard – HP), não suportavam novas tecnologias essenciais ao serviço, a exemplo da capacidade de virtualização.

Assim, foi necessário adquirir equipamentos servidores modernos e em quantidade suficiente para atualizar a infraestrutura tecnológica do CPD e permitir a implantação de ambiente virtualizado com o software Hyper-V, da Microsoft, garantindo alta disponibilidade das informações e a instalação de diversos sistemas em desenvolvimento neste Órgão, devido à sua escalabilidade.

Em complemento dessa ação, a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI adquiriu também um novo equipamento storage, de marca Netapp, o qual se encontra em fase de instalação e deverá substituir o antigo (HP EVA 6000), já defasado tecnologicamente e sem cobertura de garantia contratual.

✓ **Ampliação da Sala de Alta Disponibilidade para Proteção do CPD**

Este Ministério é responsável pela elaboração e implementação da Política Energética Nacional e sua área de competência abrange os ramos da geologia, mineração e metalurgia, recursos energéticos renováveis, aproveitamento da energia hidráulica, petróleo e gás natural, bicom bustíveis, energia elétrica e nuclear. A Pasta de Minas e Energia coordena, também, ações relacionadas ao processo de agroenergia e energização e eletrificação rural, quando custeada com recursos do Sistema Elétrico Nacional, e tem a obrigação de zelar pelo equilíbrio entre a oferta e

a demanda de energia elétrica no País, sendo que muitos dados e informações decorrentes de sua missão institucional estão armazenados em nossas instalações.

Hoje, o Órgão conta com 31 (trinta e um) equipamentos servidores de rede instalados em sua área de Informática, responsáveis pelo processamento e armazenamento de dados essenciais para o Governo Federal, incluindo informações de caráter sigiloso e de alta relevância para a soberania nacional, sem contar suas funcionalidades de acesso à rede mundial de computadores e dos sistemas gerenciais de banco de dados e de envio e recebimento de mensagens eletrônicas. Esse ambiente de TI, de extrema importância e de alto custo, carece de preservação, sob pena de inviabilizar atividades essenciais do Órgão, no caso da ocorrência de sinistros.

Com foco na preservação desses equipamentos e recursos computacionais foi adquirido em 2008 um ambiente de alta disponibilidade (da empresa ACECO TI), denominado Sala Cofre, dotado de infraestrutura de alta disponibilidade, devidamente protegido contra danos físicos e equipado com sistemas para seu controle e monitoramento, objetivando proteção contra incêndios, enchentes, perturbações de ordem pública e quaisquer outras formas de desastres naturais ou causados pelo homem.

Todavia, esse compartimento estanque, de 13m² apenas, não dispunha de espaço suficiente para acomodar os novos equipamentos servidores, essenciais à implantação e disponibilização de novos serviços aos usuários, razão pela qual o MME providenciou a ampliação da Sala Cofre de 13m² para 29m².

✓ **Renovação do Parque de Microcomputadores**

O parque computacional do MME vem sendo atualizado desde 2006, época em que foram adquiridos 450 microcomputadores da marca Hewlett Packard – HP, modelo HP DX-5150. Ocorre que a garantia contratual desses equipamentos encerrou em 2009, situação que impõe a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva.

Não obstante, é rápido o avanço tecnológico da área de TI, assim, foram lançados novos sistemas operacionais no mercado, suítes de automação de escritório e outros softwares, os quais passaram a ser demandados pelos usuários deste Órgão, porém, a instalação desses recursos em equipamentos obsoletos é inviável.

Ante esse novo cenário, optamos por adquirir modernos e eficientes microcomputadores, dotados de maior capacidade de processamento e com menor emissão de ruídos e de radiação, com benefícios para a saúde dos servidores, além de contar com a garantia do fabricante e alto índice de disponibilidade aos usuários.

Atualmente o parque computacional do MME é constituído de 785 (setecentos e oitenta e cinco) microcomputadores da marca Hewlett Packard, sendo 450 do modelo HP-6000 e 335 do modelo HP-DC5800, traduzindo-se em modernização de 100% (cem por cento) do seu contingente de equipamentos.

✓ **Renovação do Parque de Impressão Corporativa**

Foi implantado no MME estrutura para impressão corporativa, com gestão de controle por meio de software específico, objetivando melhor atendimento da demanda dos usuários e

redução do volume de suprimentos diversos anteriormente adquiridos e das várias manutenções contratadas para equipamentos obsoletos.

Como a contratação anterior já não mais atendia às necessidades de demanda deste Órgão, em 2010, foi feita uma nova contratação desses serviços, haja vista condições mais competitivas e favoráveis ao Órgão, o que resultou na contratação da locação de equipamentos, prestação de serviços e fornecimento de consumíveis a preços inferiores aos praticados no contrato anterior (Cont. nº 33/2006).

Essa nova contratação possibilitou a disponibilização de serviços com equipamentos novos, modernos e com variadas funcionalidades (Impressoras monocromáticas, coloridas, multifuncionais monocromáticas e coloridas, além de impressoras que permitem impressão em formato A3), em quantitativo suficiente para atender à demanda atual do MME, e ainda, com disponibilização de software de controle, restando mantidos os seguintes benefícios:

- registro histórico de todos os documentos impressos, de modo a permitir gestão dos custos e planejamento de recursos para atendimento de demanda de serviços eventuais, temporários ou em períodos sazonais;
- controle dos níveis de suprimentos e substituição tempestiva, assegurando alta disponibilidade dos serviços;
- eliminação de desperdícios e de extravios de suprimentos, pela implantação de sistema informatizado de gestão e de funcionalidades para impressão frente-verso (duplex) e de controles operacionais;
- eliminação do pagamento por franquia de impressão/cópias, mediante pagamento por equipamentos disponibilizados e pelo número de páginas efetivamente impressas/mês;
- implantação do modelo de Acordo de Níveis de Serviços (Service Level Agreement), atribuindo metas e indicadores para medição e aferição dos processos inerentes aos equipamentos e serviços contratados (qualidade, desempenho - velocidades e volumes, e disponibilidade - uso efetivo);
- avaliação da capacidade de utilização dos equipamentos de impressão contratados, possibilitando a identificação de necessidades de remanejamento ou de otimização de uso;
- substituição de contratos de manutenção, de fornecimento de peças e de consumíveis por um único contrato de prestação de serviços, com gestão por indicadores de níveis de serviços;
- disponibilização de serviços de suporte técnico aos usuários, objetivando a resolução de problemas e o repasse de orientações sobre o uso de recursos inerentes aos equipamentos;
- garantia da qualidade e da disponibilidade integral das estações de impressão;
- eliminação de problemas com pane/falha de equipamentos e com a falta de suprimentos ou peças, sem prejuízos para a produtividade ou continuidade dos trabalhos; e
- facilidade de planejar, organizar, mensurar, controlar e avaliar os custos, os recursos e os serviços decorrentes da impressão de documentos.

✓ **Renovação do Parque de Equipamentos Ativos de Rede**

A contratação de um novo sistema de telefonia, baseado na tecnologia IP, definiu como mandatária a existência de switches de borda que implementassem a tecnologia POE – Power Over Ethernet, inexistente em nossos switches da Marca Enterasys, modelos A2 e V2, cujo prazo de garantia expirou em 2009, e que já se encontravam defasados tecnologicamente.

Ao se constatar as incompatibilidades técnicas da central telefônica anterior comparada com a infraestrutura de telefonia hoje implantada, deparamo-nos com a obsolescência do parque de equipamentos ativos de rede, especificamente os citados switches de borda.

Assim, a CGTI efetuou um levantamento do número de portas em uso por cada andar/ala do prédio Sede, tendo definido, por questões de segurança, o volume máximo de ocupação dos switches (em 70%), chegando aos seguintes números:

Número de Portas (Switchs)

Andar	Ala Sul - Portas em Uso	Nº de Switchs	Nº de Portas (Switchs de 48 portas)	Percentual Máximo de Ocupação (70%)	Ala Norte - Portas em Uso	Nº de Switchs	Nº de Portas (Switchs de 48 portas)	Percentual Máximo de Ocupação (70%)
Subsolo	25	1	48	52,08	-	-	-	-
Garagem	-	-	-		12	1	48	25,00
Térreo	20	1	48	41,67	57	2	96	59,38
1º Andar	84	3	144	58,33	22	1	48	45,83
4º Andar	50	2	96	52,08	59	2	96	61,46
5º Andar	39	2	96	40,63	70	3	144	48,61
6º Andar	64	2	96	66,67	66	2	96	68,75
7º Andar	44	2	96	45,83	60	2	96	62,50
8º Andar	38	2	96	39,58	55	2	96	57,29
9º Andar	36	2	96	37,50	56	2	96	58,33
Total	400	17			457	17		

Para suprir essa deficiência tecnológica foram adquiridos novos equipamentos, com os seguintes benefícios para este Órgão:

- emprego de tecnologias modernas de rede local: Gigabit Ethernet e Power over Ethernet, que permitem maior velocidade e flexibilidade com relação ao acesso a Internet e a rede local do MME;
- utilização de Switches (comutadores) com operação em camada 3, tecnologia Gigabit Ethernet para ligação com o Switch (comutador) central, provendo utilização mais eficiente dos recursos de TI, mediante implementação da separação em segmentos a infraestrutura de rede local;
- utilização de cabeamento do tipo Fibra ótica Multimodo, como meio físico de transmissão entre o Switch (comutador) central e os Switches (comutadores) departamentais, e implementação de redundância por meio de 4 (quatro) pares de Fibra Ótica por andar;
- implementação de autenticação RADIUS (Acesso Remoto) 802.1x, para maior segurança aos usuários e sistemas;
- atualização dos módulos de gerenciamento para monitoração dos equipamentos e das tecnologias que serão adquiridas;
- incremento do processo produtivo, através da melhoria do tempo de resposta das aplicações, em especial de gestão finalística; e
- adoção de tecnologias e padrões abertos de comunicação de dados, com suporte para incorporação de técnicas de convergência de dados, incluindo VoIP (Voz sobre IP), videoconferência, e ferramentas de groupware com serviço de mensageira segura.

✓ **Implantação do Sistema Integrado de Segurança Física para Controle de Acesso e de Bens, Contando com a Instalação de 64 Câmeras (CFTV) e de Sistema RFID (100 geradores de campo, 18 antenas e 2.000 tags ativas)**

A solução integrada de segurança para monitoramento e controle foi idealizada especialmente para identificar e controlar o acesso de visitantes ao edifício deste Órgão, bem como filmar a movimentação ocorrida em pontos vulneráveis do edifício (entradas principal e privativa, corredores e garagem), com armazenamento digital das imagens e informações por, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos. Assim, toda a infraestrutura física composta de hardwares, câmeras, antenas e rede de cabeamento de segurança necessária para colocar esse projeto em produção já foi providenciada, restando somente implementar o software de controle.

Para assegurar o efetivo controle desses pontos, bem como o monitoramento do tráfego de visitantes que circulam diariamente nas instalações deste edifício, foram escolhidas duas tecnologias com capacidade de integração (equipamentos e software), em processo de implementação, que ao atuarem em conjunto possibilitarão:

- a) monitoramento por Circuito Fechado de TV, com Armazenamento Digital (CFTV/DR) e;
- b) controle de Acesso de Visitantes com Identificação por Radiofrequência (RFID).

A solução dispõe, ainda, das seguintes funcionalidades:

- a) sistema para digitalização e gravação das imagens capturadas pelo CFTV/DR na portaria principal do edifício/MME, bem como para guarda dessas imagens e de informações importantes, tais como: número de identificação do(s) visitante(s) que estiverem portando crachá RFID Ativo (dados acessíveis por, no mínimo, 30 (trinta) dias; depois disso, serão repassados para o sistema de *backup*);
- b) recursos para a recuperação de imagens e dados do CFTV/DR e dos identificadores com RFID (crachás), advindas das informações armazenadas e disponíveis em seus discos ou em fita magnética de *backup*. A recuperação de imagens pode ser feita por meio dos seguintes parâmetros mínimos:
 - todas as imagens onde aparece um determinado identificador RFID, num determinado período de tempo;
 - todas as imagens de uma determinada área monitorada com os dados dos identificadores RFID que lá estavam, num dado período de tempo;
 - todas as entradas e saídas de um determinado identificador RFID das áreas internas do edifício sede monitoradas pela solução, num determinado período de tempo;
- c) alarmes e (ou) alertas nos monitores das estações de monitoramento instaladas na área de segurança e (ou) portarias do MME, nas seguintes situações:
 - sempre que uma pessoa portando um crachá com RFID entrar numa área monitorada não-autorizada previamente no sistema;
 - quando um crachá RFID ativo estiver com a bateria fraca, prestes a descarregar; e
 - quando um crachá RFID ativo for violado numa área monitorada, rompendo seu sistema de segurança;
- d) capacidade de informar a última localização e a sequência de imagens de um determinado crachá RFID, no momento em que um evento suspeito for identificado, tanto pela própria solução como pela equipe de segurança do MME;
- e) alertas disponibilizados nas telas das estações em monitoramento, indicando ocorrência de falha ou funcionamento irregular de qualquer equipamento ou dispositivo inerente à solução;

- f) acessibilidade às imagens capturadas dos ambientes onde existem identificadores com RFID ativo e, à margem da imagem, aos dados desses identificadores RFID;
- g) registro e armazenamento, através de crachá com RFID Ativo recebido na portaria principal do MME, de imagens dos visitantes que acessam as dependências do Órgão (a permanência do visitante em um andar monitorado não autorizado gera um dispositivo de segurança); e
- h) Sistema de registro e controle do acesso de pessoas nas dependências do MME, possibilitando a formulação de “lista” de visitantes não autorizados (daqueles com acesso ao prédio negado), com emissão de relatórios sintético e analítico de visitantes (o registro de visitantes comporta a captura de imagens e do respectivo documento de identificação, assim como indica a sala que teve acesso, sendo que a permanência do visitante em um andar não autorizado gera alarme de segurança).

✓ **Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas – SIG**

Com o advento do Decreto nº 5.267/04 foi definida a atualização e o reordenamento da estrutura organizacional do MME, bem como das competências de seus órgãos, levando em conta a complexidade da gestão das políticas de Minas e Energia e da sua operacionalização por inúmeros agentes públicos e privados, dos Modelos do Setor Elétrico e de regulação, contratação e concessão da exploração dos recursos energéticos e minerais. Em seguida, numa ação conjunta das secretarias finalísticas e do Gabinete do Ministro, foi elaborado o Plano de Gestão 2008/2009, para nortear a gestão desta Pasta nos princípios e orientações estratégicos registrados no PPA 2008/2011, que reúne Objetivos Estratégicos para 4 (quatro) áreas de competência do MME, mais os Programas e Ações Prioritárias.

Ocorre que os programas registrados no Plano de Gestão 2008/2009 demandam controles da execução cada vez mais adequados, com mecanismos ágeis e fáceis, assim como o monitoramento do desempenho de cada uma das empresas e autarquias vinculadas ao Órgão, para suprir necessidades de informações estratégicas do Governo, com indicadores de performance.

Dessa forma, com o propósito de apoiar o Ministério de Minas e Energia na sua missão de coordenar os processos de gestão, seus programas estratégicos e auxiliar os gestores no alcance dos objetivos setoriais estabelecidos no Plano Plurianual, bem como na formulação, implementação e avaliação de programas e políticas públicas, idealizou-se o Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas – SIG, importante ferramenta de apoio ao processo decisório, colocado em produção no exercício anterior.

✓ **Sala de Situação – Sistema de Vídeo Wall**

O Ministério de Minas e Energia é o Órgão encarregado pelo fomento e fiscalização do setor Mineral/Energético no Brasil e tem como meta constante adequação e reaparelhamento técnico para que suas áreas tenham recursos compatíveis com essa responsabilidade.

Diante disso, torna-se necessária avaliação sistemática da capacidade técnica e operacional do Órgão e de suas entidades vinculadas, com foco na gestão da informação. É de conhecimento geral a carência do Governo e de seus executores de políticas públicas de soluções de gestão completas e seguras, aptas a oferecer altos níveis de confiabilidade na geração e análise de informações, permitindo assim, lançar mão de ações eficientes no cumprimento de suas atividades institucionais.

Ora, o MME capta informações técnicas, gerenciais e estratégicas tanto de sistemas corporativos e departamentais da sede como de sistemas externos, necessárias à execução de suas atribuições. Tais dados, se reunidos e integrados através de ferramentas adequadas, poderão oferecer visões estratégicas (global e específica) aos gestores, todavia, faz-se necessário que o Órgão tenha total controle do processo de geração de informações, com possibilidade de ampliação dessa função e posterior integração dos sistemas, de modo a reunir numa só base todos os dados coletados.

Com esse foco, implantou-se no MME o SIG, que ampliou a capacidade de captação e de tratamento dos dados e informações atinentes aos programas desta Pasta, permitindo visualização de diversas formas, assim como o gerenciamento de processos afins, e ainda, gerando dados e indicadores para apoio da governança corporativa. Essa solução ensejou novas possibilidades de gestão ao MME, que passou a contar com um conjunto de dados atualizados em tempo real.

Mas para que este Órgão pudesse usufruir do potencial de todas essas funcionalidades, viabilizadas pelo SIG foi necessária a criação de uma Central de Gestão destinada à operação, controle e análise das informações captadas, baseada num sistema de Vídeo Wall, adquirido e instalado na Sala Plenária do Gabinete do Ministro (9º andar).

✓ **Substituição da Central Telefônica por Solução de Comunicações Unificadas (telefonia IP)**

Apesar de todos os investimentos feitos pelo MME nos últimos anos para modernização de sua infraestrutura a área de telefonia, de significativa importância para o Órgão, ainda não havia sido contemplada, cujos equipamentos apresentavam-se com tecnologia defasada e aparelhamento obsoleto.

O conceito de comunicação evoluiu bastante em função da alta tecnologia dos recursos de informática disponibilizados para esse setor, resultando na terminologia de Comunicações Unificadas, que oferece aos usuários todos os recursos possíveis de comunicação integrada, quais sejam: voz, vídeo, fax, e-mail e comunicações móveis (celular). Tais recursos permitem que os administradores sejam acionados remotamente e a qualquer tempo, por meio da integração com dispositivos tecnológicos, aumentando significativamente sua capacidade de tomada de decisão em curto espaço de tempo.

Com essa visão moderna, buscou-se adquirir uma Solução de Comunicações Unificadas para este Órgão, composta de uma Central de Telefonia IP, Gateways, Aparelhos Telefônicos IP e de um conjunto de softwares para integração dos sistemas de correio e de telefonia convencional.

✓ **Gerência de Equipamentos Passivos**

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI/SPOA tem investido de forma permanente na infraestrutura tecnológica do Ministério de Minas e Energia – MME, buscando oferecer serviços de qualidade e com alta disponibilidade a todos os usuários.

Ocorre que os serviços de TI que o MME oferece para a comunidade interna do Órgão e principalmente para a sociedade, em geral estão baseados em uma infraestrutura complexa, composta por equipamentos e soluções de softwares diversos. Nesse contexto, um dos fatores

primordiais é a disponibilidade dos serviços que deve ser mantida no nível mais elevado possível.

Diversas recomendações relacionadas ao gerenciamento de serviços de TI como ITIL e COBIT preveem a adoção de melhores práticas através da estruturação de processos. Tal fundamento ensejou a identificação de deficiências no âmbito da gerência da infraestrutura de cabeamento e de equipamentos passivos (patch panel), sem nenhum sistema de gestão. Todo o manuseio deste ativo computacional era feito de forma manual, portanto, sujeito a erros e passíveis de causar indisponibilidade das informações armazenadas no MME.

Para o saneamento dessa falha a CGTI buscou adquirir uma solução de mercado capaz de gerenciar os equipamentos passivos (patch panel inteligentes), rack's e serviços, bem como adequar as instalações desses equipamentos no interior da sala cofre, mantendo-os em ambiente seguro e provendo-os de qualquer manobra na infraestrutura de cabeamento de log de auditoria, gestão e níveis de permissão de acesso.

2.3.6 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH

À Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH compete planejar, coordenar, acompanhar, orientar e avaliar as atividades pertinentes a recursos humanos, compreendidas as de administração e desenvolvimento de pessoal, de assistência médica, odontológica e psicossocial, segundo diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, e, ainda, as de programação e execução orçamentária e financeira dos recursos consignados à Coordenação-Geral.

Na condição de órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, a CGRH tem, ainda, como incumbência subsidiar a elaboração de projetos relacionados com políticas e desenvolvimento de recursos humanos e suprir as necessidades de pessoal no âmbito do Ministério.

Todas as ações realizadas pela área de Recursos Humanos, em 2010, tiveram como meta a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados por esta Instituição, com foco no desenvolvimento permanente do servidor e na adequação das competências requeridas aos objetivos institucionais deste Ministério.

As atividades da Coordenação-Geral decorrem da execução das ações dos Programas **0089** (Previdência de Inativos e Pensionistas da União) e **0750** (Apoio Administrativo). O primeiro contempla a Ação 0181 (Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis). O outro, abrange sete ações a cargo da CGRH. Essas ações são descritas a seguir, com os resultados a elas vinculados, além das metas realizadas em 2010, conforme apresentado no Quadro 3.

2.3.6.1 Ação 4572 - Capacitações de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tabela 4 - Dados Gerais da Ação 4572

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenador da ação	Carlos Eduardo Mendes Galvão
Unidade executora	Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Fonte: SIGPLAN

2.3.6.2 Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Tabela 5 - Dados Gerais da Ação 2011

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalhos e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenador da ação	Carlos Eduardo Mendes Galvão
Unidade executora	Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Fonte: SIGPLAN

2.3.6.3 Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tabela 6 - Dados Gerais da Ação 2012

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei nº 9.527/97, ou mediante requisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenador da ação	Carlos Eduardo Mendes Galvão
Unidade executora	Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Fonte: SIGPLAN

2.3.6.4 Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Tabela 7 - Dados Gerais da Ação 2010

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto nº 977, de 10/11/1993.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto nº 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenador a ação	Carlos Eduardo Mendes Galvão
Unidade executora	Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Fonte: SIGPLAN

2.3.6.5 Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes

Tabela 8 - Dados Gerais da Ação 2004

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenador da ação	Carlos Eduardo Mendes Galvão
Unidade executora	Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Fonte: SIGPLAN

2.3.6.6 Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Tabela 9 - Dados Gerais da Ação 09 HB

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para custeio do regime de previdências dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para custeio do regime de previdências dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenador da ação	Carlos Eduardo Mendes Galvão
Unidade executora	Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Fonte: SIGPLAN

2.3.6.7 Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

Tabela 10 - Dados Gerais da Ação 20CW

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenador da ação	Carlos Eduardo Mendes Galvão
Unidade executora	Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Fonte: SIGPLAN

2.3.6.8 Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

Tabela 11 - Dados Gerais da Ação 0181

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento à disposições contidas em regime previdenciário próprio.
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenador da ação	Carlos Eduardo Mendes Galvão
Unidade executora	Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Fonte: SIGPLAN

Integram as atividades básicas da CGRH:

- Anistia, enquadramento e reintegração de ex-empregados de empresas vinculadas do MME, extintas ou privatizadas;
- Aposentadorias e pensões;
- Cadastro, pagamento, legislação de pessoal e instrução de processos judiciais;
- Desenvolvimento de recursos humanos, benefícios, seguridade e medicina social;
- Execução Orçamentária e Financeira;
- Provimento, vacância, classificação e lotação de cargos.

Tabela 12 - Quadro Geral de Pessoal

QUADRO DE PESSOAL DO MME		
SITUAÇÃO	QUANTITATIVO	%
Ativo Permanente	305	10,65
Aposentado	817	28,52
Requisitado Administração Direta	30	1,05
Nomeado cargo em comissão	158	5,51
Natureza Especial	1	0,03
Membros de Poder e agentes políticos	1	0,03
Cedido	100	3,49
Requisitado Administração Indireta	45	1,57
Exerc. Descentralizado de Carreira	85	2,97
CLT anistiado Judicial	29	1,01
CLT anistiado Decreto	408	14,24
Beneficiário de Pensão	826	28,83
Estagiário	60	2,09
TOTAL	2.865	100
QUADRO DE PESSOAL DA SPOA		
SITUAÇÃO	QUANTITATIVO	%
Ativo Permanente	154	60,16
Requisitado Administração Indireta	2	0,78
Nomeado cargo em comissão	24	9,38
Requisitado Administração Direta	12	4,69
Exerc. Descentralizado de Carreira	10	3,91
CLT anistiado Judicial	9	3,52
CLT anistiado Decreto	26	10,16
Estagiário	19	7,42
TOTAL	256	100

Fonte: SIAPE

Tabela 13 - Servidores do Quadro de Pessoal, em Exercício na SPOA - 2010

DESCRIÇÃO	QTDE
Servidores Ativos	164
Funcionários Contratados – CLT (*)	38
Total	202

Fonte: SIAPE/SGRH

Obs.: (*) Anistiados da extinta CAEEB e SIDERBRÁS

Tabela 14 - Pessoal Requisitado em Exercício na SPOA - 2010

DESCRIÇÃO	QTDE
Pessoal Requisitado, com ônus	02
Pessoal Requisitado, sem ônus	09
Total	11

Fonte: SIAPE

Tabela 15 - Pessoal em Exercício nas Áreas Finalísticas e de Suporte do MME

DESCRIÇÃO	2008		2009		2010	
	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
Pessoal na área finalística	196	33,16	211	33,49	259	37,65
Pessoal na área meio	395	66,84	419	66,51	429	62,35
Total Geral	591	100	630	100	688	100

Fonte: SIAPE/SGRH

➤ **Retorno de Pessoal Anistiado nos termos da Lei nº 8.878/94**

O processo de retorno dos anistiados por força da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, foi iniciado em 2008, com o pessoal advindo da extinta Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras – CAEEB, e desde então, o Órgão vem desenvolvendo exaustivo trabalho no sentido de efetivar o ingresso de anistiados aos quadros do MME, tendo recebido no exercício de 2010, o pessoal da extinta Siderurgia Brasileira – SIDERBRAS, bem como tem se esforçado para atender todas as demandas de revisão de processo provocadas por esse contingente de pessoal.

➤ **Admissão/Exercício de Analistas de Infraestrutura**

Tabela 16 - Admissão/Exercício de Analistas de Infraestrutura

UNIDADE	ANALISTA DE INFRAESTRUTURA			
	ALOCAÇÃO 1º CONCURSO (Admissão)	ALOCAÇÃO 2º CONCURSO (Exercício)	TOTAL	% DE ALOCAÇÃO
GM	3	4	7	7,07
SE	4	7	11	11,10
SPE	15	9	24	24,24
SEE	14	10	24	24,24
SGM	17	1	18	18,20
SPG	7	8	15	15,15
TOTAL	60	39	99	100,00

Fonte: SGRH

O quantitativo de técnicos (Analistas de Infraestrutura) alocados neste Ministério ainda é insuficiente para suprir todas as necessidades das áreas finalísticas, apesar da absorção de mais 39 profissionais especializados no início do segundo semestre de 2010, em consequência do concurso público realizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para recomposição dos quadros de especialistas de vários órgãos da Administração Direta.

➤ **Despesas Realizadas com Pessoal do MME**

Tabela 17 - Despesas de Pessoal do MME

DESPESAS COM PAGAMENTO DE PESSOAL - MME (R\$)			
DISCRIMINAÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA	2008	2009	2010
APOSENTADORIAS E REFORMAS	37.836.718,58	43.759.521,66	48.220.424,11
PENSÕES	20.945.560,85	26.099.573,22	30.196.943,40
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	80.870,27	102.926,05	99.721,94
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	31.270.614,14	47.913.307,94	61.891.207,70
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.759.801,73	5.819.711,28	8.167.103,19
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	72.912,39	90.868,39	97.724,84
SENTENÇAS JUDICIAIS	526.382,63	454.769,77	362.896,28
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.804.804,02	2.279.739,51	1.818.955,53
RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	12.894.198,39	14.913.924,71	14.645.596,20
APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.708.326,45	3.813.682,37	5.053.736,94
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	111.900.189,45	145.248.024,90	170.554.310,13
TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	1.230.710,00	1.563.145,00	2.508.464,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	3.843,23	18.692,99	102.004,34
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESS. CIVIL	1.798.166,00	940.032,50	0,00
AUXÍLIO-CRECHE	54.074,00	59.218,25	59.759,75
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	178.463,71	299.170,84	339.380,67
SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	410.959,80	509.877,53	584.709,80
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1.001.926,59	1.661.407,06	3.345.922,38
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.000,00	0,00	0,00
AUXÍLIO-TRANSPORTE	754.907,05	943.089,42	883.473,78
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.313.906,16	1.264.231,47	1.115.917,63
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.751.956,54	7.258.865,06	8.939.632,35
TOTAL	118.652.145,99	152.506.889,96	179.493.942,48

Fonte: SIAFI

➤ **Recadastramento de Servidores Aposentados e de Beneficiários de Pensão**

Com o advento do Decreto nº 7.141, de 29 de março de 2010, que regulamenta a atualização de dados cadastrais dos aposentados e pensionistas da União que recebem proventos ou pensões à conta do Tesouro Nacional, o processo de recadastramento periódico, em intervalos de 12 a 18 meses, de aposentados e beneficiários de pensão com idade acima de 70 (setenta) anos, foi suspenso no âmbito deste Órgão.

Assim, a atualização cadastral de aposentados e pensionistas da União doravante será feita por gestão direta da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, anualmente, que celebrará ato de cooperação técnica com o Ministério da Previdência Social e com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, a fim de que sejam alocados recursos tecnológicos e humanos, conhecimentos e infraestrutura para realização desse trabalho.

➤ Capacitação e desenvolvimento de recursos humanos

A CGRH desempenha um papel indutor e estratégico na identificação das necessidades de treinamento que buscam agregar conhecimento e valorização dos servidores, sendo que várias ações de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos foram realizadas no exercício de 2010 para atendimento dos servidores e empregados do MME, conforme dados abaixo:

- Quantitativo geral de participantes capacitados: **1.485**
- Numero de servidores com, pelo menos, 01 evento de capacitação: **304**
- Número de Eventos Realizados: **147**
- Total de Eventos de Aperfeiçoamento: **120**

➤ Quantitativo de ações de treinamento e respectivas áreas de atendimento:

Tabela 18 - Ações de Treinamento

ÁREAS	QTDE/ AÇÕES	OBJETIVO
Ações Administrativas	36	Desenvolver a capacidade do servidor para realizar suas atividades em gestão e administração, pareceres administrativos, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.
Ação em Língua Estrangeira	01	Promover a aprendizagem da língua inglesa, beneficiando 105 alunos das áreas finalística e meio, cujas atividades executadas requerem conhecimento nessa língua estrangeira.
Ações Técnicas Finalísticas (8 cursos internacionais)	44	Proporcionar aos técnicos especializados (servidores, gestores e analistas de infraestrutura) conhecimentos específicos das áreas que atuam, de modo a permitir o desenvolvimento de competências estratégicas, técnicas e operacionais das áreas finalísticas do MME.
Ações na área de legislação	16	Proporcionar aos servidores atualização e aprimoramento dos conhecimentos da estrutura da legislação nacional e internacional, o conteúdo da constituição, leis, decretos, portarias e resoluções, no âmbito dos objetivos do MME.
Ações de Tecnologia da Informação	14	Aprimorar conhecimento de servidores da área de Tecnologia da Informação, quanto à utilização de técnicas atualizadas e sua aplicação no desenvolvimento de sistemas e soluções, utilizando as melhores práticas de mercado.
Ações do Projeto Qualidade de Vida	09	Motivar e valorizar os servidores, com foco na satisfação e no crescimento da produtividade, e, conseqüentemente, na melhoria da saúde e qualidade de vida.

Fonte: CODES/CGRH

➤ **Total de servidores capacitados na Educação Formal**

Tabela 19 - Servidores Capacitados na Educação Formal

EVENTO	QTDE	OBJETIVO
Projeto de Pós Graduação	14	Contribuir para a formação de servidores da Administração Pública Federal na área de gestão pública;
Projeto de Graduação	12	Tem por meta a formação de servidores da Administração Pública Federal na área de gestão pública
Total	26	-

Fonte: CODES/CGRH

➤ **Total de Ações ministradas pelo próprio MME: 01**

Ação de Ambientação – Foi ministrado um Ciclo de Palestras de ambientação para 40 estagiários de nível médio, com foco na Humanização do Trabalho e abrangência dos temas: Ética e Legislação de Estágio, Postura Pessoal e Profissional, Atendimento ao Público e Relacionamento Interpessoal.

✓ **Formas de capacitação:** Presencial (145) e a Distância (02).

➤ **Parcerias e Acordos de Cooperação Técnica firmados pelo Órgão:**

- Para capacitar servidores por meio de troca de conhecimentos, informações e experiências, este Ministério assinou Acordos de Cooperação Técnica com o Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, do Senado Federal, com as Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte e com o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL, da Eletrobrás, além de estabelecer parcerias com o Departamento de Produção Mineral – DNPM, com a Controladoria-Geral da União – CGU e com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, ação que possibilitou o treinamento de 110 servidores, conforme abaixo demonstrado:

- Eletronorte (51 servidores); Instituto Brasileiro Legislativo – ILB (07 servidores); CEPEL (45 servidores); DNPM/CGU (06 servidores) e ENAP (01 servidor)

Tabela 20 - Eventos de Capacitação realizados por Unidades do MME - 2010

UNIDADES	NUMERO DE EVENTOS POR UNIDADES	NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES
AEGE	17	26
ASSEC	03	03
CGOF	19	43
CGRH	64	215
CGRL	64	195
CGTI	34	58
CMA	10	18
CONJUR	34	73
SE/GAB	04	04
GM	41	100
SE	20	40
SEE	54	224
SGM	60	202
SPE	64	159
SPG	54	112
SPOA	10	13
TOTAL	552	1.485

Fonte: Sistema de Registro e Eventos – CODES/CGRH

➤ Política de prevenção da saúde física, emocional e psicológica dos servidores do MME

Essa medida foi proposta em exercícios anteriores com o intuito de aperfeiçoar, dinamizar e direcionar ações básicas, práticas e metodologias voltadas para a “Educação”, para o “Programa de Qualidade de Vida” e para a “Medicina Preventiva”, e ainda persiste até hoje, em função do seu enfoque e objetivo principal que é o bem-estar dos servidores do MME, levando-se em conta as duas dimensões em que se relacionam com o Estado: servidor/cidadão e servidor/agente público.

Vários procedimentos e ações foram adotados para o alcance dos objetivos colimados nessa área, a saber:

a) Planos de Saúde

Relativamente aos cuidados com a saúde, este Ministério dispõe das seguintes alternativas ofertadas aos servidores:

- Contrato de Adesão nº 001/2007-MME, firmado com a GEAP – Fundação de Seguridade Social, assinado em 1º/07/2007, com vigência fixada em 60 meses, pactuado com base nas Leis nºs 8.112/90 e 11.302/06, sendo que esta última dispõe sobre a assistência à saúde suplementar do servidor ativo, inativo, seus dependentes e pensionistas.

Tabela 21 - Plano de Saúde GEAP

MME				
SITUAÇÃO (GEAP)	ASSISTIDOS 2009		ASSISTIDOS 2010	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Titulares em Atividade	523	19,06	486	22,95
Titulares Aposentados	459	16,73	479	22,62
Titulares Pensionistas	201	7,33	205	9,68
Dependentes (de ativos + de aposentados)	1.041	37,94	948	44,76
Agregados	520	18,95		0,00
TOTAL	2.744	100	2.118	100

Fonte: CODES/CGRH - GEAP

- Termo de Acordo nº 01/2010, firmado com a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde Ltda., para prestação de serviços de saúde suplementar aos servidores, dependentes e beneficiários, sendo que a adesão aos serviços é de livre escolha.

Tabela 22 - Plano de Saúde Aliança

MME				
SITUAÇÃO (ALIANÇA ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS DE SAÚDE)	ASSISTIDOS 2009		ASSISTIDOS 2010	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Titulares em Atividade	**	**	47	33,10
Titulares Aposentados	**	**	7	4,93
Titulares Pensionistas	**	**	7	4,93
Dependentes (de ativos + de aposentados)	**	**	81	57,04
Agregados	**	**	0	0,00
TOTAL	0	0	142	100

Fonte: CODES/CGRH - ALIANÇA

Obs. Auxílio de caráter indenizatório, por beneficiários, pago mediante ressarcimento nos termos da Portaria Normativa nº 5, de 11 de outubro de 2010, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

b) Medicina Social:

Dispõe este Órgão, ainda, de uma Unidade de Assistência Médico/Odontológica, equipada para prestar assistência à saúde em caráter emergencial e preventivo, nas áreas abaixo citadas:

Tabela 23 - Áreas de Assistência à Saúde

ÁREAS	AÇÕES
Clínica Médica/ Enfermagem	<ul style="list-style-type: none"> a. Avaliação de níveis de glicose, triglicérides e colesterol; b. Verificação de pressão arterial, peso, altura, temperatura, pulso e respiração; c. Realização de eletrocardiogramas para servidores acima de 50 anos; d. Pedidos de exames laboratoriais ocasionais; e. Administração de medicamentos, conforme prescrição médica e com a presença do Médico do MME, quando necessário; f. Curativos, retirada de pontos, corpo estranho e aplicação de gelo e calor quando demandado; g. Encaminhamento e acompanhamento de pacientes a hospitais, bem como acompanhamento dos casos julgados necessários, após avaliação médica; h. Informativo bimestral com artigos voltados para a prevenção de doenças, manutenção da saúde, orientação alimentar e nutricional; e i. Campanhas contra hábitos viciosos de álcool, fumo e drogas.
Psicológica	<ul style="list-style-type: none"> a. Atendimentos clínicos; b. Atendimentos emergenciais; c. Atendimentos solicitados por iniciativa das unidades de lotação dos servidores ou encaminhados pelos demais profissionais do Centro de Atendimento Médico; e d. Levantamento/mapeamento do “estado psicológico” geral para possibilitar montagem de estratégias.
Odontológica	<ul style="list-style-type: none"> a. Programa preventivo da Saúde Bucal; b. Triagem e encaminhamento para tratamentos externos; c. Atendimentos emergenciais; e d. Trabalhos específicos para pacientes infanto-juvenis (dependentes).

c) Reaparelhamento da Área Médica-Odontológica:

Foram adquiridos materiais de consumo e contratados serviços para manutenção de equipamentos médico-odontológicos em geral.

d) Programa Qualidade de Vida no âmbito do MME:

Foram adotadas várias ações que visam promover a sensibilização para mudanças atitudinais de forma a afetar positivamente a produtividade, o bem-estar e a criatividade dos servidores desta Instituição, a saber:

Tabela 24 - Ações de Qualidade de Vida

ATIVIDADE	BENEFICIADO	QTDE	
		2009	2010
Ginástica Laboral	Participações	4.471	3.978
Orientação Nutricional	Pacientes atendidos	74	279
Massagem Expressa	Pacientes atendidos	**	133
Cinema Cultural no MME	Exibições	28	21
	Participações	336	357
Eventos Culturais	Nº de eventos	**	4
	Participações	**	308

Fonte: CODES/CGRH

• Campanha de Vacinação:

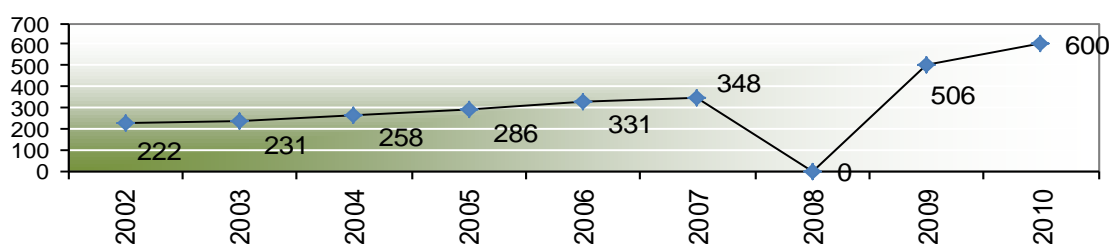
Ao longo dos anos detectamos que a gripe é uma das maiores causas de absenteísmo ao trabalho, afetando a produtividade e a qualidade de vida dos servidores do MME.

Assim, numa ação preventiva, foi implantada no Órgão a Campanha Anual de Vacinação Contra a Gripe, em que é ministrada Vacina Antigripal em todos os servidores e empregados do Órgão, sempre antes do começo da temporada de gripe, para que seus efeitos imunizantes se façam sentir antes da chegada do “inverno” nos meses de junho/julho, período onde a virose se manifesta de forma mais acentuada. Dessa forma, conseguiu-se diminuir o absenteísmo ocasionado pela ocorrência de gripes no âmbito deste Órgão.

Tabela 25 - Campanha de Vacinação contra Gripe no MME

CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA GRIPE		
Ano de Vacinação	Vacinados	Observação
2002	222	
2003	231	
2004	258	
2005	286	
2006	331	
2007	348	
2008	0	Não houve vacinação - falta de vacina no mercado
2009	506	
2010	600	(H1N1 e Gripe Comum)

Fonte: Área Médica/CGRH



➤ Estágio Supervisionado

O estágio oferecido pelo MME, sob a supervisão desta CGRH, objetiva proporcionar ao estudante conhecimentos e vivências práticas além dos acadêmicos, tais como: lidar com situações profissionais adversas.

Esse programa proporciona oportunidade aos estudantes para melhor avaliar sua opção profissional e relacioná-la ao seu potencial e anseio, além do conhecimento das dificuldades inerentes ao seu campo profissional, sem contar que poderão apresentar propostas inovadoras capazes de validar seu crescimento profissional e pessoal e ainda contribuir para o desenvolvimento de suas unidades de atuação neste Ministério. Essa mão-de-obra estagiária muito tem auxiliado na execução dos serviços administrativos.

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro 4 - Identificação das Unidades Orçamentárias (Quadro A.2.3)

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério de Minas e Energia	32101	320002

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro 5 - Programação de Despesas Correntes (Quadro A.2.4)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	104.976.615	140.569.433	-	-	26.530.630	36.639.845	
	PLOA	104.976.615	140.569.433	-	-	26.530.630	36.639.845	
	LOA	104.976.615	140.569.433	-	-	17.122.593	24.639.845	
CRÉDITOS	Suplementares	41.200.000	31.880.000	-	-	13.100.956	12.701.512	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	10.000	
		Reabertos	-	-	-	-		
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-		
		Reabertos	-	-	-	-		
	Créditos Cancelados		-	-	-	-		-
Outras Operações		-	-	-	-			
Total		146.176.615	172.449.433	-	-	30.233.549	37.341.357	

Fonte: LOA 2009 e LOA 2010

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro 6 - Programação de Despesas de Capital (Quadro A.2.5)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 - Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6 - Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	2.135.000	6.254.121	-	-	-	-	
	PLOA	2.135.000	6.254.121	-	-	-	-	
	LOA	1.835.000	3.254.121	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	300.000	2.036.164	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos			-	-	-	-
		Reabertos			-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos			-	-	-	-
		Reabertos			-	-	-	-
	Créditos Cancelados			-	-	-	-	-
Outras Operações				-	-	-	-	
Total		2.135.000	5.290.285	-	-	-	-	

Fonte: LOA 2009 e LOA 2010

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro 7 - Quadro Resumo da Programação de Despesas (Quadro A.2.6)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	131.507.245	177.209.278	2.135.000	6.254.121	-	-	
	PLOA	131.507.245	177.209.278	2.135.000	6.254.121	-	-	
	LOA	122.099.208	165.209.278	1.835.000	3.254.121	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	54.300.956	44.581.512	300.000	2.036.164	-	-	
	Especiais	Abertos	10.000	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		176.410.164	209.790.790	2.135.000	5.290.285	-	-	

Fonte: LOA 2009 e LOA 2010

Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA:

O Congresso Nacional efetuou um corte de 40% em relação ao Projeto de LOA, na atividade 2000 - Administração da Unidade, sob a responsabilidade da SPOA. Essa ação, que é compartilhada entre a CGRL, a CGTI e a CGRH, tinha uma dotação prevista do PLOA de R\$ 37.569.362,00 (excluindo Pessoal e Encargos Sociais) e sofreu um corte de R\$ 15.000.000,00 (Custeio e Investimento), ficando com uma dotação inicial de R\$ 22.569.362,00, que se mostrou insuficiente para o cumprimento das despesas já contratadas. Não houve cortes nas demais ações da UO 32101 – MME.

Ao longo do exercício, após negociação com a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o órgão setorial de orçamento do MME (SPOA) conseguiu a aprovação de um crédito adicional, por Decreto no valor de R\$ 9.158.622,00, ficando com uma dotação de R\$ 31.727.984,00. No final do exercício, foi aprovado crédito adicional por Projeto de Lei, no valor de R\$ 3.089.904,00, mas já não havia tempo hábil para a execução. Em todo o caso, com essa recomposição parcial das dotações previstas no PLOA, foi possível o cumprimento da programação de trabalho da SPOA.

Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior:

A atividade 2003 – Ações de Informática – foi excluída da programação orçamentária do MME (e demais Órgãos). Com isso, as despesas da CGTI foram incluídas na ação 2000 – Administração da Unidade, como era até o exercício de 2008.

Essa alteração não representou nenhuma dificuldade para a gestão. Ao contrário, essa alteração aumentou a flexibilidade na execução da ação 2000 – Administração da Unidade, compartilhada entre CGRL, CGRH e CGTI.

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 8 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (Quadro A.2.7)

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos					
	Concedidos	320010	25121027669070001			185.000
		320010	25122027622720001			375.000
		320010	25572047620AA0001			1.100.000
		320012	22128106948710001			100.000
		320012	22663106948870001			565.744
		320013	25122027322720001			2.357.930
		320013	25752027313790001			66.272
		320015	25122027622720001			140.000
		320015	28844090602840001		100.000	
320017		25121027648920001			440.108	
Movimentação Externa	Concedidos	194088	25752027320A90001			54.241
		240005	04122075020000001			10.611
		194088	25752027320A90001			17.885
		495001	22128106948710001			103.500
		495001	22663106948870001			70.000
		323002	22663106948870001			16.981
		420008	25128075045720001			2.000
		194088	25752027320A90001			6.700
	Recebidos	110005	04128100445720001			11.752
		170004	04122078022720001			5.876
		170013	04123077320740001			5.876
		170013	04123126620660001			2.938
		540001	23122116622720001			605.841
		323031	25128027145720001			41.130
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Recebidos					
	Concedidos	320010	25121027669070001	20.000		
		320013	25752027313790001	13.728		
		320013	25752027320A90001	184.350		
	320015	28844090602840001			2.164.000	
Movimentação Externa	Concedidos	194088	25752027320A90001	446.589		
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

As descentralizações internas foram concedidas para as seguintes Unidades Gestoras da Administração Direta do MME:

- 320010 – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE
- 320012 – Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM
- 320013 – Secretaria de Energia Elétrica – SEE

- 320015 – SE/BIRD/MME – Projeto ESTAL
- 320017 – Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG

As descentralizações externas foram concedidas para as seguintes Unidades Gestoras:

- 194088 – Fundação Nacional do Índio – FUNAI
- 240005 – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do MRE
- 495001 – Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais – CPRM
- 323002 – Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM
- 420008 – Coordenação-Geral de Pessoas/DGI/SE/MINC

As descentralizações externas foram recebidas das seguintes UG's:

- 110005 – Secretaria de Administração da Presidência da República
- 170004 – Secretaria de Acompanhamento Econômico/MF
- 170013 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – MF
- 540001 – Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração do MTur
- 323031 – Escritório Central da ANP

No caso do Ministério do Turismo – MTur, as descentralizações se referem ao rateio de despesas relacionadas ao condomínio do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia e Ministério do Turismo.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 9 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ (Quadro A.2.8)

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite (*)	46.581,88	21.393,38	46.581,88	21.393,38
Tomada de Preços (*)	13.501,46	0,00	13.501,46	0,00
Concorrência	7.048.118,96	2.773.087,00	7.048.118,96	2.773.087,00
Pregão	9.709.945,13	16.111.914,55	9.643.690,41	16.091.610,91
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	1.551.129,88	1.745.439,16	1.544.381,99	1.744.745,68
Inexigibilidade	1.659.724,01	1.499.757,42	1.659.724,01	1.499.757,42
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	8.962,68	7.521,56	8.962,68	7.521,56
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	145.248.024,90	145.248.024,90	170.554.310,13	170.554.310,13
Diárias	235.493,91	206.753,84	232.810,15	206.753,84
Outros				

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Nota: Informações complementares relacionadas ao Quadro 9:

- A evolução dos gastos com diárias refere-se às despesas demandadas pela Secretaria-Executiva, que abrange as demais unidades administrativas do MME, exceto as Secretarias finalísticas que apresentarão essa informação de forma individualizada.
- (*) Os valores expressos nos campos “despesas liquidada e paga”, atinentes à convocação e tomada de preços, decorrem de serviços remanescentes de exercícios anteriores e liquidados em 2010 (serviços de manutenção de veículos, contratada PICK-UP – Convite 1/2006 e Serviços de reforma do restaurante, empresa contratada Walmetra – TP 2/2008).

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 10 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ (Quadro A.2.9)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 - Despesas de Pessoal	145.248.025	170.554.310	145.248.025	169.054.310	0	1.500.000	145.248.025	169.054.310
01		48.220.424		48.220.424				48.220.424
11		61.891.208		60.391.208		1.500.000		60.391.208
03		30.196.943		30.196.943				30.196.943
11	47.913.308		47.913.308				47.913.308	
01	43.759.522		43.759.522				43.759.522	
03	26.099.573		26.099.573				26.099.573	
Demais elementos do grupo	27.475.622	30.245.735	27.475.622	30.245.735			27.475.622	30.245.735
2 - Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 - Outras Despesas Correntes	29.824.552	30.879.930	24.752.354	27.136.242	5.072.198	3.743.688	24.679.351	27.129.841
39	19.542.831	18.543.007	15.604.718	15.967.461	3.938.113	2.575.546	15.597.970	15.962.364
37	4.162.811	4.447.780	3.636.984	3.752.727	525.827	695.053	3.636.984	3.752.111
46	1.661.407	3.345.922	1.661.407	3.345.922			1.661.407	3.345.922
Demais elementos do grupo	4.457.504	4.543.221	3.849.246	4.070.132	608.258	473.089	3.782.991	4.069.444

Fonte: SIAFI

Observação: O item 2 - Juros e Encargos da Dívida (Quadro 10) não se aplica à UJ.

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 11 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ (Quadro A.2.10)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	1.797.429	4.178.019	1.751.245	4.003.273	46.184	174.746	1.751.245	3.999.753
52	1.797.429	4.178.019	1.751.245	4.003.273	46.184	174.746	1.751.245	3.999.753
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

Observação: Os itens 5 e 6 - Inversões Financeiras e Amortização da Dívida (Quadro 11), não se aplicam à UJ.

Análise Crítica

Não houve alterações relevantes para a gestão na programação orçamentária da UJ em razão de novas atribuições ou por motivo de cancelamento e/ou modificação de ação realizada no exercício anterior.

Por meio do Decreto nº 7.144/2010, foram estabelecidos os limites de empenho e de pagamento do MME, com um contingenciamento de cerca de R\$ 273,4 milhões em relação aos valores autorizados na LOA 2010. Posteriormente, o Decreto nº 7.189/2010, estabeleceu os novos limites de empenho e de pagamento, com um contingenciamento de mais R\$ 71 milhões em relação ao Decreto anterior. Diante dessa situação inédita – dois contingenciamentos no mesmo exercício – foi necessário efetuar uma redistribuição interna dos limites de empenho e de pagamento do MME, afetando todas as Unidades Orçamentárias (Administração Direta e Indireta) e, portanto, a UJ.

No mês de julho, a SPOA solicitou à Secretaria de Orçamento Federal – SOF uma ampliação de cerca de R\$ 93 milhões nos limites de empenho do MME. Inicialmente, foi aprovada uma ampliação de apenas R\$ 9 milhões, sem a ampliação correspondente nos limites de pagamento. Em meados do mês de dezembro, foi aprovada uma nova ampliação nos limites de empenho, no valor de R\$ 50 milhões.

Observação: Todos os valores mencionados acima se referem ao Órgão 32000 – MME como um todo e não apenas à Unidade Orçamentária 32101 – MME ou à UJ SPOA.

Não houve outros eventos relevantes que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária da UJ, além dos já mencionados acima.

2.4.3 Indicadores de Desempenho

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, com o objetivo de subsidiar o processo de tomada de decisão e, ainda, de monitoramento e avaliação dos serviços/produtos a cargo da UJ, ainda no primeiro semestre de 2010, por meio de suas unidades administrativas, empreendeu esforços para implementar alguns indicadores de desempenho relacionados aos processos de compras e contratos, de recursos logísticos, de recursos humanos e de tecnologia da informação, de orçamento e finanças e de modernização administrativa.

Embora em estágio incipiente e sem abranger todos os processos relacionados à área de gestão interna, a medida traduz a preocupação com o aprimoramento do desempenho institucional, de modo a corrigir rumos e, sobretudo, planejar mudanças para que a gestão dos recursos seja realizada de forma eficiente e eficaz.

É importante ressaltar que a aferição de serviços da SPOA ainda carece de revisão, ajustes e adequações, e, além disso, tem como desafio a criação de novos indicadores vinculados aos programas administrativos sob sua responsabilidade. Todavia, mesmo sem representar a maioria dos processos da UJ, os indicadores apurados permitiram mensurar os resultados e gerir o desempenho, mediante a identificação da necessidade de melhoria da qualidade dos serviços executados e a correção de disfunções na operação e gestão de processos organizacionais.

Alguns indicadores foram aplicados de forma sistemática, como por exemplo, aqueles relacionados ao processo de compras e licitações. Assim, da análise dos percentuais auferidos, considera-se que o resultado foi significativo e em conformidade com os requisitos, prazos e metas definidos. Restou demonstrado que houve superação do desempenho estabelecido (com ênfase na evolução do 2º semestre/2010 em relação ao 1º semestre/2010).

Também nesse contexto, na busca de excelência da gestão dos processos de compras e licitação, foram realizadas ações específicas e até mesmo individuais, para nivelar entendimento no que se refere a melhoria de processos, métodos de trabalho e sistemas administrativos, a fim de direcionar mudanças no fluxo de trabalho significativas e necessárias.

Como parte deste tópico do Relatório, para demonstrar os indicadores considerados pela UJ, a seguir serão relacionados os indicadores apurados, referentes aos produtos/serviços da área atuação da SPOA, por unidade organizacional.

SÍNTESE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DA SPOA - 2010

Unidade: Coordenação-Geral de Compras e Contratos – CGCC								
Item	Nome do Processo	Nome do Indicador	Fórmula do Indicador	Objetivo do Indicador	Meta a ser Atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequência de Apuração
CGCC - 01	Gestão de Compras e Contratos	Índice de Valores Orçados x Valores Contratados	(Valor estimado menos o valor contratado) / (Total de valores estimados) X 100	Avaliar os preços praticados no mercado, na pesquisa de preços, na fase competitiva do certame e na condução do processo de negociação de preços, assegurando os interesses da administração.	Manter o desempenho ótimo (o índice na primeira faixa de valores) de modo a viabilizar a análise comparativa do desempenho da equipe em relação ao resultado apresentado no semestre anterior.	1º semestre 23,57%	Valores \geq a 5% e \leq a 30%	Semestral
						2º semestre 33,75%		
CGCC - 02	Gestão de Compras e Contratos	Tempo médio do ciclo de compras até a homologação do certame.	(Tempo gasto nos processos) / (Tempo em dias úteis)	Aplicar o princípio da celeridade do pregão e avaliar o nível do esforço despendido em todas as fases que compõem o ciclo de compras e a relação colaborativa das partes internas e externas envolvidas no processo	Atingir o desempenho ótimo (o índice na primeira faixa de médias) de modo a viabilizar a análise comparativa do desempenho da equipe em relação ao resultado apresentado no semestre anterior.	1º semestre 36 dias úteis	Média \geq a 30 dias e \leq a 45 dias	Semestral
						2º semestre 30 dias úteis		
CGCC - 03	Gestão de Compras e Contratos	Índice quantitativo da modalidade de pregão eletrônico em relação ao estabelecido na Legislação	(Pregão eletrônico) / (Outras modalidades de Licitação) X 100	Avaliar a aplicação e o cumprimento dos instrumentos legais e os tipos de demandas das unidades.	Manter o cumprimento da legislação de modo a evitar apontamentos de auditoria, danos/ e (ou) prejuízos ao erário, aos agentes públicos e aos fornecedores em geral.	100%	Não se aplica	Semestral
CGCC - 04	Gestão de Compras e Contratos	Prazo médio para análise dos pedidos de reajuste e repactuação de contratos	(Tempo gasto na análise dos processos) / (Quantidade de Processos)	Cumprir o prazo de 60 dias estabelecida na IN nº 02/2008.	Repactuar no prazo máximo de 60 dias.	Tempo médio de 75, 6 dias por processos.	Prazo menor que 60 dias	Semestral

CGCC - 05	Gestão de Compras e Contratos	Prazo médio para pagamentos de contratos	(Dias úteis gastos para análise do pagamento) / (Quantidade de pagamentos realizados no prazo)	Cumprir os prazos de pagamento exigidos na lei.	Prazo máximo de 05 dias úteis (prestação de serviços e dispensa) e até 30 dias para aquisição.	4,9 dias de pagamento após recebimento da nota fiscal.	Até 05 dias para serviços e dispensa e 30 dias para aquisição	Semestral
Unidade: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL								
Item	Nome do Processo	Nome do Indicador	Fórmula do Indicador	Objetivo do Indicador	Meta a ser Atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequência de Apuração
CGRL - 01	Gestão de Recursos Logísticos	Monitorar o Consumo Mensal de Energia Elétrica	[Consumo mensal de Energia Elétrica no mês (kw/h/mês)] / [Média do Consumo Anual de Energia Elétrica de 2009 (kw/h/mês)] X 100	Monitorar o consumo mensal de energia elétrica objetivando a redução de consumo para diminuir os custos financeiros, focado nas rotinas de manutenção e na implantação de ações de sensibilização e mudanças de hábitos dos usuários.	Reduzir em 2% o consumo mensal de energia elétrica, medida em Kw/h/mês, em relação a média de consumo anual de 2009.		Redução de ≤ a 2%	Mensal
CGRL - 02	Gestão de Recursos Logísticos	Monitorar o Consumo Mensal com Combustíveis	(Consumo mensal com combustíveis) / (Consumo médio anual de combustíveis) X 100	Monitorar o gasto mensal com combustíveis com fulcro na redução de consumo para reduzir os gastos financeiros, focado nas rotinas de manutenção dos veículos, condução dos motoristas, condições de trânsito e quilometragem percorrida.	Reduzir em 3% o consumo mensal de combustíveis, medido em litros/mês, em relação à média de consumo mensal anual de 2009.	4º Trimestre/ 2010	Redução de ≤ a 3%	Trimestral
						Out + 8%		
						Nov - 16%		
						Dez - 60%		

CGRL - 03	Gestão de Recursos Logísticos	Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento - TESA	Diferença entre a hora de conclusão da SA e da hora de recebimento da SA.	Indicar se a DIOBE está prestando a manutenção predial com eficiência.	Reduzir o tempo de execução da solicitação de atendimento (TESA), para 4 horas.	4h50min	Valor ≤ a 8h	Mensal
Unidade: Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH								
Item	Nome do Processo	Nome do Indicador	Fórmula do Indicador	Objetivo do Indicador	Meta a ser Atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequência de Apuração
CGRH - 01	Gestão de Recursos Humanos	Média de Afastamento por Servidor (MAS)	(Total de dias em licença médica) / (Total de servidores na sede)	Medir a média de afastamento por servidor em relação ao total de dias de afastamento por licença médica dos servidores em exercício no Ministério.	10 dias	6,22 dias	Dias de afastamento por servidor em um ano ≤ a 10 dias	Anual
CGRH - 02	Gestão de Recursos Humanos	Tempo Médio para Concessão de Aposentadoria	(Prazo dos trâmites da aposentadoria) / (Número de processos de aposentadoria)	Medir o prazo médio, em dias, para aposentadoria de um servidor do MME, desde a abertura do processo até a publicação da aposentadoria no DOU.	20 dias	19 dias	Tempo médio ≥ a 15 e ≤ a 30 dias	Anual
CGRH - 03	Gestão de Recursos Humanos	Percentual de Participação de Servidores no PACD.	(Total de participação de servidores) / (Total de participação prevista) X 100	Medir o percentual de participação de servidores em eventos de capacitação, conforme a previsão do PACD/MME.	80%	126,49%	Atingir 70% de participação de servidores em relação ao estabelecido no PACD/MME	Anual

Unidade: Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI								
Item	Nome do Processo	Nome do Indicador	Fórmula do Indicador	Objetivo do Indicador	Meta a ser Atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequência de Apuração
CGTI - 01	Gestão de Recursos de Tecnologia da Informação	Disponibilidade de Serviços Críticos	$[100 * (\text{HTP} - \text{HMP} - \text{HIT} - \text{HIP})] / [(\text{HTP} - \text{HMP} - \text{HIT})]$ <p>HTP – Horas totais no período = dias do mês x horas dias HMP – Horas de manutenção programada HIP – Horas Indisponíveis no mês HIT - Horas Indisponíveis causadas por terceiros</p>	Manter as estruturas de sistemas e processos críticos deste Ministério, de forma a garantir a disponibilidade dos serviços.	100%	Média mensal 99,07%	97% de disponibilidade, em regime de 24 x 7	Mensal
CGTI - 02	Gestão de Recursos de Tecnologia da Informação	Prazo de atendimento de chamados de suporte ao usuário final	$\text{TA} < \text{ou} = \text{PIA}$ $\text{TA} < \text{ou} = \text{PCA}$ <p>TA = Tempo de Atendimento PIA = Prazo início de atendimento < ou = a 30 min PCA = Prazo conclusão de atendimento < ou = 4h</p>	Medir a quantidade de falhas no atendimento por meio da Central de Serviços (Help Desk)	100%	Média mensal 31,33 falhas	Número de falhas no mês ≤ a 20 unidades	Mensal

Unidade: Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF								
Item	Nome do Processo	Nome do Indicador	Fórmula do Indicador	Objetivo do Indicador	Meta a ser Atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequência de Apuração
CGOF - 01	Gestão de Recursos Orçamentários	Percentual de Empenho	(Empenhos emitidos) / (Limites de empenho) X 100	Verificar o percentual dos empenhos emitidos em relação aos limites de empenho disponibilizados para o órgão MME (Adm. Direta e Indireta)	100%	96,8%	> 90%	Anual
Unidade: Coordenação de Modernização Administrativa – CMA								
CMA - 01	Organização e Modernização Administrativa	Grau de disponibilidade e confiabilidade das informações organizacionais e dos instrumentos normativos na Comunidade MME (intranet).	(Instrumentos normativos disponibilizados na intranet) / (Instrumentos normativos aprovados) X 100	<p>- Avaliar a disponibilidade de informações sobre estrutura regimental, normas, regimentos internos, instruções e procedimentos operacionais, relatórios de gestão e relatório de atos de delegação de competência aos usuários internos do MME.</p> <p>- Garantir a acessibilidade dos usuários às normas de criação e alteração do MME, às normas infralegais relacionadas à gestão e à estrutura e outros afins.</p>	100%	80,55%	≥ a 80%	Semestral

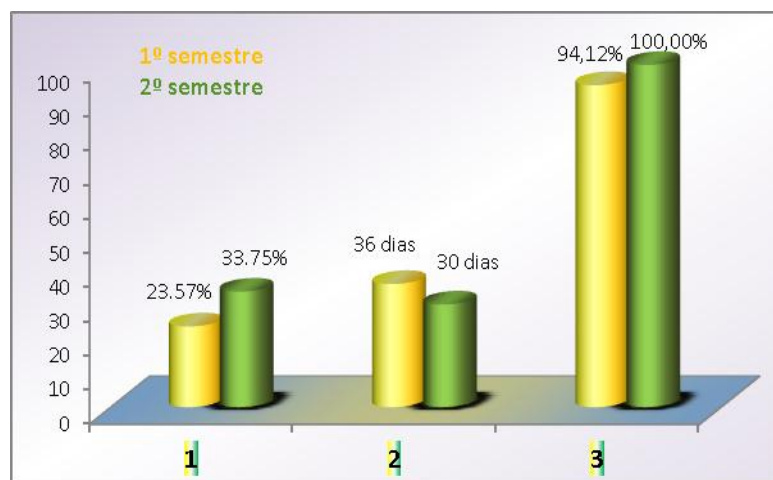
- **Considerações sobre o desempenho da Unidade Jurisdicionada, à vista dos indicadores vinculados às áreas de compras e contratos, recursos logísticos, recursos humanos, tecnologia da informação, orçamento e finanças e modernização administrativa, relacionados a seguir, por unidades organizacionais.**

a) Coordenação-Geral de Compras e Contratos – CGCC

Demonstrativos dos Indicadores da Área de Licitações e Compras - 1º e 2º semestres de 2010

ANO		2010		
NOME DO INDICADOR		ÁREA RESPONSÁVEL	RESULTADOS	
1	Índice de valores orçados X valores contratados	CLC	1º semestre	23,57%
			2º semestre	33,75%
2	Tempo médio do ciclo de compras até a homologação no pregão eletrônico		1º semestre	36 dias úteis
			2º semestre	30 dias úteis
3	Índice quantitativo da modalidade de licitação Pregão eletrônico em relação ao total de Licitações		1º semestre	94,12%
			2º semestre	100,00%

Gráfico dos Indicadores



Fonte: Cadastro de Indicadores e Processos Administrativos

➤ **CGCC - 01: Índice de Valores Orçados versus Valores Contratados**

Os resultados apresentados indicam a variação percentual entre os valores obtidos nas pesquisas de preços e os valores efetivamente contratados. O 2º semestre registrou aumento significativo de 10,25% de economia dos recursos públicos em relação ao 1º semestre, que era a referência inicial, e superou a meta estipulada para esse indicador em 3,75%, em decorrência da ação específica da “etapa de negociação” nas contratações, sem, contudo, deixar de assegurar os interesses da administração. A fixação do menor preço ou a média aceitável dos preços obtidos nas pesquisas de mercados, com a eliminação dos preços superestimados, considerando aqueles que se apresentam discrepantes do menor preço pesquisado, tem permitido uma pesquisa mais

realista e tornou ainda mais desafiador, possibilitando não apenas ultrapassar a meta estipulada mas, principalmente, conquistar os melhores resultados nas negociações realizadas.

➤ **CGCC - 02: Tempo Médio do Ciclo de Compras até a Homologação do Certame**

Os resultados apresentados indicam que o tempo despendido no desempenho das atividades, em todas as fases do ciclo de compras, está dentro do prazo estabelecido para o indicador (\geq a 30 e \leq a 45 dias úteis). Como a questão de prazo é sempre um desafio para as unidades, registrou-se uma considerável redução de 6 dias úteis no 2º semestre em relação ao 1º semestre, que era a referência inicial, e mais ainda, figurou-se na faixa de aceitação mínima estabelecida para o indicador, em decorrência da ênfase na ação específica da “celeridade do processo”, e consequente esforço na relação colaborativa das partes, internas e externas, no procedimento como um todo.

➤ **CGCC - 03: Índice Quantitativo da Modalidade Pregão Eletrônico em Relação ao Estabelecido na Legislação**

O índice indicou que a instrução dos processos de aquisição de bens/materiais e contratação de serviços gerais ou de obras/serviços de engenharia ocorreu em consonância com a legislação vigente. Vale destacar que o pregão não leva em consideração o vulto do contrato, podendo ser utilizado para qualquer valor. Além disso, há a obrigatoriedade da utilização de pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns, portanto todos os certames foram realizados nessa modalidade apenas um procedimento realizado na modalidade de pregão presencial, objetivando “Credenciamento de empresas para atuar como Administradora de Benefícios ofertados por Operadoras de Planos de Saúde autorizadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS”, em atendimento à Portaria Normativa nº 3 SRH/MPOG e demais dispositivos legais, uma vez que o critério de julgamento estabelecido não permitia sua realização por meio de pregão eletrônico.

➤ **CGCC - 04: Prazo Médio para Análise dos Pedidos de Repactuação dos Contratos**

O denominador da fórmula considera o parágrafo terceiro do artigo 40 da IN nº 02, de 30 de abril de 2011, segundo a qual a decisão sobre o pedido da repactuação deverá ser feita no prazo máximo de 60 dias, contados a partir da solicitação e entrega dos comprovantes e variação dos custos. Assim, a meta estabelecida é conceder a repactuação, com a consequente assinatura do termo de apostilamento, sem exceder esse prazo legal.

A média do tempo decorrido entre o pedido de repactuação dos preços contratuais e a análise em adequação aos novos preços de mercado, lapso de tempo aferido pelo indicador em questão, no patamar de 75,6 dias úteis, indica uma faixa inaceitável. A dificuldade no alcance de índice eficaz deu-se pela delonga do procedimento interno, qual seja, da obrigatoriedade de que o processo, depois de instruído, seja submetido à análise e parecer da Consultoria Jurídica, ação que também demanda tempo daquela unidade para manifestação acerca dos aspectos legais envolvidos na repactuação, além da demora no retorno de providências externas, tais como: complementação de documentos pelas contratadas, as quais geralmente requerem a repactuação sem a devida justificativa, divergência de valores entre o que é solicitado e o que é devido; necessidade de realização de pesquisa em outras empresas e em outros órgãos da administração,

para comprovação de que o valor contratado, após a repactuação, se encontra em consonância com aqueles praticados no mercado, conforme determina o Decreto nº 2.276/97. Todos esses fatores independem da área de administração de contratos e, por vezes, a demora no cumprimento de providências não pertinentes à área de contratos compromete o prazo que a Administração tem para ultimar o procedimento de repactuação.

➤ **CGCC - 05: Prazo Médio para Pagamentos de Contratos**

O denominador da fórmula considera a alínea “a” do inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666/93, segundo o qual o prazo de pagamento não poderá ser superior a 30 dias, a partir do adimplemento de cada parcela do contrato, bem como o § 3º do art. 5º da referida lei, que limita o prazo para 5 dias úteis no caso de despesas cujos valores não ultrapassem o previsto no inciso II do art. 24, e, também, nos casos de serviços contratados com base nas disposições da IN nº 02/2008. Assim, os pagamentos deverão ser feitos sempre dentro do estabelecido no contrato ou edital, sem exceder o prazo legal.

A média de tempo decorrida entre a entrega da Nota Fiscal e a realização dos pagamentos aferida pela presente indicação, na ordem de 4,9 dias, demonstra que os pagamentos estão sendo efetuados dentro dos prazos legais, neste Ministério.

b) Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL

➤ **CGRL - 01: Monitorar o Consumo Mensal de Energia Elétrica**

Não foi possível mensurar os resultados do indicador, tendo em vista a impossibilidade de utilizar como parâmetro representativo o consumo de energia elétrica relativo ao ano de 2009, a fim de comparar com a situação do consumo anual de 2010. A realidade dos dois períodos é diferente, uma vez que toda a rede elétrica do edifício foi substituída em março de 2010. Só a partir de 2011 a CGRL terá condições de proceder a coleta dos registros para aplicação do indicador ora em análise, no intuito de definir metas de economia para o Ministério.

Os fatores que influenciaram o gasto de energia com o não atingimento da meta dos meses sob avaliação, comparando-se ao consumo médio de energia elétrica no ano 2009, resultou das seguintes ocorrências:

- Elevação do nível de iluminação de todos os ambientes do edifício, que se situavam por volta de 200/300 luxes que, após a conclusão da obra de substituição da rede elétrica, passou para 500 luxes em conformidade com a NBR 5413, em março/2010.
- Uso mais frequente dos dois auditórios, que ficaram mais iluminados e mais refrigerados (adquiridas máquinas mais potentes para o local).
- Instalação de mais 24 (vinte e quatro) equipamentos de ar condicionado (tipo Split) no edifício, sendo 14 (catorze) no MTur e 10 (dez) no MME.
- Movimento do restaurante/lanchonete, que mudou de 200 para 450 refeições/dia e de 30 para 110 lanches/dia e, ainda, os aparelhos elétricos existentes no local foram utilizados com mais frequência. Alguns aparelhos a gás foram substituídos por correspondentes elétricos, sendo o caso da chapeira de ferro e da churrasqueira.

E ainda, foram realizadas obras expressivas no edifício do MME no período em análise, cuja mão de obra trabalha no período noturno e nos finais de semana. Esses serviços provocaram maior gasto com energia para os motores, iluminação e elevadores de serviço e carga. As obras realizadas foram as seguintes: reformas da sala plenária (out/2010), dos banheiros do Ministério do Turismo (out a dez/10), dos espaços denominados PC's (out a dez/10), da ampliação da sala cofre (out a dez/10) e pintura do edifício (out a dez/10).

Convém ressaltar que se encontra em andamento o Projeto de Eficientização Energética que se pretende para o MME, concluído pela CEB e com previsão de publicação do edital de licitação em 2011. Esse projeto tem por base a instalação de reatores dimerizáveis, objetivando a automatização de iluminação interna/externa, mediante instalação de um software de gestão, com controle da iluminação à distância e por sensores de detecção de iluminação natural e de presença, além da automatização das persianas em função da luz natural.

➤ **CGRL - 02: Monitorar o Consumo Mensal com Combustível**

Com relação ao monitoramento do consumo de combustíveis no âmbito deste Ministério em 2010, buscou-se como parâmetro de comparação a média de gasto desse recurso apurada no exercício de 2009, calculada em 3.002 litros por mês.

Cabe lembrar, no entanto, que a comparação em tela não reflete a realidade do Órgão em razão de ter havido aumento do número de veículos que compõe a frota de carros oficiais do MME (aquisição de mais 4 veículos, do tipo flex) e pela depreciação e desgaste natural das unidades antigas, situação que por si só já impõe um acréscimo no consumo de combustíveis.

Assim, ao lançar mão da fórmula de cálculo do indicador em análise, levando em conta o gasto de combustíveis do período de outubro a dezembro de 2010, época da aprovação dos indicadores pelo gestor da SPOA e em que foi determinada a coleta de dados para proceder o cálculo necessário a sua aferição, chegou-se aos seguintes percentuais:

COMBUSTÍVEIS (ALCOOL + GASOLINA)			
Mês	Faixa de Aceitação (F.A.)	Resultado	Comentários
Out./10	VARIAÇÃO: ≤ 3% da Média Anual de 2009 (3.002 l/mês)	+ 8%	Na comparação 2009/2010 (mês de outubro), o percentual de consumo de combustíveis apresenta-se acrescido em razão da demanda maior de álcool pelos veículos flex (adquiridos em 2010).
Nov./10		- 16%	Já nos meses de novembro e dezembro o consumo ficou abaixo da meta fixada (≤ 3% da Média Anual de 2009). Visto que se optou por usar gasolina nos veículos flex ao invés de álcool, o que demandou menor quantidade de combustíveis, e pelo fato da quilometragem percorrida em 2010 pelos carros oficiais ter sido menor do que a registrada em 2009, e ainda, devido à condução adequada dos carros pelos motoristas.
Dez./10		- 60%	

Nota explicativa:

- a) Se o resultado da fórmula for inferior a 3% significa que houve redução do consumo de combustíveis, podendo ser em decorrência de menor quilometragem percorrida no período comparado, por condução apropriada dos motoristas, por condições favoráveis do trânsito,

por conservação/manutenção adequada dos veículos ou redução da frota, indicando êxito/eficiência de gestão;

- b) Se o resultado da fórmula for igual a 3% significa que foi mantido o mesmo patamar de consumo no período avaliado, indicando regularidade;
- c) Se o resultado da fórmula for superior a 3% significa que houve elevação do consumo, podendo ser decorrente do aumento da quilometragem percorrida, por condução inadequada dos veículos pelos motoristas, por condições desfavoráveis de trânsito, por conservação/manutenção deficiente dos veículos ou aumento da frota, o que exigirá uma análise e diagnóstico, com vista a adoção de medidas de racionalização dos gastos, se for o caso.

➤ **CGRL - 03: Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento (TESA)**

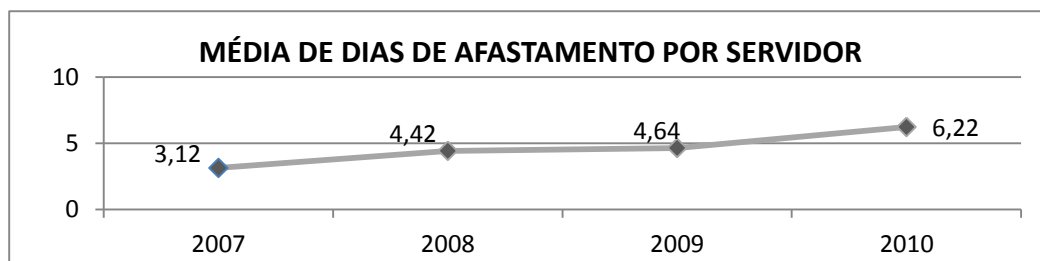
A média geral do TESA, no período de setembro a dezembro de 2010, para manutenção das instalações elétricas e hidrossanitárias, de ar condicionado e prestação de serviços de reparos diversos, e de serviços de pequeno vulto de marcenaria, corresponde a 4h50min. Assim, enquadra-se na faixa de aceitação estimada para esse indicador (< ou = 8 horas), que busca atender às solicitações de serviços de forma eficiente e eficaz.

c) Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH

➤ **CGRH - 01: Média de Afastamento por Servidor (MAS)**

Média de Afastamento por Servidor

ANO	TOTAL DE DIAS EM LICENÇA MÉDICA	SERVIDORES NA SEDE (incluindo as movimentações)		MÉDIA DE DIAS DE AFASTAMENTO POR SERVIDOR (Licença Médica)	
		TOTAL	% DE AUMENTO	TOTAL	% DE AUMENTO
2007	1.934	619	*	3,12	*
2008	3.163	715	15,51%	4,42	41,59%
2009	3.620	780	9,09%	4,64	4,91%
2010	4.594	738	-5,38%	6,22	34,13%



Obs.: No Total de Servidores na Sede está incluída a movimentação ocorrida ao longo do ano.

A média de dias de afastamento do serviço decorrente de licença médica por servidor no exercício de 2010 é de 6,22 dias e ficou dentro da meta estabelecida (< ou = 10 dias). Assim, as ações da política de prevenção de saúde física, emocional e psicológica intentadas para os

servidores e empregados deste MME estão contribuindo para a excelência do resultado, na medida em que minimizam os afastamentos dos servidores por motivo de doença.

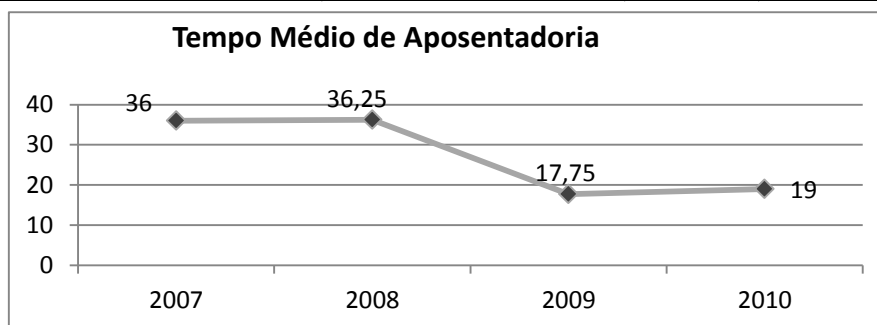
Dos 738 servidores do MME 244 (33%) gozaram de licença para tratamento da saúde, número aceitável já que todos estão sujeitos a ocorrência de doenças no período de 1 ano, sem contar que foram detectadas situações adversas, que justificam a incidência do percentual de afastamento acima. Ainda, nesse contexto, dos 4.594 dias de licenças utilizados pelos servidores, verificou-se que 2.814 dias foram gozados por 32 (4,33%) servidores (reincidentes), sendo que esses mesmos servidores foram responsáveis por 61,25% das licenças médicas registradas e homologadas no Órgão, com afastamentos sistemáticos e reiterados por motivo de doença grave (crônica).

E mais, para os exercícios seguintes, a tendência do número de licenças dessa natureza é aumentar em função do envelhecimento de grande contingente de pessoal. Em face dessa expectativa, a área de recursos humanos idealizou uma nova política de prevenção da saúde física, emocional e psicológica, e o atual programa de qualidade de vida, de modo a minimizar um pouco essa ocorrência, além do controle que os exames médicos periódicos a serem exigidos propiciarão doravante.

➤ **CGRH - 02: Tempo Médio para Concessão de Aposentadoria (TMA)**

Tempo Médio para Concessão de Aposentadoria

ANO	Nº DE DIAS DE TRÂMITES DOS PROCESSOS DE APOSENTADORIA	Nº DE PEDIDOS DE APOSENTADORIA	TEMPO MÉDIO DE APOSENTADORIA (dias)	
			TOTAL	% DE AUMENTO
2007	36	1	36,00	*
2008	145	4	36,25	0,6944%
2009	71	4	17,75	-51,0345%
2010	57	3	19,00	7,0423%



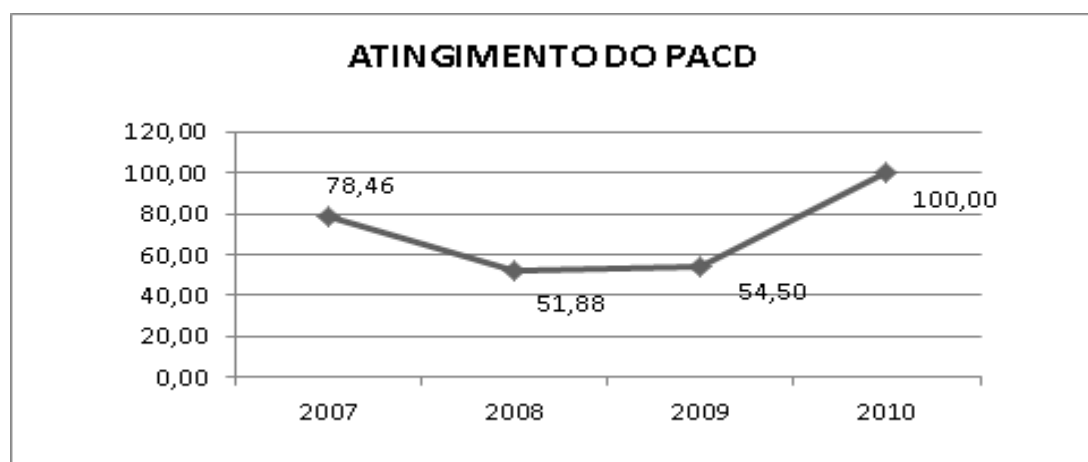
Ao longo dos últimos anos tem-se verificado um pequeno número de pedido de aposentadoria, todavia, num prazo médio de 10 a 15 anos deverá ocorrer uma demanda maior de concessão desse direito, haja vista que nessa ocasião cerca de 300 servidores do PGPE terão atendidos os requisitos mínimos para requerer aposentadoria. O fator impactante, sem dúvida, é a possibilidade de solicitação do “Abono de Permanência”, que, em muitos casos, retarda a decisão do servidor em se aposentar.

Assim, levando em conta a instrução do processo, o tempo para publicação e até mesmo a indecisão do servidor quanto a sua aposentadoria, o resultado de tempo médio para concessão desse direito, auferido pelo indicador acima (19 dias), aponta para uma gestão adequada e tempestiva da área no cenário atual.

➤ **CGRH - 03: Percentual de Participação de Servidores no PACD (PACD)**

Percentual de Servidores Capacitados

ANO	TOTAL DE PARTICIPAÇÕES	DEMANDA (nº de participações previstas no Plano Anual de Capacitação)	ATINGIMENTO DO PACD
		TOTAL	(%)
2007	510	650	78,46
2008	705	1.359	51,88
2009	763	1.400	54,50
2010	1.485	1.174	100,00



Com a publicação do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e, aliado às melhorias da gestão nos últimos anos e às parcerias e acordos de cooperação técnica firmados, nota-se que o número de participações de servidores vem crescendo a cada exercício. Foi previsto 1.174 participações no Plano Anual de Capacitação – PACD/2010 considerando demanda para o quantitativo de cerca de 738 servidores lotados no prédio.

No exercício em análise, a participação de servidores ultrapassou as expectativas da área, visto que foram contabilizados 1.485 participações em eventos diversos de capacitação e treinamento.

Nesse contexto, vale esclarecer, que o número de participações em eventos não corresponde ao número de servidores treinados, pois só o novo Sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos – DocFlow exigiu a programação de quatro eventos de capacitação, em que houve participação reiterada de servidores com interesse em operacionalizar bem a citada

ferramenta. Além disso, a área de treinamento buscou selecionar cursos mais estruturados, com o intuito de propiciar ganhos institucionais e satisfação profissional aos servidores do MME, estimulando a participação em mais de um evento, o que resultou na capacitação efetiva de 304 servidores em pelo menos um evento de treinamento realizado.

d) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI

➤ CGTI - 01: Disponibilidade de Serviços Críticos

O indicador acima se refere ao índice de disponibilidade dos equipamentos servidores da rede computacional do Ministério, que armazena todos os serviços e sistemas de tecnologia operados pelos usuários. Como se constata, o de índice auferido (99,07%) é superior a meta de 97% do tempo de disponibilidade, alcançado em 11 meses do ano de 2010, o que permitiu o desenvolvimento de trabalhos de forma segura, em tempo hábil, sem que houvesse qualquer interrupção abrupta dos serviços ou perda dos dados armazenados no ambiente tecnológico.

➤ CGTI - 02: Prazo de Atendimento de Chamados de Suporte ao Usuário Final

Esse indicador tem por objetivo avaliar a excelência dos atendimentos feitos ao usuário final por meio da Central de HelpDesk, já que o prazo fixado pela área de informática para atendimento das solicitações de HelpDesk é de 4h por chamado, tendo como parâmetro de aceitabilidade 20 solicitações mensais não atendidas nesse prazo, num contexto médio de 1600 chamadas por mês (72 por dia).

Todavia, o número de solicitações de HelpDesk computado na condição de atendimento falho ou fora do prazo fixado nos meses de março, abril, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2010 foi da ordem de (31,33), o que extrapolou a faixa de aceitabilidade fixada (20 unidades).

Ao analisar as ocorrências, verificou-se que o prazo de atendimento ao usuário de várias solicitações demandou maior quantidade de horas por ação do próprio solicitante, em consequência de adiamentos, tendo essas chamadas sido computadas equivocadamente, pois deveriam ter sido expurgadas do cálculo, já que a pendência de solução se deu por motivo alheio à vontade dos técnicos ou por conveniência dos demandantes. Dessa forma, vários pedidos restaram pendentes por longo período de tempo, até concretização do atendimento ou o cancelamento dos mesmos, situações em que a variável tempo final distorceu o cálculo do presente indicador prejudicando o resultado. Esse procedimento já foi corrigido.

e) Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF

➤ CGOF - 01: Percentual de Empenho

Verifica-se que o percentual de empenho no âmbito do Ministério de Minas e Energia, no último exercício de 2010, é da ordem de 96,8%, o que demonstra gestão eficiente e eficaz dos limites de empenho disponibilizados para a Pasta.

f) Coordenação de Modernização Administrativa – CMA

➤ **CMA - 01: Grau de Disponibilidade e Confiabilidade das Informações Organizacionais e dos Instrumentos Normativos na Comunidade MME (intranet)**

Com relação ao desempenho do indicador - disponibilidade e confiabilidade das informações organizacionais e dos instrumentos normativos na Comunidade MME (intranet) - considera-se que a meta estabelecida foi atingida plenamente, uma vez que de 36 instrumentos normativos aprovados (normas/formulários), apenas 7 deixaram de ser publicados na intranet, em decorrência da falta de validação final pela área solicitante. No entanto, observa-se a necessidade de melhorar a disposição das informações organizacionais e normativos na Comunidade MME (intranet), à vista de frequentes esclarecimentos, prestados pela CMA, a usuários, a fim de orientar a localização de documentos.

3. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

3.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro 12 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (Quadro A.4.1)

UG 320004 – CGRL

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	73.002,98	0,00	73.002,98	0,00
2008	672,00	0,00	672,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	5.256.681,18	720.617,32	4.535.882,53	181,33
2008	987.085,01	228.905,72	758.179,29	0,00
2007	307.143,70	286.153,70	20.990,00	0,00

Fonte: SIAFI

UG 320005 - CGRH

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,0	0,00	0,00	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	114.108,46	45.449,07	67.659,39	1.000,00
2008	186.023,01	186.023,01	0,00	0,00
2007	1.564.310,82	1.564.310,82	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Os pagamentos dos Restos a Pagar realizados pela UJ têm como fator condicionante o limite de pagamento autorizado e a disponibilidade financeira do Órgão. São priorizadas as despesas cujos possíveis atrasos acarretam cobranças de encargos financeiros, bem como às decorrentes de obrigações contratuais, especialmente os caracterizados como serviços continuados.

Sempre há impactos na gestão financeira do exercício decorrente dos pagamentos de restos a pagar. No entanto, quando avaliado esse aspecto no âmbito de Unidade Gestora, o impacto é praticamente nulo, tendo em vista a existência de uma espécie de fator de compensação quando se faz uso da programação financeira do exercício para pagamento de obrigações do exercício anterior e a consequente postergação das despesas e contratações realizadas em dezembro, cuja nova inscrição se processará ao final do exercício com os respectivos pagamentos no exercício seguinte.

Pode-se observar que a UJ tem evitado as reinscrições de restos a pagar, realizando os devidos cancelamentos após análise de cada caso.

4. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

4.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

Quadro 13 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação Apurada em 31/12/2010 (Quadro A.5.1)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	1.025	711	47	14
1.1 Membros de poder e agentes políticos	01	01	01	01
1.2 Servidores de Carreira	1.024	237	46	12
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	1.024	174	01	05
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	63	45	07
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	473	-	01
1.4.1 Cedidos	-	473	-	01
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	477	451	39	41
2.1 Cargos Natureza Especial	01	01	01	01
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	378	365	33	36
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	110	02	03
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	22	06	01
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	75	04	04
2.2.4 Sem vínculo	-	135	21	28
2.2.5 Aposentado	-	23	-	-
2.3 Funções gratificadas	98	85	05	04
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	80	05	04
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	04	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	01	-	-
Total	1.502	1.162	86	55

Fonte: SIAPE

Observação: As informações do Quadro 13 demonstram a composição do contingente de recursos humanos do MME, gerenciados pela UJ.

Esta Unidade Jurisdicionada, por intermédio da Coordenação-Geral de Recursos Humanos, gerencia todo o contingente de pessoal do Ministério de Minas e Energia. Além do quadro de servidores efetivos que integram o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, o Órgão conta também com um Quadro Especial em Extinção do MME, criado especialmente pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para abarcar o retorno de ex-servidores advindos das extintas empresas CAEEB e SIDERBRÁS, no regime celetista, com anistia concedida por força da Lei nº 8.878, de 11/5/94, e outros que retornaram aos cargos públicos por ação de decisões judiciais favoráveis.

Atuam no Ministério de Minas e Energia, ainda, servidores públicos requisitados da Administração Direta e Indireta, bem como pessoas sem vínculo com o Serviço Público, todos ocupantes de cargos de livre provimento.

Outro contingente de recursos humanos que compõe a força de trabalho do MME são os servidores especializados, pertencentes às carreiras da Advocacia Geral da União – AGU (Procuradores) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Analistas de Orçamento e Finanças, Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Analistas em Tecnologia da Informação e recentemente os Analistas de Infraestrutura referentes ao 2º concurso), cujo exercício foi descentralizado pelos órgãos de origem, para atendimento de necessidades específicas deste Órgão, porém esse pessoal não consta do Quadro 13.

Há que se justificar, ainda, que dos 473 servidores caracterizados como cedidos, uma parcela de 100 servidores efetivos encontra-se a disposição de outros órgãos públicos e o restante (373), são anistiados cujo retorno se deu a partir de 2009 e que passaram a integrar o Quadro Especial em Extinção do MME, no regime celetista, estando hoje no exercício de suas funções em entidades da Administração Pública sediadas no Distrito Federal e em outras Unidades da Federação.

Vale ressaltar nesse ponto, que do total de anistiados com retorno deferido para o MME, 64 ex-empregados da CAEEB e SIDERBRÁS permanecem atuando nesta Sede, e por isso foram contabilizados nos subitens 1.2.1 e 2.2.1 do Quadro 13.

Assim, temos que o quantitativo de cargos que compõem o Quadro Permanente do MME com lotação autorizada pela legislação específica, qual seja, 1.024, descontados os servidores de carreira vinculada ao órgão de lotação efetiva e excluindo os anistiados celetistas que atuam na Sede $[1.024 - (174 + 100 + 80 + 110) - 64]$ temos 624 cargos vagos, decorrentes de aposentadoria, falecimento e vacância ocorridos ao longo de vários anos. Tais cargos, que pertencem ao PGPE em quase sua totalidade, somente poderão ser providos mediante realização de concurso público, contudo, ante o deferimento de retorno dos anistiados pela Lei nº 8.878/94, há que se priorizar a absorção desse contingente de pessoal, mais o pessoal técnico especializado de carreira, a exemplo de Analista de Infraestrutura.

Mas o MME ainda se apresentava com déficit de sua força de trabalho, principalmente na área fim, situação que impactava o desenvolvimento de atividades estratégicas dos setores mineral, de petróleo/gás natural e energético e que não podem ser supridos com a entrada de anistiados ou de servidores das categorias de cargos vagos do PGPE. Para incremento de especialistas na área técnica a Coordenação-Geral de Recursos Humanos demandou e recebeu do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão mais 39 Analistas de Infraestrutura, desta feita, para exercício neste Órgão, de modo a atender os programas de Governo ao encargo desta Pasta.

Com relação a movimentação do Quadro (ingresso X egresso), constata-se a normalidade, lembrando que o maior peso está na entrada dos servidores de carreiras descentralizadas (analistas de infraestrutura e Analista de Tecnologia da Informação).

Quadro 14 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010 (Quadro A.5.2)

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo	53	43	260	376	168
1.1. Membros de poder e agentes políticos				1	
1.2. Servidores de Carreira	52	41	133	159	44
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	1	2	127	216	124
2. Provedimento de cargo em comissão	49	54	63	70	26
2.1. Cargos de Natureza Especial				1	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	49	54	62	66	25
2.3. Funções gratificadas			1	3	1

Fonte: SIAPE

Apesar da entrada de novos servidores das carreiras de Analista de Infraestrutura e de Analista em Tecnologia da Informação no MME (faixa etária até 30 anos), a idade média do efetivo de pessoal deste Órgão é alta, com maior concentração na faixa etária de 51 a 60 anos. A explicação para esse fato está no retorno dos anistiados, correspondentes a 38,33% do Quadro de Pessoal, com idade exatamente nas duas últimas faixas etárias. A faixa etária de 41 a 50 anos compreende a maioria dos servidores efetivos, integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE.

Quadro 15 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12/2010 (Quadro A.5.3)

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	-	1	16	52	393	374	38	19	7
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	1	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	13	40	159	153	38	19	7
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	1	3	12	234	220	-	-	-
2. Provedimento de cargo em comissão	-	-	-	-	68	194	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	1	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	66	190	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	2	3	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

Para melhorar o nível de escolaridade dos servidores e empregados deste órgão, dispomos do “Projeto de Graduação”, iniciado em 2010, contando hoje com 12 participantes. Outro destaque são os cursos de pós-graduação oferecidos aos servidores com cargos efetivos.

4.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

Quadro 16 - Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12/2010 (Quadro A.5.4)

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	535	03
1.1 Voluntária	463	03
1.2 Compulsório	01	-
1.3 Invalidez Permanente	70	-
1.4 Outras	01	-
2 Proporcional	281	-
2.1 Voluntária	263	-
2.2 Compulsório	07	-
2.3 Invalidez Permanente	11	-
2.4 Outras	-	-

Fonte: SIAPE

O quantitativo de aposentados tem reduzido ao longo dos últimos anos e, essa diminuição está diretamente ligada à idade dos aposentados, entretanto, em médio prazo (10 a 15 anos), deverá ocorrer expressivo aumento do número de pedidos de aposentadorias por parte dos servidores integrantes da carreira do PGPE (cerca de 300 servidores), que a essa época terão preenchidos todos os requisitos para sua requisição.

Quadro 17 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12/2010 (Quadro A.5.5)

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	768	17
2. Proporcional	58	02

Fonte: SIAPE

Na mesma situação que a aposentadoria encontra-se o quantitativo de beneficiários de pensão, que vem reduzindo ao longo dos últimos anos, também influenciada pelo fator idade dos beneficiários (seja por morte ou pelo atingimento da maioridade).

4.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Quadro 18 - Composição do Quadro de Estagiários (Quadro A.5.6)

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	25	24	21	22	162.800,90
Área Fim	1	1	1	1	7.680,00
Área Meio	24	23	20	21	155.120,90
Nível Médio	38	39	40	38	156.179,11
Área Fim	14	14	14	14	57.174,63
Área Meio	24	25	26	24	99.004,48

Fonte: SIAPE

Quanto aos estagiários, o interesse das áreas finalísticas por estagiários se resume no perfil de nível médio para auxiliar no desenvolvimento de atividades meramente administrativas, enquanto que na área meio há interesse no perfil de nível superior para o exercício de atividades de secretariado executivo e de gestão de documentos.

4.4 QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS

Quadro 19 - Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010 (Quadro A.5.7)

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010	96.735,87		10.748,43					107.484,30
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	4.419.048,65		8.326.734,33	459.294,76	1.399.637,09	1.460.368,50	275.771,70	16.340.855,03
2009	19.314.756,61		8.688.843,42	693.779,12	2.260.853,73	1.859.579,50	230.839,20	33.048.651,58
2010	26.897.899,95		12.681.746,96	1.353.455,36	3.618.003,80	3.219.158,78	119.338,06	47.889.602,91
Servidores com Contratos Temporários								
2008	1.441.950,92		8.458,31	37.427,71	39.576,86			1.527.413,80
2009	711.498,93		50.034,92	54.383,71	12.187,97		27.380,66	855.486,19
2010								
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	9.358,46		21.141,09	788,83	3.437,68			34.726,06
2009	20.769,12		14.010,46	907,99	3.561,84			39.249,41
2010	23.401,26		17.825,75	1.113,96	5.265,96			47.606,93
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008		72.386,40	6.859,12					79.245,52
2009		82.309,44	6.859,12	4.572,74				93.741,30
2010		72.644,27	5.965,35	2.286,37				80.895,99
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008		15.342.763,69	1.087.342,03	379.184,07	15.047.380,66	43.229,46	47.705,10	31.947.605,01
2009		16.032.089,04	1.193.401,44	360.999,07	17.202.427,93	17.515,61	23.567,00	34.830.000,09
2010		16.058.299,80	1.241.640,51	352.003,29	18.576.470,94	76.063,06		36.304.477,60
Servidores ocupantes de Funções Gratificadas								
2008		1.041.272,03						1.041.272,03
2009		1.071.508,00						1.071.508,00
2010		1.007.525,04						1.007.525,04

Fonte: SIAPE / SIAFI

Observação: As informações do Quadro 19 demonstram a situação global dos custos de recursos humanos do MME.

➤ **Análise Crítica da Gestão dos Recursos Humanos**

Relativamente à despesa com recursos humanos, há que se ressaltar que a evolução dos valores registrados (aumento ao longo dos últimos anos), se apresenta dentro do padrão de gasto aceitável, uma vez que houve absorção de novos servidores no período avaliado (Analistas de Infraestrutura, Técnicos de TI e anistiados da Lei nº 8.878/94), sem contar que houve alterações nas tabelas salariais de diversas categorias do serviço público, incluindo dos anistiados.

Um ponto importante a refletir, se refere aos altos valores das indenizações/ressarcimentos de remunerações de servidores/empregados (técnicos especializados) requisitados. Nesse contexto evidencia-se a necessidade das áreas finalísticas por um corpo de servidores especializados, em substituição ao pessoal requisitado de outras empresas, passíveis de ressarcimento ou reembolso de suas remunerações aos seus órgãos de origem, os quais exercem atividades que não podem ser supridas por servidores do quadro permanente. Esse corpo de técnicos está sendo formado agora com a entrada dos Analistas de Infraestrutura no Quadro Permanente deste Órgão.

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos tem agido de forma a adequar quantitativa e qualitativamente seu Quadro de Pessoal às necessidades, demandas e exigências das áreas meio e fim.

Quantitativamente, apesar da falta de espaço físico nas dependências do Órgão para acomodar novos servidores, foram absorvidos mais 39 Analistas de Infraestrutura, buscando atender carência das secretarias finalísticas, do Gabinete do Ministro e da Secretaria-Executiva. Também foram colocados em exercício na área meio desta Sede, 64 anistiados e 5 Analistas em Tecnologia da Informação, estes para suprir exigências de operacionalização do novo sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos – DocFlow.

Qualitativamente investiu-se em ações para capacitação de pessoal, procurando contemplar todos os servidores (efetivos, requisitados, anistiados e sem vínculo) no Plano Anual de Capacitação, elaborado com métodos e técnicas do mapeamento de competências, de forma a treiná-los e qualificá-los para exercer suas atividades e atribuições neste Órgão, visando o melhor desempenho individual e institucional possível.

No que se refere ao processo de avaliação dos servidores, recentemente foi regulamentado um instrumento no âmbito do Governo Federal trata-se de um sistema estruturado para avaliação e desempenho do contingente do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, o qual disponibiliza um conjunto de regras para avaliar e acompanhar a execução de atividades por parte dos servidores, bem como oportuniza a verificação dos parâmetros funcionais auferidos com as metas e objetivos institucionais fixados. Foi feito o primeiro ciclo de avaliação do PGPE.

Na área da saúde, é importante ressaltar, que a adesão aos serviços ora disponibilizados (GEAP, ALIANÇA ou Auxílio de caráter indenizatório) é de livre opção por parte dos servidores ativos e inativos e beneficiários de pensão civil. O atual contrato celebrado com a GEAP - Fundação de Seguridade Social, que possui o maior número de adesões, embora tenha perspectiva de vigência até junho de 2012, poderá ser rescindido a qualquer momento, tão logo o Poder Judiciário decida sobre a situação jurídica da referida entidade ou o Tribunal de Contas da União determine o seu encerramento.

Importante ação foi concluída, ainda no exercício de 2010, para melhor gestão do processo de Estágio Remunerado no âmbito deste Órgão, qual seja a elaboração do “Manual do Programa de Estágio”, com todos os procedimentos técnicos e administrativos relacionados à operacionalização, fundamentação legal e subsídios para o repasse de orientações e informações aos estagiários, supervisores e servidores que os acompanham e instruem.

Ademais, foi instituído também o “Plano de Orientação e Desenvolvimento de Estagiários – PODE”, que tem por finalidade oferecer, por meio de ações voluntárias de servidores do quadro do MME, conhecimentos, habilidades e orientações aos jovens estudantes, para um bom desempenho e melhor relacionamento profissional e pessoal.

4.5 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Quadro 20 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene (Quadro A.5.8)

Unidade Contratante													
Nome: Ministério de Minas e Energia													
UG/Gestão: 320004						CNPJ: 37.115.383/0001-53							
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2005	L	O	30	00.617.589/0001-71	30/06/2005	30/08/2010		44					E
2010	L	O	27	08.247.960/0001-60	31/08/2010	30/08/2011		40					P
<p>Observação.: Contrato de prestação de serviços executados de forma contínua, com duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 meses (inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93), a critério da Administração.</p> <p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: Informações retiradas dos Instrumentos contratuais assinados entre as partes

Observação: O Ministério de Minas e Energia não tem contrato de vigilância, pois todos os vigilantes em atividade neste órgão pertencem ao quadro permanente da Administração Pública.

Quadro 21 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra (Quadro A.5.9)

Unidade Contratante													
Nome: Ministério de Minas e Energia													
UG/Gestão: 320004							CNPJ: 37.115.383/0001-53						
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2005	4	O	48	03.084.540/0001-99	22/08/2005	21/08/2010		02					E
2007	7	O	03	37.057.387/0001-22	02/01/2007	01/01/2012				12		05	P
2008	5	O	07	72.591.894/0001-42	27/03/2008	26/03/2011				17			P
2008	7	O	17	05.607.412/0001-08	23/06/2008	18/04/2010				43			E
2008	7	O	39	05.607.412/0001-08	29/10/2008	30/06/2010				10			E
2008	2	O	47	04.768.702/0001-70	23/12/2008	22/12/2011				11		01	P
2009	3	O	20	08.965.970/0001-33	01/04/2009	30/06/2010				36			E
2009	2	O	25	26.972.885/0001-84	07/07/2009	06/07/2011				05		02	P
2010	7	O	10	04.248.842/0001-18	28/04/2010	27/10/2010				43			E
2010	7	O	19	04.271.959/0001-12	01/07/2010	30/06/2011				10			A
2010	3	O	20	08.965.970/0001-33	01/07/2010	30/06/2011				38			A
2010	7	O	40	04.248.842/0001-18	28/10/2010	27/10/2011				43			A
2010	4	O	47	03.084.540/0001-99	01/12/2010	30/11/2011		04					A
2010	1	O	51	02.277.205/0001-44	21/12/2010	20/12/2011				04		01	A

Observação: Contrato de prestação de serviços executados de forma contínua, com duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 meses (inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93), a critério da Administração.

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;	5. Serviços de Brigada de Incêndio;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
3. Serviços de Copa e Cozinha;	7. Outras
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;	

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Informações retiradas dos Instrumentos contratuais assinados entre as partes

Quadro 22 - Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra (Quadro A.5.10)

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
03/2007	9	17	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI
07/2008	5	17	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL
47/2008	2	12	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL
25/2009	2	07	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL
19/2010	9	10	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL
20/2010	3	38	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL
27/2010	7	40	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL
40/2010	9	43	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA
47/2010	4	04	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL
51/2010	1	05	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI

LEGENDA
Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;	6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;	7. Higiene e Limpeza;
3. Serviços de Copa e Cozinha;	8. Vigilância Ostensiva;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;	9. Outras.
5. Serviços de Brigada de Incêndio;	

Fonte: Informações retiradas dos Instrumentos contratuais assinados entre as partes

4.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Os indicadores que a área possui estão apresentados no item 2.4.3 deste Relatório.

5. INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

5.1 TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO

5.1.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2010

Quadro 23 - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência (Quadro A.6.1)

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério de Minas Energia - Coordenação-Geral de Recursos Humanos									
CNPJ: 37.115.383/0001-53					UG/GESTÃO: 320005/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	592343	03.658.432/0001-82	R\$12.175.344,00	R\$0,00	R\$2.508.464,00	R\$5.871.713,00	01/07/2007	30/06/2012	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Parceria					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Cooperação					4 - Concluído				
5 - Termo de Compromisso					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: SIASG, SIAFI e CGRH

Observação: No campo “No exercício” além do valor informado, encontra-se pendente de pagamento R\$ 55.415,00, relativo a acordo/ajuste ao convênio no período de jan/ago de 2010.

5.1.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes

Quadro 24 - Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes (Quadro A.6.3)

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério de Minas e Energia - Coordenação-Geral de Recursos Humanos					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320005/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	1	R\$12.175.344,00	R\$5.871.713,00	R\$2.589.215,00	48%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	1	R\$12.175.344,00	R\$5.871.713,00	R\$2.589.215,00	48%

Fonte: SIASG, SIAFI e CGRH

Análise

Para o convênio firmado com a Fundação de Seguridade Social – GEAP, por estar na situação de adimplência, foi efetivado o repasse financeiro no decorrer do exercício, em observância ao cronograma de desembolso, bem como empenhado o crédito em conformidade com a legislação vigente para o período.

6. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.370/1993.

Em observância às orientações contidas no Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, o titular da Coordenação-Geral de Recursos Humanos informa que os servidores do Ministério de Minas e Energia estão em dia com a exigência de apresentação da Declaração de Bens e Renda à Secretaria da Receita Federal, conforme determina a Lei nº 8.370, de 10 de novembro de 1993, com comprovantes acostados às suas pastas de assentamentos funcionais.

7. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

7.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Quadro 25 - Estrutura de Controles Internos da SPOA (Quadro A.9.1)

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X

Informação e Comunicação (Continuação)	1	2	3	4	5
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Considerações gerais:</p> <p>1) A SPOA, como Unidade Jurisdicionada responsável pela execução de atividades relativas à organização e modernização administrativa e as relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Contabilidade, de Administração Financeira, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Administração de Recursos Humanos e de Serviços Gerais no âmbito do MME, está sujeita ao fiel cumprimento de toda a legislação que envolve sua competência regimental.</p> <p>2) As ações de quaisquer servidores públicos pelo art. 37, da Constituição Federal, devem se pautar pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além disso, há que se considerar que os deveres, proibições, responsabilidades, crimes e penalidades no âmbito administrativo se encontram muito bem delineados no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, no Código de Ética e no Estatuto das Licitações e Compras, dentre outras normas legais vigentes (códigos civil e penal).</p> <p>3) De fato, os controles da SPOA se dão no dia-a-dia, no acompanhamento sistemático das atividades ao encargo das Unidades que a compõem, por seus respectivos gestores, e na organização de suas rotinas e processo de trabalho. Dessa forma, temos garantido a legalidade, eficiência e eficácia na execução das competências regimentais afetos à área, com realizações pautadas sempre na legalidade e de forma a atender seus objetivos e metas traçadas.</p> <p>4) Não há um sistema de controle específico para coleta e registro de dados atinentes a ocorrências de fraudes e perdas no âmbito desta UJ, todavia, entende-se que cada processo administrativo disciplinar e de sindicância aberto para apurar faltas cometidas por servidores públicos ou denuncia de má conduta no desempenho de funções, quer seja por violação aos deveres, proibições e responsabilidades capituladas nos arts. de 116 a 119 da Lei nº 8112/90, ou por cometimento dos crimes administrativos previstos nos arts. de 89 a 98 da Lei nº 8.666/93, são registros típicos do que se pede nesse item. Igualmente nessa situação encontram-se processos administrativos de licitações e contratos, quando há transgressão por parte de licitantes ou contratados aos dispositivos da Lei nº 8.666/93 ou descumprimentos de obrigações contratuais (por denúncia ou constatação), situações que são apudadas com vistas à aplicação de sanções administrativas previstas, com posterior instauração de TCE, conforme o caso, e formalização de denúncia junto ao MPU ou SFN/MF.</p> <p>5) Metodologia: A metodologia empregada para responder esse questionário foi a realização de reuniões, no âmbito da Subsecretaria, com pessoas representantes de suas áreas estratégicas.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

8. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro 26 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis (Quadro A.10.1)

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>Licitações Sustentáveis</p> <p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <p>Resposta: Sim, mas em fase inicial.</p> <p>O PE 14/2010 – serviços de limpeza, constam alguns critérios de sustentabilidade ambiental, no anexo I do edital:</p> <p>13.22 Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;</p> <p>13.23 Adotar tratamento idêntico para o descarte de lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Esses produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;</p> <p>13.24 Estabelecer conjuntamente com o Contratante o encaminhamento dos pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente, aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vista que pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública, de conformidade com a Resolução CONAMA nº 258, de 26 de agosto de 1999;</p> <p>O PE 23/10 – aquisição ar condicionado Split com instalação, consta no anexo I questão sobre descarte de produtos/materiais:</p> <p>5.1 Responsabilizar pela limpeza do local onde forem realizados os serviços, depositando todos os materiais reaproveitáveis em locais designados pela fiscalização, recolhendo os entulhos em recipientes apropriados, descartando-os em locais indicados pelo GDF, sem criar constrangimentos para o MME;</p> <p>O PE 25/10 – reforma banheiros, no anexo I item 7:</p> <p>g) A remoção e o transporte de todo o entulho e detritos provenientes das demolições serão executados pela Contratada de acordo com as exigências dos órgãos competentes do Distrito Federal, depositando os mesmos em contentores apropriados;</p>				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p> <p>Resposta: Sim, o PE 14/2010 – serviços de limpeza, o PE 26/10 – marceneiros, também incluem critérios de sustentabilidade no anexo I do edital, quando da utilização de materiais diversos, produtos de limpeza, etc, tais como:</p> <p>13.19 Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:</p> <p>13.19.1 Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;</p>				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>Licitações Sustentáveis</p> <p>(Continuação do item 3)</p> <p>13.19.2 Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;</p> <p>13.19.5 Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;</p> <p>8.18.1 Treinamento/capacitação periódicos dos funcionários sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição, pelo menos uma vez por ano;</p> <p>13.25 Manter critérios especiais para aquisição e uso de produtos biodegradáveis, que deverão conter marca de conformidade (INMETRO ou similar) e estar devidamente registrados no Órgão de vigilância sanitária competente do Ministério da Saúde (art. 14 e 15 do Decreto nº 79.094, de 5 de janeiro de 1997, que regulamenta da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976).</p>					
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <p>Resposta: Sim, mas em fase inicial.</p> <p>O PE 14/2010 – serviços de limpeza, também inclui critérios de sustentabilidade sobre certificações, no anexo do edital:</p> <p>13.25 Manter critérios especiais para aquisição e uso de produtos biodegradáveis, que deverão conter marca de conformidade (INMETRO ou similar) e estar devidamente registrados no Órgão de vigilância sanitária competente do Ministério da Saúde (art. 14 e 15 do Decreto nº 79.094, de 05 de janeiro de 1997, que regulamenta da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.)</p> <p>O PE 17/2010 – reforma dos PC's, o PE 18/10 – balcões de madeira, o PE 19/2010 – pintura do prédio, o PE 25/10 - reforma banheiros, PE 32/10 – reforma portaria, também incluem critérios de sustentabilidade no anexo I do edital, sobre certificações, temos:</p> <p>13.29 Empregar materiais novos, comprovadamente de primeira qualidade padrão “A”, reconhecidos nacionalmente como de boa qualidade e aceitabilidade, referenciados como líderes no ramo, detentor de NORMAS ISO, não sendo aceitos, sob pretexto nenhum, materiais classificados como comerciais, extras ou de qualidade inferior, com a alegação de menor preço. No caso da utilização de materiais importados, os mesmos deverão estar com toda a documentação que os legalize no País, principalmente quanto ao cumprimento das normas da ABNT e INMETRO, e que previamente a aplicação, deverão ser submetidos à Fiscalização;</p> <p>O PE 20/10 – combustíveis, também trata de certificações, no anexo I:</p> <p>7.1.4.3 Atestado emitido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO quanto à regularidade de aferição metrológica das bombas de combustíveis do estabelecimento;</p> <p>7.1.4.4 Atestado emitido pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - SEMARH/DF informando que o posto está dentro das condições exigidas por aquele órgão;</p> <p>7.1.4.5 Declaração formal de que a localização do posto de combustíveis (álcool, gasolina e óleo diesel) está circunscrito numa distância inferior a 15 (quinze) Quilômetros da sede do Ministério de Minas e Energia, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, em Brasília/DF.</p> <p>O PE 23/10 – aquisição ar condicionado Split – traz no anexo I:</p> <p>5.15 Executar os trabalhos por mão-de-obra especializada, devendo a Contratada estar ciente das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, correspondente a cada etapa dos serviços constantes deste Termo de Referência;</p>				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>Licitações Sustentáveis</p> <p>(Continuação do item 4)</p> <p>O PE 39/10 – água mineral, como requisitos de habilitação, no edital e anexo I contém as seguintes solicitações:</p> <p>7.1.4.2 Apresentação das análises química e físico-química completa (LAMIM), obrigatória a cada três anos para verificação de composição (art. 27 Decreto-Lei Nº 7.841/45 do DNPM);</p> <p>7.1.4.3 Comprovação de registro do produto na ANVISA (DINAL), Decreto-Lei nº 7.841/45 do DNPM e Resolução RDC Nº 278/2005, da ANVISA, válida por 06 (seis) anos.</p> <p>7.1.4.4 Portaria de Lavra do Ministério de Minas e Energia, Decreto-Lei nº 7.841/45 do DNPM.</p> <p>7.1.4.5 Licença de operação válida, expedida pela Secretaria de Recursos Hídricos – SEMARH, ou do Município de origem em conforme disposto da Resolução nº 237/97 do Ministério do Meio Ambiente, validade por até quatro anos, dependendo do grau de risco;</p> <p>7.1.4.6 Rótulo padrão identificador da água, aprovado pelo DNPM, em conformidade com a legislação atual.</p> <p>7.1.4.7 Declaração de autorização da fonte produtora, no caso de distribuidores, em papel timbrado, para comercialização da água mineral, atestando que o mesmo atende todas as exigências sanitárias de armazenamento e comercialização de água mineral.</p> <p>O PE 40/10 – Programação visual – no item 6 do anexo I temos a seguinte solicitação: Para a execução dos serviços, além da estrita observância das Especificações, das Normas, das recomendações do fabricante dos materiais, Métodos Brasileiros e das Normas de Segurança ditadas pelo CBM-DF, a Contratada deverá atender a todas as exigências das Leis, Códigos, Portarias e Normas incidentes sobre a execução trabalhos em vigor.</p>					
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <p>Resposta: Sim, o PE 14/2010 - contratação de serviços de limpeza e conservação, o PE 26/10 – contratação de serviços de marceneiros, também incluem critérios de sustentabilidade no anexo I do edital, tais como: 13.19.3 Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;</p> <p><u>ÁGUA</u></p> <p>No exercício de 2008, o MME instalou em seus banheiros torneiras de acionamento hidrodinâmico com a finalidade de reduzir o consumo d'água.</p> <p>No presente exercício, o MME está reformando esses mesmos banheiros, e a ação para reduzir o consumo d'água será a instalação de válvulas de descargas com duas opções, sendo uma para descarga com volume menor d'água para urina e a outra descarga com maior volume para fezes. As descargas nos mictórios serão automatizadas por sensor elétrico visando também à economia de água.</p> <p><u>ENERGIA</u></p> <p>No exercício de 2009/10 o MME trocou as suas instalações elétricas antigas por instalações novas, com o propósito de modernizar, proporcionar mais segurança contra sinistros e com mais confiabilidade. O novo sistema conseqüentemente visa reduzir o consumo de energia. Assim, as luminárias instaladas apresentam a face interna espelhada, as lâmpadas são da linha de 28 W, T5, que apresentam melhor desempenho e com menor gasto de energia.</p>					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>Licitações Sustentáveis</p> <p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <p>Resposta: Sim, mas em fase inicial. O PE 14/2010 para contratação de serviços de limpeza, traz a condição de reciclagem, nas obrigações da contratada, no anexo I do edital: 13.19 Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como: 13.19.5 Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.</p>				X	
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? <p>Resposta: Sim. No PE 13/2010 foram adquiridos 4 (quatro) veículos de transporte institucional de autoridades em serviço, contendo na descrição detalhada do item, no anexo I do edital: - Motor bicomcombustível, álcool/gasolina, motor 1.6 a 2.0 de cilindrada; Assim, os veículos foram adquiridos com a etiqueta veicular flex.</p>					X
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? <p>Resposta: Na realidade estamos nos preparando e, considerando um planejamento participativo e integrado das partes envolvidas, estaremos contribuindo para o desenvolvimento sustentável, que envolve critérios sociais, econômicos e ambientais e que está se tornando numa imposição legal para Administradores/áreas jurídicas e órgãos centrais do Governo.</p>		X			
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p> <p>Resposta: Sim, o PE 20/10 – combustíveis, traz a solicitação no anexo I do edital: 14.4 Abastecer os veículos do MME com produtos de primeira qualidade, de acordo com as especificações e normas da Agência Nacional do Petróleo – ANP e INMETRO; O PE 23/10 – aquisição ar condicionado Split – traz no anexo I do edital: 5.1 Utilizar exclusivamente material de primeira qualidade, Classe “A”; 5.16 Usar pessoal próprio, contratado sob a sua inteira responsabilidade, capacitado, orientado e treinado, para, sob a sua supervisão direta, executar os serviços em condições de segurança, com qualidade; O PE 26/2010 – marceneiros – traz como obrigação da contratada, no anexo I: 8.17 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, com a qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação; O PE 33/10 – Aquisição fragmentadoras traz no edital a seguinte solicitação: 13.2 Os equipamentos deverão ser entregues novos, devidamente embalados e em perfeitas condições de funcionamento, absolutamente de acordo com as especificações técnicas e níveis de desempenho mínimos exigidos no Termo de Referência, Anexo I do edital.</p>				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>Licitações Sustentáveis</p> <p>(Continuação do item 9)</p> <p>O PE 41/10 – materiais elétricos e hidrossanitários, anexo I traz como obrigação da contratada:</p> <p>11.1 Entregar material de Primeira Qualidade - (classe “A”), de acordo com a ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e aprovado pelo INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial;</p> <p>11.5 Fornecer produtos de primeira qualidade, conforme as orientações contidas neste Termo de Referência. Não serão toleradas adaptações suspeitas. Caso algum produto apresente defeito no momento de sua aplicação, não sendo por falha de instalação, a Empresa deverá repô-la mesmo após ter sido paga, de conformidade com o Código do Consumidor;</p>					
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levam à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p> <p>Na medida do possível e de condições orçamentárias, sim.</p> <p>Conforme explanado no Item 5, acha-se em execução o projeto de reforma dos banheiros do MME, com a implantação de ações voltadas para a economia d’água nas instalações hidrossanitárias. O acabamento proposto para piso em porcelanato irá necessitar processos de higienização com menor quantidade de água e produtos que atualmente.</p> <p>No contrato de limpeza foi implantada a ação de resinamento dos pisos para diminuir a necessidade de lavá-los com água, com frequência.</p> <p>O MME em cooperação com a CEB – Cia Energética de Brasília prevê a implantação, em 2011, de um projeto de efficientização do sistema de iluminação do edifício, mediante a substituição dos reatores existentes, por reatores dimerizáveis, sensores de presença e painéis microprocessados, para programar a intensidade da iluminação das lâmpadas das salas em função das necessidades e presenças dos usuários e das condições de iluminação natural.</p>					X
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p> <p>Resposta: Sim.</p> <p>A coleta seletiva solidária foi implantada neste MME desde 13/12/2007, atualmente firmado Termo de Compromisso com a Associação dos Catadores de Papel do Plano Piloto – ACOPLANO, para a coleta três vezes por semana.</p> <p>A coleta seletiva é um dos instrumentos importantes que podem ser utilizados com a finalidade de equacionar os impactos ambientais decorrentes da atividade humana. Assim, é medida de gestão pública socioambiental, em consonância com o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público a defesa e preservação ambiental (art 225, CF).</p> <p>O Decreto faz menção a “resíduos recicláveis descartados” caracterizando-os como “materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo”, rejeitados pelo órgão, mas dentro dos princípios da razoabilidade e da moralidade administrativa.</p> <p>- Realizamos contratação de empresa especializada para prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e designação final dos resíduos da unidade médica deste MME, por intermédio da dispensa de licitação nº 38/2010.</p> <p>Ainda, o PE 14/2010 para contratação de serviços de limpeza, traz a condição de reciclagem, nas obrigações da contratada, no anexo I do edital:</p> <p>13.19 Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:</p> <p>13.19.5 Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.</p>					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>Licitações Sustentáveis</p> <p>(Continuação do item 11)</p> <p>O PE 23/10 – aquisição ar condicionado Split com instalação, traz no anexo I questão sobre descarte de produtos/materiais:</p> <p>5.1 Responsabilizar pela limpeza do local onde forem realizados os serviços, depositando todos os materiais reaproveitáveis em locais designados pela fiscalização, recolhendo os entulhos em recipientes apropriados, descartando-os em locais indicados pelo GDF, sem criar constrangimentos para o MME;</p> <p>O PE 25/10 – reforma banheiros, no anexo I, no item 7:</p> <p>g) A remoção e o transporte de todo o entulho e detritos provenientes das demolições serão executados pela Contratada de acordo com as exigências dos órgãos competentes do Distrito Federal, depositando os mesmos em contentores apropriados;</p>					
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? <p>Resposta: Ocorreu de forma muito individualizada. Estamos nos preparando para melhores ações no ano de 2011.</p>		X			
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais etc.)? <p>Resposta: Sim. A Coordenadora de licitações e compras, após participação no evento “<i>Apresentação do Sistema Eletrônico de Compras e Demonstração das Ações para a Política de Compras Públicas Sustentáveis</i>” realizado no Ministério do Planejamento em outubro/2009, preparou relatório e fez exposição escrita e verbal aos servidores da área, com distribuição de <i>folders</i> também para a área de contratos e gabinete da SPOA. Num segundo momento, a coordenadora participou do “<i>Workshop de Contratações Públicas Sustentáveis</i>” promovido pela SLTI/MPOG abril/2010, preparou outro relatório, e fez exposição escrita e verbal aos servidores da área, com a divulgação do site www.cpsustentaveis.planejamento.gov.br para cursos EAD. Posteriormente, foi preparada a apresentação em <i>power point</i>, sobre as questões que envolvem CPS – Compras Públicas Sustentáveis.</p>			X		
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Sabemos que este é o momento de unir as comunidades, as práticas, trocar experiências com outros órgãos e entidades, por intermédio da Internet e redes de relacionamentos e iniciar um processo diferente, considerando um planejamento participativo e integrado das partes envolvidas. Não é um caminho pronto, então temos que aprender e mudar muitas coisas. Temos que descobrir maneiras diferentes de fazer, medir os resultados, os impactos, ver o quê atingiu e comprar cada vez melhor.</p> <p>A intenção é que no processo de mudança de paradigmas cada um tem que fazer a sua parte no processo e correr atrás de mais informações. Significa que devemos abrir, começar o processo, fazer acontecer e traduzir isso nas compras públicas e ainda, destacar isso nas boas práticas e criar um ambiente de maneira a ter muitas referências para comprar de forma sustentável e de forma que se tenha todo o cuidado que se deve ter com a gestão ambiental.</p> <p>Outro destaque especial é com relação a “economizar”, “reduzir o consumo” e “evitar o desperdício” saber usar muito bem os recursos públicos do país e do planeta. Essa é a sintonia em que todos têm que estar, bem por isso estamos nos preparando para mais e melhores ações neste ano de 2011</p>					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
Considerações gerais (Cont.):					
Metodologia:					
A metodologia empregada para responder esse questionário foi a realização de reuniões, no âmbito da Subsecretaria, com pessoas representantes de suas áreas estratégicas.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					
PE: Pregão Eletrônico					

9. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UJ

9.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

Quadro 27 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União (Quadro A.11.1)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	1	1
	Brasília	1	1
	UF2	4	4
	Santa Catarina	4	4
Total (Brasil)		5	5

Fonte: Sistema de Gerenciamentos dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET

Quadro 28 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros (Quadro A.11.2)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Brasília	1	0
Total (Brasil)		1	0

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Observação: O Ministério de Minas e Energia alugou por um período de 12 meses, parte de um Imóvel localizado na SCRS 505, Bloco “C”, para acomodação de pessoal, até a conclusão da reforma predial, conforme Contrato nº 41/2008.

Quadro 29 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ (Quadro A.11.3)

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
320004	970116936.500-1	21	5	777.892,24	28.12.2009	10.534.827,25	766.994,00	384.458,00
320004	808900019.500-1	12	3	79.800,00	23.11.2001	269.880,00	0	0
320004	808900020.500-7	12	3	334.376,00	23.11.2001	1.064.800,74	0	0
320004	808900021.500-2	12	3	3.338,59	16.11.2000	3.338,59	0	0
320004	836700019.500-0	12	3	816.968,67	23.11.2001	816.968,67	0	0
Total							766.994,00	384.458,00

Fonte: Sistema de Gerenciamentos dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET
Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

Análise crítica

Os Bens Imóveis cujos Registros Imobiliários Patrimonial – RIP’s que iniciam com o algarismo “8”, estão localizados no estado de Santa Catarina e, ainda, constam em nome deste Ministério. Tal fato se deve à extinção das Delegacias do MME nos Estados, tais bens tiveram seus registros transferidos para o patrimônio do MME. No entanto, tais imóveis hoje são ocupados e utilizados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

Tramita na Superintendência Regional do Patrimônio da União em Santa Catarina processo para regularização e respectiva transferência de registros para a Unidade Gestora do DNPM naquele estado.

As informações sobre reavaliações são feitas pela Secretaria de Patrimônio da União de Santa Catarina e lançadas no Sistema SPIUNET.

As despesas com as manutenções desses imóveis não são custeadas por este Ministério, uma vez que os referidos imóveis são usados pelo DNPM.

O Edifício-Sede do Ministério de Minas e Energia teve seu estado de conservação classificado como 5 (Reparos Importantes) tendo em vista o montante de crédito aplicado em obras que vem sendo realizadas desde 2008, 2009 e 2010 como a substituição da rede elétrica, reforma dos brises e esquadrias, instalação do restaurante, impermeabilização da laje, reforma da Portaria Privativa, pintura predial e outras em andamento para conclusão em 2011.

10. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

10.1 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quadro 30 - Gestão de TI da UJ (Quadro A.12.1)

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		X			
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	39				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	43,59%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
<p>Considerações Gerais: Dos 39 técnicos alocados na área de Tecnologia da Informação tem servidores investidos em função pública, por força de nomeação em cargo de confiança, servidores celetistas anistiados de empresas extintas em cargos técnicos que passaram a pertencer ao MME e integram o Quadro Especial em Extinção (Decreto nº 6.657/08) e técnicos de carreira descentralizadas criada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, colocados em exercício neste Órgão, quais sejam:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ 5 servidores investidos em função de confiança (1 requisitado, 1 do quadro do MME e 3 sem vínculo com a Administração Pública). ➤ 14 servidores com cargos públicos da área de Tecnologia da Informação, conforme abaixo: <ul style="list-style-type: none"> - 5 Analistas em Tecnologia da Informação/MP, em exercício na CGTI/MME. - 2 Analistas de Sistema/MME (retorno de empresa extinta por força judicial). - 1 Codificador de Dados/MME (anistiado CAEB-CLT – Dec. Nº 6.657/08). - 2 Programadores de Sistema (anistiado CAEB-CLT – Dec. Nº 6.657/08). - 4 Agentes Administrativos do quadro/MME com percepção de GSISP, exclusivamente para atuar na área de TI. ➤ 3 Estagiários (1 NS e 2 NM). <p>Total: 22</p> <p>Obs.: GSISP – Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática</p>					
Metodologia:					
Relatório respondido individualmente pelo Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação.					

<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					
---	--	--	--	--	--

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

Quadro 31 - Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG: 320004		Limite de Utilização da UG: 40.000,00			
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
HISAO FUJIMOTO	101.661.731-34	15.000,00	0,00	6.002,38	6.002,38
DIMAS FIGUEIREDO NOBREGA	115.018.471-04	6.000,00	0,00	0,00	0,00
ANTONIO DEODORIO DO NASCIMENTO	214.361.181-15	12.000,00	0,00	1.519,18	1.519,18
TOTAL UTILIZADO PELA UG			0,00	7.521,56	7.521,56

Fonte: SIAFI 2010

Quadro 32 - Despesa com Cartão Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
2008	0,00	0,00	16	7.839,16	7.839,16
2009	0,00	0,00	10	7.742,68	7.742,68
2010	0,00	0,00	12	7.521,56	7.521,56

12. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES DO TCU OU ÀS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

12.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Quadro 33 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício (Quadro A.15.1)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	017.426/2008-0	-	-	Comunicação	Ofício de Requisição nº 36-733/SECEX-8, de 12/08/10, dirigido ao SPOA.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Descrição da Deliberação:					
<p>a) Comunica sobre a realização de auditoria operacional para verificação de medidas de economicidade e sustentabilidade adotadas pelo Ministério de Minas e Energia, mediante levantamento de informações (aplicação do questionário proposto para resposta); e</p> <p>b) Solicita, adicionalmente, envio de cópias digitalizadas das 3 últimas contas mensais de energia elétrica do prédio principal da Instituição e do ato oficial de designação dos responsáveis para implementar e controlar as ações de uso racional e de redução de consumo de energia, água e papel, se houver.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS – CGRL					3364
Síntese da providência adotada:					
- Questionário devidamente preenchido pela Sr ^a . Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos e remetido à SECEX-8/TCU, juntamente com a documentação requisitada (objeto do Ofício nº 103/10/SPOA/SE-MME, de 19/08/10).					
Síntese dos resultados obtidos					
Não se aplica					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	027.472/2009-4	-	-	Comunicação	Ofício nº 322/10/SECOB-1, de 12/08/10, dirigido ao SPOA
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA					8932
Descrição da Deliberação:					
<p>- Encaminha relação das obras e serviços fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União no exercício de 2010, para as quais foram identificados indícios de irregularidades graves, informando que o Congresso Nacional levará em consideração, na sua deliberação pelo bloqueio ou desbloqueio da execução das obras e serviços, as razões apresentadas nos prazos estabelecidos pelo § 2º do art. 95 da Lei nº 12.309/10 (LDO 2011).</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA					8932
Síntese da providência adotada:					
<p>a) Informado ao Tribunal de Contas da União (objeto do Ofício nº 103/10/SPOA/SE-MME, de 19/08/10), que a competência regimental desta Unidade Gestora – SPOA, no que pertine a compras e contratações, se restringe a instauração de procedimentos licitatórios apenas para suprir necessidades e demandas do edifício sede/MME e que as obras identificadas com indícios de irregularidades estão sob a responsabilidade das seguintes empresas, vinculadas ao MME: CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A e PETRÓLEO BRASILEIRO S/A; e</p> <p>b) O expediente do TCU foi encaminhado à Secretaria Executiva deste Ministério para conhecimento e gestão junto às citadas empresas (Memo. nº 106/10/SPOA/SE-MME, de 18/08/10).</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Não se aplica					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica					

Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa:						Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA						8932
Deliberações do TCU						
Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
03	015.076/2009-9	3898/2010/2ª Câmara/TCU, de 27/07/2010	1.5.1.1.	-	-	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG
SECRETARIA-EXECUTIVA – SE						3245
Descrição da Deliberação:						
<p>- Alertar à: 1.5.1.1. Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia sobre:</p> <p>1.5.1.1.1. Existência de informações desatualizadas no rol de responsáveis do SIAFI, não constando o endereço residencial completo de diversos servidores, nem a data de publicação no DOU dos atos de designação de todos os responsáveis; e</p> <p>1.5.1.1.2. Atraso na análise das prestações de contas dos convênios (item 1.1.2.1 do Relatório de Auditoria nº 224.476/SEE/MME e item 1.1.4.2. do Relatório de auditoria nº 224.469/SPE/MME).</p>						
Providências Adotadas						
Setor responsável pela implementação						Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – CGOF SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – SPE SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA – SEE						46227, 1917, 1919
Síntese da providência adotada:						
<p>a) Informado à Secretaria Executiva (objeto do Memo. nº 107/10/SPOA/SE-MME, de 19/08/10), que os dados relativos aos servidores designados como responsáveis por ações junto ao Sistema SIAFI foram atualizados com base nos assentamentos funcionais registrados na Coordenação-Geral de Recursos Humanos; e</p> <p>b) Quanto às pendências de prestações de contas relativas a alguns convênios celebrados pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético/SPE (Relatório de Auditoria nº 224.469/09-SPE), e pela Secretaria de Energia Elétrica/SEE (Relatório de Auditoria nº 224.476-SEE), segundo dados levantados pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças/CGOF a situação era:</p> <p>- Dos 15 convênios celebrados pela SEE: 01 ainda estava vigente, 06 haviam sido encerrados, 05 tramitavam no âmbito da SEE para análise técnica e 03 encontravam-se na CGOF para análise financeira; e</p> <p>- Dos 15 convênios celebrados entre a SPE e a Empresa de Energia Elétrica/EPE: 05 já haviam sido encerrados, 06 encontravam-se na SPE para análise e juntada de documentos complementares e 04 encontravam-se na CGOF para análise da documentação complementar requisitada.</p>						
Síntese dos resultados obtidos						
<p>- A análise técnica e a aprovação das prestações de contas dos convênios mencionados são de responsabilidade das Secretarias Finalísticas (SPE e SEE), ficando ao encargo da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) apenas a correspondente análise financeira. Em todo caso, foi realizado um esforço conjunto entre as Secretarias Finalísticas e a SPOA, no sentido de concluir os trabalhos de análises técnica e financeira, bem como para complementar os processos com documentos e informações pertinentes aos convênios celebrados, na tentativa de reduzir o número de prestações de contas pendentes. Com isso, dos 30 convênios mencionados, 21 já foram encerrados e a situação atual é a seguinte:</p> <p>- Dos 15 convênios celebrados pela SEE: 06 já foram encerrados, 07 estão na SEE para análise técnica e/ou aprovação final e 02 encontram-se na CGOF para análise financeira; e</p> <p>- Todos os 15 convênios celebrados entre a SPE e a Empresa de Energia Elétrica – EPE já se encontram encerrados.</p>						
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor						
A maioria dos convênios estava com pendência de documentos e informações técnicas complementares, situação que ensejou atrasos na análise e no encerramento do processo de prestação de contas, o qual precisa ocorrer em compatibilidade com as exigências legais vigentes.						

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	018.152/2010-4	-	-	Diligência	Ofício nº 782/2010-TCU/SECEX-1, de 15/09/2010, dirigido à SPOA.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA					8932
Descrição da Deliberação:					
<p>- Solicita esclarecimento/documento abaixo, no prazo de 15 dias, com vistas a subsidiar o saneamento do processo de Tomada de Contas da SPOA/MME:</p> <p>a) apresente novo rol de responsáveis, contendo os nomes dos ocupantes (inclusive substitutos) dos cargos de Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças, Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação, Coordenador-Geral de Recursos Humanos, Coordenador-Geral de Recursos Logísticos, Coordenador-Geral de Compras e Contratos e Coordenador de Modernização Administrativa, com gestão efetiva no exercício de 2009, mencionando os respectivos atos de designação e dispensa, com as correspondentes datas, nos termos dos arts. 10 e 11 da IN/TCU nº 57/2008;</p> <p>b) Informe quanto às providências ultimadas pelo Ministério, com vistas ao ressarcimento dos valores pagos à maior (R\$ 35.343,12), no âmbito do contrato firmado com a empresa Eridata, para a prestação de serviços de operação, manutenção preventiva e corretiva da Central Privada de Comutação Telefônica (CPCT) e sistemas afetos do MME.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – CGOF e COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS – CGCC					046227 e 080037
Síntese da providência adotada:					
<p>a) Encaminhado novo rol de responsáveis ao TCU, na forma exigida, objeto do Ofício nº 108/10/SPOA/SE-MME, de 04/10/2010;</p> <p>b) A Coordenação-Geral de Compras e Contratos informou, por meio do Memo. nº 47/10/CGCC, de 04/10/10, que a empresa Eridata foi instada a respeito da cobrança indevida e as contrarrazões foram encaminhadas à Consultoria Jurídica deste Órgão para apreciação, e, como medida de segurança, foi feita a retenção das últimas faturas emitidas pela contratada, no valor total de R\$ 27.805,51, até finalização do processo de apuração e aplicação de penalidades.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>- Informações repassadas ao TCU.</p> <p>- O processo administrativo aberto para aplicação das penalidades cabíveis encontra-se na Consultoria Jurídica para apreciação de recurso interposto pela recorrente e as faturas apresentadas pela contratada ao término do contrato encontram-se retidas na CGCC, sem pagamento, até a conclusão do apuratório.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Prazo factível					

12.2 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Quadro 34 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI (Quadro A.15.3)

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	245.307	4.1. Item 01	-
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Descrição da Recomendação:			
<p>4.1. – Item 01</p> <p>O Programa 0750 – Apoio Administrativo é administrado pela SPOA, por meio de suas unidades consolidadas (CGRL, CGTI, CGRH e CGCC). O mencionado programa é composto por 09 ações, onde seis, destinam-se ao atendimento de despesas com encargos e benefícios com Pessoal.</p> <p>Destacam-se duas ações, a Ação 2000 – Administração da Unidade, e a Ação 2003 – Ações de Informática.</p> <p>Principais ações da Administração da Unidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampliação do sistema de climatização do MME; - Incremento da frota de veículos e terceirização de parte do contingente de motoristas; - Reorganização dos leiautes das Unidades do MME; - Substituição dos grupos geradores; - Reparação, reformas e revitalização em áreas do MME; e - Gestão documental. <p>Principais ações de Informática:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Modernização e manutenção do sistema de cabeamento estruturado de voz e dados; - Modernização do parque de servidores e estruturação do CPD; - Construção da Sala de Alta Disponibilidade para proteção do CPD; - Renovação do parque de Microcomputadores; - Implantação do Sistema de Impressão Corporativa; - Aquisição de ativos, ferramentas, licenças; - Gestão do ambiente computacional; - Sistema de informações governamentais; e - Desenvolvimento de sistemas corporativo, dentre outros. <p>Em razão da fragilidade no planejamento, acompanhamento e gerenciamento das Ações mencionadas anteriormente (abaixo), verificou-se a incompatibilidade entre os dados referentes às metas e execução financeira constantes no SIGPLAN e aqueles constantes do Relatório do Gestor. Tal fato decorre da última atualização ter sido realizada em 28/05/2009, contrariando o disposto no § 1º do art. 18, da Lei nº 11.653.</p> <p>O gestor justificou que o acompanhamento do SIGPLAN, é uma atividade de competência da Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE, vinculada a Secretaria Executiva do Ministério e que foi nomeado um servidor da SPOA como Coordenador de todas as ações do Programa 0750, entretanto, segundo o Gestor, tal Coordenador não recebeu qualquer orientação, bem como não recebeu senha para acesso ao SIGPLAN.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Sugere-se à SPOA/SE/MME realizar gestões junto à Secretaria Executiva no sentido de que a mesma adote providências para que os Coordenadores de Programa de cada Unidade sejam capazes de lançar os registros no SIGPLAN de forma tempestiva, de forma a propiciar a verificação das inconsistências que porventura surjam durante o exercício.</p>			

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
SECRETARIA-EXECUTIVA	3245
Síntese da providência adotada:	
<p>- Enviado Memo. nº 63/SPOA/SE-MME à AEGE/SE, em 25/05/10, solicitando senha de acesso e treinamento para que o servidor da SPOA, designado como coordenador do Programa 0750, possa atualizar dados no SIGPLAN relativamente às ações desta UG e assim sanar as incompatibilidades verificadas entre os dados das metas e a execução financeira.</p> <p>- Providência reiterada pelo Memo. nº 69/10/SPOA/SE-MME, em 28/05/10 e pelo Memo. nº 01/11/SPOA/SE, em 1/02/11.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
<p>Até o momento não houve treinamento para capacitar o Coordenador designado pela SPOA para atualizar o SIGPLAN.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
<p>- A atualização do SIGPLAN é de competência da Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE, que abarca a UMA – Unidade de Monitoramento e Avaliação, e está mais capacitada para atuar no citado Sistema.</p>	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	245.307	4.2. Item 02	-
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Descrição da Recomendação:			
<p>4.2. Item 02</p> <p>Evidenciou-se que, em 2009, a SPOA/SE/MME não utilizou de indicadores de gestão para avaliar seu desempenho quanto à execução dos programas e ações que estavam sob a responsabilidade da Unidade Jurisdicionada.</p> <p>O gestor, por meio do Ofício nº 26/2010/SPOA/SE-MME, de 31/03/2010, informou que a Unidade Jurisdicionada não dispõe de sistema estruturado de avaliação da gestão e nem de indicadores capazes de subsidiar a análise de seu desempenho e de suas Consolidadas (CGCC, CGOF, CGRL, CGTI e CGRH).</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Recomenda-se ao Gestor então dar início, no âmbito da Unidade Consolidadora e de suas Unidades Consolidadas, de estudos visando dotá-las do necessário sistema estruturado de avaliação da gestão, bem como a criação e Implementação de indicadores que sejam capazes de medir/avaliar seu desempenho, em relação à execução dos Programas e Ações que estão sob a responsabilidade institucional da SPOA e de suas unidades consolidadas.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Síntese da providência adotada:			
<p>- Foi orientado às unidades consolidadas da SPOA que levantassem os possíveis indicadores de desempenho de suas áreas;</p> <p>- Enviado Memo. nº 53/10/SPOA/SE-MME à Assessoria Especial de Gestão Estratégica alertando sobre a necessidade de formulação de indicadores de desempenho para todas as demais áreas do Órgão;</p> <p>- Enviado Ofício nº 112/10/SPOA/SE-MME, de 14/10/10, à Diretoria de Auditoria de Área de Infraestrutura/CGU com os indicadores levantados por esta UJ, os quais servirão para mensurar e avaliar o desempenho da gestão administrativa do exercício de 2010.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
<p>Foram levantados os seguintes indicadores:</p> <p>- CGCC: Índice de Valores Orçados x Valores Contratados; Tempo Médio do Ciclo de Compras até a Homologação no Pregão Eletrônico para Serviços Continuados; Tempo Médio do Ciclo de Compras até a Homologação no Pregão Eletrônico para Serviços/Fornecimento de Bens; Índice Quantitativo da Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico em Relação ao Total de Licitação; Indicador de Prazo Médio para Análise dos Pedidos de Repactuação dos Contratos; e Indicador Quantitativo de Licitações de Pagamentos Atendidas no Prazo Legal.</p>			

- CGRL: Gasto Mensal com Energia Elétrica; Gasto Mensal com Combustíveis; e Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento – TESA.
- CGTI: Disponibilidade de Serviços Críticos; Início e Finalização de Atendimento de Chamados de Suporte ao Usuário Final.
- CGRH: Tempo Médio para Concessão de Aposentadoria; Percentual de Participação de Servidores em Ações de Capacitação e Média de Dias de Afastamento por Servidor (MAS).

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A recomendação da CGU ensejou o levantamento de indicadores que poderão auxiliar na análise do desempenho da gestão de 2010 e melhorias nas Unidades Consolidadas desta UJ.

Obs. Após reavaliação pelas áreas da SPOA, os indicadores de desempenho acima mencionados foram redefinidos, conforme consta do item 2.4.3 deste Relatório de Gestão.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Nota de Auditoria/CGU nº 238.639/01	-	Ofício/CGU, de 22/02/10, dirigido ao Sr. Chefe de Gabinete do Ministro
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Solicita informações sobre o Contrato nº 16/08-MME, celebrado com a DBA Engenharia de Sistemas Ltda., acerca de fatos e consequências detectadas pelos auditores na contratação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGTI			3371
Síntese da providência adotada:			
- Foi feita uma reunião com técnicos da CGU e da CGTI, em 24/02/10, oportunidade em que foram esclarecidos todos os pontos suscitados, relativamente à contratação em tela, conforme relatado no Memo. nº 013/10/CGTI, de 11/03/10, repassado à CGU pelo Ofício nº 20/10/SPOA, de 12/03/10.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não foram confirmadas as constatações inicialmente levantadas pelos auditores, todavia, restou evidente a necessidade de se apostilar os termos do Contrato nº 16/08-MME, para deixar mais claro a redação das cláusulas afetas às fórmulas de cálculo do quantitativo de pontos de função aferido, bem com aditá-lo, objetivando acrescer o objeto nos itens não previstos e mensuráveis pela metodologia mas efetivamente executados, conforme orientações recebidas da CGU e Tabela de Itens não Mensuráveis, para melhor adequação do contrato.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O contrato foi ajustado de forma a propiciar melhor entendimento do cálculo dos pontos de função e da metodologia aplicada para o desenvolvimento de softwares, entretanto, esse contrato já foi encerrado.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	-	-	Ofício-Circular nº 166/10/SE/CGU-PR, de 30/03/10, dirigido ao Sr. SE
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Solicita informações sobre contratos que envolvem empregados terceirizados (Quadro Trimestral dos Empregados Terceirizados) que prestam serviços ao MME.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS – CGCC			080037
Síntese da providência adotada:			
Fornecida relação com todos os contratos de serviços que envolvem mão-de-obra terceirizada no MME, objeto do Memo. nº 35/10/SPOA, de 08/04/2010, enviado à Secretaria Executiva.			
Síntese dos resultados obtidos			
Tabela disponibilizada também no sítio do MME.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não se aplica			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	-	-	Ofício nº 10.703/DIE/SPCI/CGU-PR, de 07/04/10, dirigido ao SPOA
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Descrição da Recomendação:			
<p>Informa sobre a existência de funcionários terceirizados no âmbito do Poder Executivo (ANP), com senha para emissão de Ordens Bancárias e solicita providências e pede saneamento da impropriedade apontada.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ASSESSOR ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO			-
Síntese da providência adotada:			
<p>O assunto foi encaminhado para ciência e providências do Assessor Especial de Controle Interno deste Órgão, objeto do Memo. nº 37/10/SPOA, de 09/04/10, visto que esta UG não tem ingerência sobre assuntos afetos à Agência Nacional de Petróleo.</p> <p>A CGU foi informada a esse respeito por meio do Ofício nº 31/10/SPOA, de 08/04/10.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Não se aplica.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não se aplica.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	Nota Técnica nº 1.301/2010/DP/ SFC/CGU-PR, de 15/06/2010.	-	Ofício-Circular nº 332/DP/SFC/CGU-PR, de 15/06/10, dirigido ao SPOA
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Descrição da Recomendação:			
- Encaminha Nota Técnica nº 1.301/10/DP/SFC/CGU-PR, discorrendo sobre a existência de 8 servidores deste Órgão com contagem de Tempo de Serviço (Certidão) em duplicidade, nos dois regimes de previdência (RGPS e RPPS) e pede saneamento das impropriedades detectadas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH			003370
Síntese da providência adotada:			
Foi encaminhado Ofício nº 174/10/CGRH, juntamente com os mapas de tempo de serviço e portaria de concessão de aposentadoria, ao Diretor-Geral de Recursos Humanos do Instituto Nacional de Seguridade Social, a fim de confirmar se os servidores indicados utilizaram a mesma Certidão de Tempo de Serviço para usufruir dos dois benefícios requeridos, conforme informado no Memo. nº 80/10/CGRH, de 20/07/10.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não obtivemos resposta do INSS até o final do exercício de 2010 (o pedido será reiterado).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não se aplica			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	Nota Técnica nº 1.139/2010/DP/ SFC/CGU-PR, de 24/05/2010	-	Ofício-Circular nº 336/DPPCE/DP/SFC/CGU-PR, de 18/06/10, dirigido ao CGRH
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH			003370
Descrição da Recomendação:			
<p>Encaminha Nota Técnica nº 1.139/10/DP/SFC/CGU-PR, apontando impropriedades relativas ao Cadastro de Pessoal e à Folha de Pagamento, e pede saneamento das mesmas, trabalho realizado com base nas informações do SIAPE, referentes ao mês de fevereiro/2010.</p> <p>- Foram idealizadas 53 novas Trilhas de Levantamento de Dados e Indicadores/Constatações (Quadro I). Destas proposições, 29 já foram objeto de levantamento da legislação e elaborada a minuta preliminar dos procedimentos e detalhamentos. Quanto aos dados coletados, estão em fase de averiguação da sua consistência, onde já foram elaboradas 31 planilhas com as devidas depurações realizadas para confirmação das situações apresentadas, com as informações do SIAPE, referentes ao mês de fevereiro/2010 (Quadros 2 e 3).</p> <p>- Tais Trilhas de Levantamento de Dados necessitam de verificação dos documentos comprobatórios que respaldem as manutenções dos registros e pagamentos, junto aos órgãos de Recursos Humanos.</p> <p>- As Trilhas de Indicativos/Constatações representam possíveis irregularidades no registro e pagamento, que deverão ser devidamente justificadas pelos responsáveis pelas situações encontradas.</p> <p>- Foram propostas as seguintes RECOMENDAÇÕES:</p> <p>a) Que a SRH/MP adote providências no sentido de aprimorar os mecanismos de controle no sistema SIAPE, com vistas a evitar a ocorrência de novas irregularidades, bem como supervisione as providências implementadas pelos órgãos envolvidos.</p> <p>b) Que os órgãos envolvidos adotem providências com vistas a regularizar as situações apontadas nesta Nota Técnica, bem como apresentar os documentos comprobatórios que dê sustentação aos pagamentos efetuados.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH			003370
Síntese da providência adotada:			
<p>A Coordenação-Geral de Recursos Humanos informou, por meio do Memo. nº 78/10/CGRH, de 16/07/10, que após análise das Trilhas apresentadas foram adotadas providências para o saneamento dos indicadores abaixo:</p> <p>Indicador (21) - Servidores com descontos de falta, sem a ocorrência no cadastro: a atualização relativa às faltas dos servidores são registradas em sistema interno utilizado pela CGRH, para um controle mais eficiente em razão do período apurado, das retificações e compensações autorizadas pelas chefias imediatas nos meses posteriores. Atualmente os registros de faltas estão sendo atualizados no Sistema SIAPE para concessões de aposentadorias, licenças-prêmios e para contagem do tempo de serviço, sendo que os descontos são lançados de forma manual na folha de pagamento dos servidores, pois os registros somente geram descontos automáticos quando as faltas são lançadas dentro do mês de pagamento.</p>			

<p>Indicador (44) - Pensionistas com a soma das cotas superior a 100%: foi feita revisão das concessões de pensões e registros de cotas das mesmas no SIAPE, observando que as pensionistas detentoras de Pensão Especial, amparado pela Lei nº 6.782/80 c/c o Decreto nº 76.954/75, recebiam metade do benefício pelo antigo INPS/INSS e a outra metade pelo Ministério da Fazenda (Anexo II).</p> <p>Demonstrado os Benefícios de Pensões provenientes do falecimento de 03 servidores do MME, conforme documentação comprobatória anexada.</p>
Síntese dos resultados obtidos
Apresentadas justificativas e a documentação requerida e irregularidades acertadas.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Foram corrigidas 02 impropriedades apontadas nos indicadores 21 e 44.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	-	-	Ofício nº 23.939/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 15/07/10, dirigido ao SPOA
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Descrição da Recomendação:			
- Questiona especificações do Pregão Eletrônico nº 16/2010-MME, que poderiam restringir a competitividade da licitação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS – CGCC			080037
Síntese da providência adotada:			
- Pregão suspenso para revisão das especificações constantes do Termo de Referência pela área demandante do material – cadeiras para servidores portadores de necessidades especiais.			
Síntese dos resultados obtidos			
Foi incluído no edital do Pregão nº 16/10 - MME critérios para aceitação de medidas diversas, de modo a ampliar a concorrência disponível no mercado interno (o edital foi republicado com as alterações necessárias e o certame concluído, conforme informado à CGU pelo Ofício nº 90/10/SPOA/SE/MME, de 20/07/10).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não se aplica.			

13. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

Ainda, como resultados dos serviços prestados pela SPOA, por meio das unidades setoriais dos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de serviços gerais e de organização e inovação institucional, foram realizadas ações relevantes para o processo de gestão interna do MME, relacionadas a seguir, a cargo da (i) Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças; (ii) Coordenação-Geral de Compras e Contratos e (iii) Coordenação de Modernização Administrativa.

13.1 COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – CGOF

À Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF compete exercer as atividades de órgão setorial dos sistemas federais de Orçamento, Administração Financeira e de Contabilidade, compreendendo o planejamento, coordenação, acompanhamento, orientação e controle das atividades orçamentárias e de programação financeira relativas aos Orçamentos, Fiscal e de Seguridade Social, no âmbito do Ministério; a descentralização de créditos orçamentários e de recursos financeiros para as demais unidades gestoras; e os registros contábeis dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério (já considerando as alterações no Regimento Interno da Secretaria-Executiva, efetuadas por meio da Portaria MME nº 459, de 1º de dezembro de 2009).

✓ Execução Orçamentária e Financeira 2010

Por meio do Decreto nº 7.144, de 30/03/2010, foram estabelecidos os limites de empenho e de pagamento do MME, com um contingenciamento de cerca de R\$ 273,4 milhões em relação aos valores autorizados na LOA 2010. Posteriormente, o Decreto nº 7.189, de 30/05/2010, estabeleceu os novos limites de empenho e de pagamento, com um contingenciamento de mais R\$ 71 milhões em relação ao Decreto anterior. Diante dessa situação inédita – dois contingenciamentos no mesmo exercício – foi necessário efetuar uma redistribuição interna dos limites de empenho e de pagamento do MME, afetando todas as Unidades Orçamentárias (Administração Direta e Indireta) e, portanto, a UJ.

Diante dessa situação, por meio de acompanhamento da execução orçamentária e reuniões periódicas com as Unidades Orçamentárias do MME, a SPOA efetuou os remanejamentos internos de limites que foram possíveis e recorreu à Secretaria de Orçamento Federal – SOF para que fossem efetuados remanejamentos de limites entre Anexos e/ou entre Grupos de Despesas, no que fomos prontamente atendidos.

Após estarem esgotadas as possibilidades de remanejamentos de limites, constatou-se que seria necessária uma ampliação nos limites de empenho do MME. Após reuniões com as Unidades Orçamentárias do MME, a conclusão foi que a necessidade de ampliação de limites seria da ordem de R\$ 93 milhões, até o final do exercício.

Por meio do Ofício nº 93/SPOA/SE/MME, de 30/07/2010, a SPOA solicitou à Secretaria de Orçamento Federal – SOF, a ampliação dos limites de empenho do MME no valor total de R\$ 92.740.000,00. Entretanto, inicialmente, foi aprovada uma ampliação dos limites de empenho de apenas R\$ 9 milhões, sem a ampliação correspondente nos limites de pagamento. Em meados

do mês de dezembro, foi aprovada uma nova ampliação nos limites de empenho, no valor de R\$ 50 milhões.

A planilha abaixo demonstra a execução orçamentária das despesas discricionárias do Ministério de Minas e Energia até o dia 31 de dezembro de 2010, por Unidade Orçamentária e por Grupo de Despesa. Essas despesas incluem os Benefícios ao Servidor, mas excluem as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Amortização da Dívida, Recursos de Doações e de Convênios e a Reserva de Contingência.

Tabela 26 - Execução Orçamentária das Despesas Discricionárias do MME - 2010

Dados de 2010				R\$ 1,00
UNIDADE	LOA 2010	LIMITE	EMPENHADO	% (EMP / LIM)
32101 - ADM. DIRETA	176.762.348	45.085.179	42.318.816	93,9%
CUSTEIO	87.484.961	38.164.239	36.261.722	95,0%
INVESTIMENTO	88.677.387	6.420.940	6.057.094	94,3%
PAC	600.000	500.000	0	0,0%
32202 - CPRM	172.426.598	157.454.846	156.086.609	99,1%
CUSTEIO	50.134.567	41.134.567	40.052.506	97,4%
INVESTIMENTO	3.565.000	1.284.286	998.115	77,7%
PAC	118.727.031	115.035.993	115.035.988	100,0%
32263 - DNPM	118.201.370	48.506.216	46.589.552	96,0%
CUSTEIO	70.766.245	47.240.146	45.459.849	96,2%
INVESTIMENTO	47.435.125	1.266.070	1.129.703	89,2%
32265 - ANP	484.853.381	285.194.094	285.027.349	99,9%
CUSTEIO	181.335.466	152.072.533	151.936.223	99,9%
INVESTIMENTO	7.117.915	5.902.561	5.872.464	99,5%
PAC	296.400.000	127.219.000	127.218.662	100,0%
32266 - ANEEL	116.446.774	78.263.001	76.481.869	97,7%
CUSTEIO	105.911.385	71.729.840	70.020.567	97,6%
INVESTIMENTO	10.535.389	6.533.161	6.461.302	98,9%
32314 - EPE	53.269.729	47.097.230	33.622.643	71,4%
CUSTEIO	23.876.874	21.706.874	17.024.818	78,4%
INVESTIMENTO	3.403.355	3.403.355	2.814.790	82,7%
PAC	25.989.500	21.987.001	13.783.035	62,7%
TOTAL MME	1.121.960.200	661.600.566	640.126.838	96,8%
CUSTEIO	519.509.498	372.048.199	360.755.685	97,0%
INVESTIMENTO	160.734.171	24.810.373	23.333.468	94,0%
PAC	441.716.531	264.741.994	256.037.685	96,7%

Fonte: SIAFI

Com isso, até o dia 31 de dezembro de 2010, o percentual de empenho do MME como um todo, considerando apenas as despesas discricionárias (Custeio e Investimento), foi de 96,8%.

Esse percentual de empenho pode ser visto como um indicador de desempenho da SPOA, sendo considerado satisfatório quando for superior a 90%, o que demonstra eficiência na gestão dos limites de empenho disponibilizados para o MME.

✓ **Recolhimento de Recursos para Pesquisa e Desenvolvimento**

Além das atribuições regimentais, típicas de um órgão setorial do Sistema Federal de Administração Financeira, a Coordenação de Administração Financeira da CGOF/SPOA, a partir de janeiro de 2007, passou a realizar também atividades relacionadas ao recolhimento dos recursos a que se refere a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que estabelece a obrigatoriedade da aplicação de um percentual da receita operacional líquida das empresas do setor elétrico em pesquisa e desenvolvimento.

Entretanto, por falta de regulamentação, o recolhimento desses recursos para o MME não estava sendo efetuado. A situação só foi normalizada com a publicação do Decreto nº 5.879, de 22 de agosto de 2006, que regulamentou o inciso III do art. 4º da Lei nº 9.991/2000. Posteriormente, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 233, de 24 de outubro de 2006, estabelecendo os critérios e procedimentos para o cálculo, aplicação e o recolhimento, pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas, dos recursos previstos na Lei nº 9.991/2000.

A Resolução entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2007, e, posteriormente, foi revogada pela Resolução Normativa ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008, que aprovou o Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, e estabeleceu novos critérios e procedimentos para o cálculo, aplicação e o recolhimento dos recursos para pesquisa e desenvolvimento.

Dessa forma, no exercício de 2010, o valor total do recolhimento foi de aproximadamente R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais). O valor acumulado desde o início dos recolhimentos é de cerca de R\$ 1.157.000.000,00 (um bilhão, cento e cinquenta e sete milhões de reais), incluindo os duodécimos referentes aos exercícios de 2007 a 2009 e os valores atrasados devidos de 2004 a 2006.

É importante ressaltar, ainda, que o valor recolhido pelas empresas do setor energético não entra em conta específica do MME e sim na Conta Única do Tesouro Nacional, administrada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda – STN/MF.

Portanto, o recolhimento dessa receita não gera recursos adicionais para o MME; gera apenas “caixa” para o Tesouro Nacional e possibilita a substituição de outras fontes de receita pela fonte 172. Espera-se que, eventualmente, a Secretaria de Orçamento Federal – SOF e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN considerem o excesso de arrecadação ou superávit financeiro dessa receita como uma possível contrapartida para a obtenção de créditos adicionais para a Pasta de Minas e Energia.

➤ **Acompanhamento e Análise de Convênios**

Por meio do Relatório nº 190.260, referente ao exercício de 2006, a equipe de Auditoria da CGU, constatou que havia “*atraso na análise das Prestações de Contas Finais de Convênios e deficiência na implementação de recomendações da CGU em exercícios anteriores*” e recomendou “*que o MME elabore e execute um plano de trabalho que estabeleça metas, prazos e responsáveis para a eliminação das deficiências e atendimento da Legislação*”.

A resposta foi apresentada por meio do Plano de Providências da CGOF/SPOA, como segue: “*a solução para o atraso na análise financeira das prestações de contas de convênios é a criação de uma Unidade específica para as atividades relacionadas a convênios, fora da estrutura da SPOA, nos termos da proposta encaminhada pelo Subsecretário de Planejamento*,”

Orçamento e Administração ao Secretário-Executivo do MME, por meio da Nota nº 01/SPOA/2007, de 3 de maio de 2007”.

No exercício de 2008, tendo em vista as alterações promovidas na legislação aplicável a convênios por força do Decreto nº 6.170, de 25/07/2007, e da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 127, de 29/05/2008, a CGOF/SPOA apresentou uma nova proposta para criação de uma Unidade de Gestão de Convênios, no âmbito do MME, por meio da Nota nº 072/CGOF/2008, de 26/11/2008 (Processo nº 48000.002383/08-42).

Posteriormente, em reunião ocorrida no dia 26/05/2009, com a presença de representantes da Secretaria Executiva, do Gabinete do Ministro, da SPOA e das 04 Secretarias Finalísticas do MME, ficou decidido que todos os procedimentos referentes aos convênios e instrumentos congêneres pactuados a partir de 30/05/2008, incluindo celebração, execução e prestação de contas, seriam de responsabilidade das Secretarias Finalísticas. Com relação aos convênios celebrados até 29/05/2008, ficou acordado que a CGOF/SPOA continuaria responsável pela análise financeira das prestações de contas e as Secretarias continuariam responsáveis pela análise técnica e demais procedimentos.

Por meio da Portaria GM/MME nº 459, de 01/12/2009, foi efetuada uma alteração no Regimento Interno da Secretaria Executiva do MME, revogando os incisos dos arts. 26 e 28 que dizem respeito às competências da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças e da Coordenação de Contabilidade que estavam relacionadas a convênios, e acrescentando um inciso ao art. 40, atribuindo à Assessoria Especial de Gestão Estratégica a competência para “*supervisionar o processo de celebração, execução e prestação de contas dos convênios ou instrumentos congêneres firmados pelos órgãos do Ministério de Minas e Energia*”.

O entendimento da Consultoria Jurídica do MME (Processo nº 48000.001139/2009-43) foi de que não seria necessário alterar os Regimentos Internos das Secretarias Finalísticas, tendo em vista que os seus titulares possuem competência regimental para “*assinar, observadas as disposições regulamentares, convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos de competência da Secretaria*”. Além disso, a Portaria GM/MME nº 566, de 21/12/2005, já estabelecia a delegação de competência aos Secretários e Secretários-Adjuntos para atuarem como Ordenadores de Despesa (e respectivos substitutos) no que se refere a atos necessários à gestão orçamentária e financeira dos recursos alocados à Unidade Gestora das respectivas Secretarias.

Finalmente, no dia 23/12/2009, foi publicada a Portaria SE/MME nº 494, de 22/12/2009, que “*dispõe sobre a tramitação, celebração, execução, fiscalização e análise de prestação de contas de convênios ou instrumentos congêneres celebrados a partir de 30 de maio de 2008, no âmbito do Ministério de Minas e Energia – MME*”.

Com isso, a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF poderá desempenhar de maneira mais satisfatória as suas atribuições típicas de um órgão setorial dos Sistemas Federais de Orçamento, Administração Financeira e Contabilidade.

13.2 COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS – CGCC

À Coordenação-Geral de Compras e Contratos – CGCC compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades inerentes aos processos de licitação, dispensa e inexigibilidade, destinados à aquisição de material e bens patrimoniais, bem como à contratação de obras e serviços demandados pelas diversas unidades do Ministério de Minas e Energia, observadas as disposições legais e regulamentares e as normas estabelecidas pelo SISG – Sistema de Serviços Gerais.

As atividades exercidas pela CGCC são pautadas nas disposições das Leis nºs 8.666/93 e suas alterações, 9.784/1999, 10.520/2002 e Lei Complementar nº 123/2006, nos Decretos nºs 2.271/97, 3.555/2000, 3.931/2001, 3.722/2001, 5.450/2002, 6.204/2007, e nas Instruções Normativas de competência da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Além dessas normas, também são consultados outros regulamentos que tratam de tributação e encargos sociais, jurisprudências, Decisões e Acórdãos do Tribunal de Contas da União e observadas recomendações da Controladoria-Geral da União.

Integram as ações da CGCC a instrução dos processos para aquisição de materiais e contratação de serviços gerais ou de obras/serviços de engenharia, quer seja por meio de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de cotação eletrônica ou por meio da deflagração de certames licitatórios nas modalidades de: Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Pregão e Adesão a Atas de Registro de Preços de outros Órgãos.

Esta coordenação acompanha, ainda, a execução dos contratos, de forma a garantir o cumprimento das obrigações assumidas pelos contratados, nos prazos e condições pactuadas. Para tanto, são instruídos processos para apuração da responsabilidade de empresas que descumpriram as condições contratuais, ou deixaram de enviar proposta e (ou) documentação quando de suas participações nos procedimentos licitatórios, o que em geral tem resultado na aplicação das penalidades previstas no edital e contrato, depois de assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Já a gestão do Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores – SICAF e o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV no âmbito deste Órgão, mais o apoio administrativo à Comissão Permanente de Licitações (pesquisa de preços, consultas diversas no COMPRASNET, atualização de dados no SICAF e SICONV, e publicação de matérias via Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras e Contratações – SIDEC e por intermédio da Empresa Brasil de Comunicação – EBC), são atividades complementares ao encargo desta área.

Para o acompanhamento e desenvolvimento dessas atribuições foram implementados Indicadores com capacidade de mensurar, monitorar e avaliar o desempenho da gestão, nos aspectos relevantes da eficiência, eficácia, economicidade e efetividade, e que proporcionam informações presentes e comparativas com base nas anteriores e em relação à execução dos Programas, Projetos e Ações sob a responsabilidade institucional da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração em suas Unidades.

Assim, de uma análise dos percentuais auferidos com os indicadores propostos para esta CGCC consideramos que o resultado foi bem positivo, e ainda, em conformidade com os requisitos estabelecidos, prazos e metas definidos, restou demonstrado que houve superação do desempenho desejado (com ênfase na evolução do 2º semestre/2010 em relação ao 1º semestre/2010).

Todavia, vale ressaltar, que para excelência da gestão realizou-se também ações específicas e até mesmo individuais, de entendimento de desempenhos, de melhorias de processos, métodos e sistemas, para direcionar mudanças do fluxo de trabalho significativas e necessárias. Veremos adiante, os relatórios e gráficos dos indicadores propostos.

O desafio agora, que compreende desde a qualidade do gasto, a forma efetiva do trabalho e a geração de políticas públicas, é a institucionalidade das compras públicas de forma sustentável, um movimento que ganha força, escala e prestígio no Brasil, onde mais de 10% do PIB tem origem justamente nas compras públicas realizadas nas esferas do governo. Assim, na aplicação dos recursos públicos, no compromisso efetivo com a sustentabilidade, é enorme a responsabilidade do gestor público encarregado de definir as regras de um edital de licitação que assegura a livre concorrência, sem privilégios ou favorecimentos, e que ao mesmo tempo garanta ao governo o fornecimento do melhor produto/serviço pelo menor preço e, sem dúvida, a licitação é uma das ferramentas estratégicas de promoção do desenvolvimento sustentável na esfera pública, com repercussão direta no setor privado.

Nesse sentido, a Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, traz as diretrizes para a licitação e contrato, e assim, como o Termo de Referência/Projeto Básico representa o início do processo licitatório tornou-se também o ponto de partida para inserção de critérios bem especificados e detalhados para se ultimar compras/contratações sustentáveis. Bem por isso, a partir do 2º semestre do ano de 2010, de forma elementar, mas com cautela e gradativamente, foram promovidas licitações sustentáveis, no cumprimento da legislação ambiental, e com critérios e coeficientes, após a participação de servidores no “*Workshop de Contratações Públicas Sustentáveis*” e no “*Congresso Internacional sobre Contratações Públicas Sustentáveis*”, ambos promovidos pela SLTI/MPOG (em abril e junho/2010, respectivamente). Ainda assim, registre-se que, mais de 50% dos procedimentos licitatórios, no âmbito deste MME, incluem-se na categoria de sustentáveis.

Na realidade, as ações de sensibilização e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável ainda estão em fase de implementação. Essas ações procuram traduzir os resultados advindos desse conceito sistêmico, que representa um modelo de melhor qualidade de vida e de relação de consumo nos diversos segmentos (uso racional de papéis, água e energia). Também são destacados os conceitos de reciclagens e certificações.

As aquisições e contratações feitas no âmbito do MME no exercício de 2010, e que ultrapassaram o limite de R\$ 8.000,00, são provenientes de licitações públicas realizadas em conformidade com os dispositivos legais vigentes, sendo que a grande maioria foi deflagrada na modalidade de Pregão Eletrônico, para maior celeridade, transparência e economicidade dos processos de compra.

A atuação da área de Licitações e Compras, é importante destacar, contribuiu positivamente para redução do custo das contratações do MME, especialmente na modalidade de Pregão Eletrônico e nas Adesões aos Registros de Preços, como se pode aferir nos percentuais consideráveis entre o valor estimado e o valor efetivamente contratado (vide quadros adiante).

Foram realizados 71 procedimentos com escopo no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 (dispensa de licitação), para aquisição de materiais ou contratação de serviços, sendo que 10 ocorreram por meio do sistema de Cotação Eletrônica disponibilizado pelo Governo Federal, correspondente a 14,08% dos processos, e que significou uma economia de 26,71% entre o valor estimado e o valor contratado pela administração.

A esse propósito vale mencionar que os processos para aquisição de materiais ocorreram por meio do Sistema de Cotação Eletrônica, mas esse sistema não permite a contratação de serviços.

Tabela 27 - Demonstrativo Detalhado dos Processos de Licitação por Modalidade no Exercício de 2010

ANO 2010							
TIPO	MODALIDADE	STATUS	QTD	VLR ESTIMADO	VLR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %
LICITAÇÕES	PREGÃO ELETRÔNICO	Concluída	41	10.753.860,04	8.347.678,69	2.412.077,53	22,43
		Revogada	2				
	PREGÃO PRESENCIAL	Credenciamento (Plano Saúde)	1				
TOTAL			44				
	DISPENSA (Serviços)		61	371.714,76			
	COTAÇÃO ELETRÔNICA (Materiais)		10	38.230,31	28.020,54	10.209,77	26,71
TOTAL			71				
	ADESÃO A REGISTROS DE PREÇOS - ARP		13	16.628.816,71	10.994.515,26	5.622.588,45	33,81

Integram as ações de Administração de Contratos a análise e instrução dos processos de pagamento, pedidos de repactuação, de reajuste e de equilíbrio econômico-financeiro das contratações firmadas pelo MME com empresas contratadas para fornecimento de materiais e prestação de serviços. Também providencia respostas às informações solicitadas por outros órgãos públicos relativas aos tipos de serviços contratados e respectivos preços praticados no âmbito dos contratos celebrados pelo MME.

No que pertine aos processos de pagamento, ressalta-se a conferência de faturas emitidas pelas empresas contratadas para prestação de serviços/fornecimento de materiais, que consiste na verificação do valor contratado e dos valores destinados ao recolhimento das obrigações previdenciárias e trabalhistas assumidas pelas empresas em função dos contratos vigentes. Também é feito e acompanhado o cronograma físico-financeiro dos contratos, disponibilizando-os no módulo SICON/SIASG.

Tabela 28 - Pregões Eletrônicos Realizados em 2010

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	SOLICITANTE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	Δ%	EMPRESA VENCEDORA	CPS
43	04/01/10	1757/2009-93	Vidros e molduras para o exercício 2010.	CGRL	184.839,83	111.909,50	72.930,33	39,46	DISTRIBUIDORA MURALHA	
44	06/01/10	2073/2009-17	Aquisição de Água Mineral exercício 2010.	CGRL	105.600,00	28.608,00	76.992,00	72,91	HELLEN JARJOUR	
45	06/01/10	2056/2009-71	Aquisição de mangueiras de combate a incêndio e extintores.	CGRL	31.969,84	14.549,17	17.420,67	54,49	DF EXTINTORES, CURSOS, SISTEMAS C INCÊNDIO	
1	21/01/10	1974/2009-73	Remoção do posto de combustível e instalação de um elevador automotivo hidráulico para lavagem de veículos oficiais do MME.	CGRL	83.999,78	71.800,00	12.199,78	14,52	VIPPASI ENGENHARIA LTDA	
2	25/02/10	1645/2009-32	Aquisição de Materiais Odontológicos.	SEAMS/CGRH	120.844,48	60.083,76	60.760,72	50,28	(*) várias empresas	
3	03/03/10	0116/2010-55	Aquisição de Vacina Antigripal.	CODES/CGRH	20.658,00	26.700,00	0,00	0,00	SCHEID E CASTRO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS	
4	11/03/10	2176/2009-79	Fornecimento, execução e recuperação de pisos – (vinílicos, carpetes, emborrachados e piso elevado).	CGRL	562.412,50	409.000,00	153.412,50	27,28	PISO REAL – PISOS, REVESTIMENTOS E DECORAÇÕES LTDA.	
5	11/03/10	0274/2010-13	Confecção de 2.500 exemplares de relatório no formato de livro, destinado a divulgação do Balanço de Atividades do MME em 2008/2009.	ASCOM	27.658,34	23.230,00	4.428,34	16,01	GRÁFICA EDITORA FÁTIMA SANTOS LTDA - Contagem/MG	

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	SOLICITANTE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	Δ%	EMPRESA VENCEDORA	CPS
6	03/05/10	0348/2010-11	Fornecimento de Jornais e Revistas.	DGDIB	54.190,44	44.746,12	9.444,32	17,43	MAZARELLO DISTRIBUIDORA JORNALIS E REVISTAS -	
7	04/05/10	0389/2010-08	Serviços de Motorista Executivo.	CGRL	307.342,78	258.819,16	48.523,62	15,79	SKYSERV LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	
8	14/05/10	0519/2010-02	Contratação de empresa especializada em manutenção de PABX - MD110.	DITR/COAGE	114.484,04				REVOGAÇÃO 25/06/10	
9	08/06/10	0578/2010-72	Serviços de engenharia para adaptação de área para estacionamento de veículos.	CGRL/COAGE	70.553,00	66.021,69	4.531,31	6,42	CRISTOFER LUIZ THEODOROVIZ	
10	11/06/10	0247/2010-32	Manutenção preventiva e corretiva veículos oficiais.	CGRL/COAGE	74.000,00	32.779,03	41.220,97	55,70	CPR COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA	CPS
11	16/06/10	0311/2010-85	Contratação de empresa especializada no ramo de copeiragem para o exercício de 2010.	CGRL/COAGE	936.257,55	821.569,90	114.687,65	12,25	ENTERPOL ADM E SERVIÇOS LTDA	CPS
12	18/06/10	0490/2010-51	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, acessórios e complementares de recepção.	SPOA	1.281.634,60	948.550,00	333.084,60	25,99	PAULISTA SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA	
13	18/06/10	0559/2010-46	Aquisição de 4 veículos oficiais novos, tipo Sedan, na cor preta, para transporte de autoridades deste MME.	CGRL	231.642,00	220.000,00	11.642,00	5,03	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	SOLICITANTE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	Δ%	EMPRESA VENCEDORA	CPS
14	24/06/10	0677/2010-54	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, higiene e conservação de bens móveis e imóveis.	CGRL	1.386.048,21	1.005.500,04	380.548,17	27,46	REAL DP Serviços Gerais LTDA	CPS
15	01/07/10	0753/2010-21	Contratação de empresa especializada para fornecimento de Uniformes.	COAGE	88.571,30	67.204,28	21.367,02	24,12	SHANON, AUGEMODAS, LIMA DIAS, CONE SUL, E DL COMÉRCIO	
16	20/07/10 suspensão 04/08/10	0530/2010-64	Contratação empresa especializada fornecimento cadeiras (poltronas) servidores com necessidades especiais (obesos, locomoção e baixa estatura).	COAGE	36.060,18	14.046,85	22.013,33	61,05	AURUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (itens 2 e 3) Item 1 cancelado	
17	23/07/10	0859/2010-25	Reforma dos PC's AR CONDICIONADO.	COAGE	326.337,65	258.900,00	67.437,65	20,66	MEGALUZ ENG. E REPRES. LTDA EPP	
18	27/07/10	1097/2010-84	Contratação de empresa especializada para fornecimento, sob medida, de balcões especiais de madeira para vários locais no 8º andar.	CGRL/COAGE	20.830,00	15.900,00	4.930,00	23,67	NILSA MARIA RODRIGUES DA SILVA	
19	05/08/10	0988/2010-13	Serviços de Pintura, com fornecimento de materiais, em áreas internas e externas no ed. Sede do MME.	CGRL	146.792,88	67.972,66	78.820,22	53,69	CITEL CONSTRUTORA COMÉRCIO E SERVIÇOS GERAIS LTDA ME	

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	SOLICITANTE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	Δ%	EMPRESA VENCEDORA	CPS
20	19/08/10	1312/2010-47	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis, por demanda, para abastecer os veículos oficiais e o gerador de emergência do MME.	CGRL/COAGE	157.458,90	147.957,52	9.501,38	6,03	BRASAL COMBUSTÍVEIS LTDA e DISBRAVE - Distribuidora Brasília de Veículos S/A	CPS
21	20/08/10	1356/2010-77	Contratação de empresa especializada em serviços de gravação e degravação de CD's.	ASCOM	21.600,00	16.994,40	4.605,60	21,32	HATTEN PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS	
22	08/09/10 Prorrogado 20/09/2010	1385/2010-39	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução de gerência de passivos (incluindo cabeamento) e serviços técnicos de migração de equipamentos.	CGTI	508.324,20	380.000,00	128.324,20	25,24	CONTROL TELEINFORM LTDA	CPS
23	13/10/10	1329/2010-02	Contratação de empresa especializada para o fornecimento, com instalação, de 4 (quatro) aparelhos de ar condicionado do tipo Split Cassete para a Sala Plenária do MME.	CGRL/COAGE	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	COMERCIAL DE UTILIDADES DOMÉSTICAS PLANALTO LTDA-ME	CPS
24	15/10/10	1613/2010-71	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte rodoviário de mobiliário em geral, bagagens, veículos e outros.	CGCC	63.894,78	49.242,36	14.652,42	22,93	TRÊS PODERES MUDANÇAS	CPS

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	SOLICITANTE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	Δ%	EMPRESA VENCEDORA	CPS
25	05/11/10 Suspenso 23/11/10	1400/2010-49	Contratação de empresa especializada para reformas dos banheiros	CGRL	1.364.693,38	1.093.998,41	270.694,97	19,84	RUBI ENGENHEIROS ASSOCIADOS	CPS
26	10/11/10	1518/2010-77	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços rotineiros de marceneiros e auxiliares no âmbito do MME	CGRL	116.611,84	99.467,04	17.144,80	14,70	ATLÂNTIDA LTDA	CPS
27	17/11/10	1774/2010-64	Realizar exames médicos periódicos	SEAMS/CGRH	28.103,82	34.000,00	5.896,18	20,98	A&R GESTÃO AMBIENTAL E OCUPACIONAL - RJ - Única participante REVOGADO	
28	13/12/10	1542/2010-14	Contratação de empresa especializada para em Serviços de Clipping Eletrônico Televisivo e Banco de Dados	ASCOM	98.212,49	69.999,60	28.212,89	28,73	ANNT COMUNICAÇÕES	CPS
29	26/11/10	1474/2010-85	Contratação de empresa para aquisição de material de expediente para o exercício de 2011 - para registro preços.	ALMORARI-FADO	139.715,70	83.025,15	56.690,55	40,58	DIVERSAS EMPRESAS (18)	CPS
30	02/12/10	1978/2010-11	Aquisição de Solução de Tarifação para Central Cisco	CGTI	19.736,15	19.600,00	136,15	0,69	MHAVLA TELECOM CONS. E SERV. EM TECNOLOGIA LTDA	CPS

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	SOLICITANTE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	Δ%	EMPRESA VENCEDORA	CPS
31	02/12/10	1985/2010-13	Aquisição de Solução de Cadeado Eletrônico para Central Telefônica CISCO	CGTI	85.845,00	78.000,00	7.845,00	9,14	REDISUL INFORMÁTICA LTDA	CPS
32	08/12/10	2075/2010-31	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, para a reforma da Portaria principal do MME	CGRL/COAGE	181.140,61	147.500,00	33.640,61	18,57	MDI ENGENHARIA LTDA	CPS
33	14/12/10	1695/2010-53	Aquisição de 4 (quatro) fragmentadoras	COAGE	23.000,00	17.430,00	5.570,00	24,22	EBA OFFICE COM MÁQUINAS	CPS
34	14/12/10	1803/2010-98 1870/2010-11 apensados	Aquisição de pentes de memória para HP DC 5800 e Aquisição de placas de rede Gigabit Ethernet para instalação de servidores HP.	CGTI	99.424,85	38.430,75	60.994,10	61,35	Item 1 - INFRACOM COM SERV. (29.648,75) Item 2 - HBX Prod. Ltda. (6.682,00)	CPS
35	14/12/10	2191/2010-51	Aquisição de equipamentos ATA - Analog Telephone Adaptor	CGTI	71.916,57	50.999,94	20.916,63	29,08	REDISUL INFORMÁTICA LTDA	CPS
36	15/12/2010	2111/2010-67	Atualização tecnológica da Versão 2 mais atualizada do Software DocFlow, incluindo a atualização de todas as funcionalidades atualmente disponíveis	CGTI	1.287.515,22	1.082.705,36	204.809,86	15,91	VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA	CPS

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	SOLICITANTE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	Δ%	EMPRESA VENCEDORA	CPS
37	15/12/2010	2074/2010-97	Aquisição de Solução de Software para prover funcionalidade de localização em tempo real de pessoas e equipamentos através da tecnologia UWB, utilizando dispositivo identificador (Tag)	CGTI	280.000,00	279.800,00	200,00	0,07	NEC BRASIL S/A	CPS
38	22/12/2010	1622/2010-61 e 1467/2010-83	Confecção de Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico 2010 Confecção de Anuário Estatístico do Setor de Transformação de Não-Metálicos 2010	SGM	11.099,33	7.426,00	3.673,33	33,10	GLOBAL PRINT EDITORA - BH	CPS
39	22/12/2010	1801/2010-15	Contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral, não gaseificada, acondicionada em garrações de 20 litros.	COAGE	56.832,00	50.112,00	6.720,00	11,82	HELEN JARJOUR	CPS
40	22/12/2010	2039/2010-78	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção de Programação Visual para 2011.	CGRL/ COAGE	38.595,66	37.100,00	1.495,66	3,88	SINARTE COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	CPS
VALOR TOTAL.....R\$					10.753.860,04	8.347.678,69	2.412.077,53	22,43%	- variação percentual	22

Fonte: SIASG e processos administrativos

TOTAL DE PREGÕES: 41

PREGÕES REVOGADOS: 02 - PABX (PE 08/10) e EXAMES PERIÓDICOS (PE 27/2010)

P.S.: Os valores constantes dos PE nº 08 e nº 27/2010 não foram considerados nos totais.

CPS: Compras Públicas Sustentáveis - 22 pregões realizados com critério(s) de sustentabilidade, conforme IN/SLTI/MPOG nº 01/2010.

Tabela 29 - Pregão Presencial Realizado em 2010

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	ORIGEM	VALOR ESTIMADO	SITUAÇÃO ATUAL	PUBLICAÇÃO NO DOU/JDGC	OBS
1	22/03/2010 Pregão Presencial	0241/2010-65	Credenciamento de empresas para atuar como Administradora de Operadoras de Planos de Saúde	CODES/CGRH	Termo de Acordo	Auditório Térreo 10 horas	11/03/10	Empresa: Aliança Assinatura do Termo de Acordo: 31/03/2010

Fonte: SIASG

Tabela 30 - Dispensas de Licitações Realizadas em 2010

Nº	COTAÇÃO ELETRÔNICA / DISPENSA	PROCESSO Nº 48000.	SOLICITANTE	OBJETO/ASSUNTO	DATA REALIZAÇÃO	VALOR DISPENSA	COTAÇÃO ELETRÔNICA				CONTRATADA
							VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	ECONOMIA	Δ%	
01	Dispensa	002123/2009-58	COAGE	Serviços de Chaveiro	14/01/10	7.470,00					Chaveiro City (Edso Rezende)
02	Dispensa	000195/2010-02	COAGE	Conserto Megane	11/02/10	400,00					FRANCAR
03	Dispensa	000302/2010-94	SGM	Confecção de Folders	25/02/10	660,00					BRASILIA ARTESGRÁFICAS
04	Dispensa	000220/2010-40	SGM	Desmontagem e Montagem de livros técnicos	26/02/10	224,00					ELI PEREIRA - ME (VIP GRÁFICA E EDITORIA)
05	Dispensa	000355/2010-13	COAGE	Aquisição e instalação de leitoras eletrônicas de senhas	18/03/10	2.800,00					DM - Distribuidora Muralha Ltda.

Nº	COTAÇÃO ELETRÔNICA / DISPENSA	PROCESSO Nº 48000.	SOLICITANTE	OBJETO/ASSUNTO	DATA REALIZAÇÃO	VALOR DISPENSA	COTAÇÃO ELETRÔNICA				CONTRATADA
							VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	ECONOMIA	△%	
06	Dispensa	000219/2010-15	COAGE	Revisão em veículo Ford FUSION	11/03/10	602,23					MOTO AGRÍCOLA SLAVIERO S.A
07	Dispensa	000437/2010-50	ASCOM	Serviço de Tradução	15/10/10	1.800,00					EMPÓRIO DAS LETRAS
08	Dispensa	000383/2010-22	ASCOM	Serviços de MESTRE DE CERIMÔNIAS	19/03/10	7.980,00					LUMINA PRODUÇÕES
09	Dispensa	000388/10-55	DIOBE	Realizar pintura da sinalização horizontal do piso da garagem com demarcação e numeração de vagas e as vias do trânsito	06/04/10	2.362,99					SITRAN COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ELETRÔNICA LTDA
10	Dispensa	000488/2010-81	ASCOM	Aquisição de equipamentos de áudio	26/03/10	1.394,00					RGN SOM E ELETRÔNICA LTDA
11	Dispensa	000119/2010-99	GM	Reforma de sofá	19/04/10	2.070,00					MARIA DA SILVA SOARES ME
12	CE	000508/2010-14	SPE	Aquisição de telefone sem fio	26/04/10		2.853,00	539,88	2.313,12	81,08	ANDREZA ALMEIDA
13	Dispensa	000506/2010-25	COAGE	Confecção de etiquetas autoadesivas	06/04/10	3.575,00					ELI PEREIRA CARDOSO ME
14	Dispensa	000544/2010	COAGE	Revisão 30.000 Km veículos Sandero	07/04/10	1.042,05					PREMIER VEÍCULOS LTDA
15	Dispensa	000137/08-56	COAGE	Serviço de recepção (Empresa Paulista)	27/04/10	70.239,97					PAULISTA SERV E TRANSPORTES
16	Dispensa	000647/10-48	GM	Fornecimento de lanches	26/04/10	3.000,00					Comissaria Aérea Brasília Ltda.

Nº	COTAÇÃO ELETRÔNICA / DISPENSA	PROCESSO Nº 48000.	SOLICITANTE	OBJETO/ASSUNTO	DATA REALIZAÇÃO	VALOR DISPENSA	COTAÇÃO ELETRÔNICA				CONTRATADA
							VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	ECONOMIA	△%	
17	C.E.	000637/10-11	COAGE	Aquisição de cabideiro	04/05/10		1.612,50	1.259,99	352,51	21,86	ONE FOR ALL - Com Serv limp Lt
18	Dispensa	000591/10-21	COAGE	Aquisição de pneus	05/05/10	6.672,00					CURINGA DOS PNEUS LTDA
19	Dispensa	000799/2010-41	COAGE	Revisão 50.000 do veículo Renault Megane	12/05/10	277,49					PREMIER VEÍCULOS LTDA
20	Dispensa	000723/2010-15	COAGE	Elaboração de Projeto arquitetônico	24/05/10	14.300,00					IJO ENGENHARIA LTDA ME
21	Dispensa	000865/2010-82	COAGE	Conserto de bombas	24/05/10	6.860,00					GND Comércio Refrigeração Lt
22	Dispensa	000824/10-96	COAGE	Conserto de sofás	04/06/10	2.610,00					MARIA DA SILVA SOARES ME
23	C.E.	000873/10-29	COAGE	Aquisição TV e Carrinhos	08/06/10		6.246,36	5.773,00	473,36	7,58	INFORTECH e CRISTIANE KINAPE
24	C.E.	0836/10-11	COAGE	Aquisição de aparelhos telefônicos							CANCELADA
25	Dispensa	1004/10-11	COAGE	Conserto de veículo	08/06/10	713,93					TECARDF
26	Dispensa	1024/10-92	COAGE	Fornecimento de PIN de lapela	18/06/10	1.350,00					ENCADERNADORA DORNELES LT

Nº	COTAÇÃO ELETRÔNICA / DISPENSA	PROCESSO Nº 48000.	SOLICITANTE	OBJETO/ASSUNTO	DATA REALIZAÇÃO	VALOR DISPENSA	COTAÇÃO ELETRÔNICA				CONTRATADA
							VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	ECONOMIA	△%	
27	Dispensa	0968/10-42	COAGE	Instalação de rede elétrica	17/06/10	13.927,80					MDI ENGENHARIA CIVIL LTDA
28	Dispensa	1094/10-41	CAC	Assinatura Zênite	29/06/10	5.900,00					ZÊNITE INFOR CONSULT S/A
29	Dispensa	1159/10-58	COAGE	Manutenção central telefônica	01/07/10	7.890,00					CONTROL TELEINFORMÁTICA LT
30	Dispensa	1140/10-10	COAGE	Aquisição de mangueiras de alta pressão	30/06/10	351,00					A ALTA PRESSÃO LTDA
31	C.E.	1137/10-98	CONJUR/ COLC/ SPE	Aquisição de Livros técnicos	08/07/10		6.989,60	4.431,63	2.557,97	36,60	DIVERSAS EMPRESAS
32	C.E.	1139/10-87	SEAMS	Aquisição de Medicamentos	19/07/10		3.452,88	2.224,09	1.228,79	35,59	DIVERSAS EMPRESAS
33	C.E	1238/10-69	SPE	Aquisição de papel OPALINE	16/07/10		490,00	408,60	81,40	16,61	WN COMÉRCIO DE PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA
34	Dispensa	1304/10-09	CGTI	Assinatura LAG	20/07/10	4.900,00					APOIO PRODUÇÕES E TELEMARKETING LTDA
35	C.E.	1318/10-14	CGTI	Aquisição de HD externos	21/07/10		2.600,00	2.536,00	64,00	2,46	LUIZ FABIANO APONTE ME

Nº	COTAÇÃO ELETRÔNICA / DISPENSA	PROCESSO Nº 48000.	SOLICITANTE	OBJETO/ASSUNTO	DATA REALIZAÇÃO	VALOR DISPENSA	COTAÇÃO ELETRÔNICA				CONTRATADA
							VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	ECONOMIA	△%	
36	C.E.	1333/10-62	COAGE	Aquisição de bandeiras de mesa	21/07/10						CANCELADA
37	C.E.	1333/10-62	COAGE	Aquisição de bandeiras de mesa	26/07/10		4.972,72	4.238,35	734,37	14,77	LRD COMERCILA E OUTRA
38	Dispensa	0694/10-91	COAGE	Tratamento de resíduos hospitalares	19/08/10	2.880,00					SERQUIP LTDA
39	Dispensa	1514/10-99	COAGE	Revisão dos 40.000km do Ford Fusion	17/08/10	693,48					MOTO AGRÍCOLA SLAVIERO S.A
40	Dispensa	1512/10-08	COAGE	Aquisição de monitor 32"	17/08/10	7.790,00					ADVEN LTDA
41	Dispensa	1522/10-35	COAGE	Reforma de cadeiras	03/09/10	3.300,00					MARIA DA SILVA SOARES ME
42	Dispensa	1540/10-17	CONJUR	Assinatura DATALEGIS	24/08/10	4.960,00					DIRECTREDE
43	Dispensa	1399/10-52	GM	Conserto de perfuradora elétrica	23/09/10	280,00					STEMAQ LTDA
44	Dispensa	1536/10-59	COAGE	Revisão de veículo Renault Megane	18/08/10	423,05					TECARD S/A
45	Dispensa	1045/10-71	DIGP	Higienização de sofás	18/08/10	2.984,00					VENEZA LAVANDERIA LTDA

Nº	COTAÇÃO ELETRÔNICA / DISPENSA	PROCESSO Nº 48000.	SOLICITANTE	OBJETO/ASSUNTO	DATA REALIZAÇÃO	VALOR DISPENSA	COTAÇÃO ELETRÔNICA				CONTRATADA
							VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	ECONOMIA	△%	
46	Dispensa	1467/10-83	SGM	Confecção de Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico	26/08/10						CANCELADA
47	C.E.	1555/2010-39	SEAMS	Aquisição autoclave	09/09/10		3.895,25	2.100,00	1.795,25	46,09	AAKER SOLUTIONS LTDA
48	Dispensa	1628/2010-39	COAGE	Serviço Banho de prata	24/09/10	190,00					RECUPERAÇÃO PRATA MANZI LT
49	Dispensa	1772/2010-75	COAGE	Serviço de dedetização	12/11/10	4.790,00	DISPENSA CANCELADA ALTERAÇÃO NO CÓDIGO				ARAGUAIA SANEAMENTO LTDA
50	Dispensa	1838/2010-27	COAGE	Serviço de chaveiro	10/11/10	4.280,00					CHAVEIRO UNIÃO LTDA
51	Dispensa	1787/2010-33	COAGE	Confecção de etiquetas autoadesivas	15/10/10	3.185,00					GRÁFICA DOIS IRMÃOS LTDA
52	Dispensa	1795/2010-81	COAGE	Fornecimento de GLP	10/11/10	6.300,00					LINK GÁS LTDA
53	C.E	1866/2010-44	CGTI	Aquisição de placas de vídeo	11/10/10		5.118,00	4.509,00	609,00	11,90	STAR UP SUP. INFORMÁTICA LT
54	Dispensa	1899/2010-94	CGRL	Aquisição de bandeirinhas de mesa	15/10/10	3.416,00					BEL PONTO LTDA

Nº	COTAÇÃO ELETRÔNICA / DISPENSA	PROCESSO Nº 48000.	SOLICITANTE	OBJETO/ASSUNTO	DATA REALIZAÇÃO	VALOR DISPENSA	COTAÇÃO ELETRÔNICA				CONTRATADA
							VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	ECONOMIA	△%	
55	Dispensa	1924/2010-31	ASCOM	Serviço de transmissão simultânea de eventos	18/10/10	62.648,06					EBC
56	Dispensa	1928/09-84	COAGE	Concessão de uso de restaurante	21/10/10	1,00					CANTINHO DA VILA LTDA ME
57	Dispensa	1930/10-97	COAGE	Assinatura DOU Seções 1, 2 e 3	25/10/10	3.915,20					IMPrensa NACIONAL
58	Dispensa	1843/10-31	COAGE	Recarga de extintores	03/11/10	7.371,00					ALFA SIST. CONTRA INCÊNDIO LTDA
59	Dispensa	1917/10-38	COAGE	Serviço de engenharia	29/10/10	14.367,90					MDI ENGENHARIA CIVIL LTDA
60	Dispensa	1886/10-15	COAGE	Confecção de carimbos	03/11/10	6.940,60					CARIMBOS BRASIL LTDA
61	Dispensa	1885/10-71	CGTI	Aquisição de coletor de dados	09/11/10	7.600,00					LINKDATA INFORMÁTICA LTDA
62	Dispensa	2088/10-19	COAGE	Revisão dos 40.000km dos veículos Sandero	10/11/10	1.779,06					PREMIER VEÍCULOS LTDA
63	Dispensa	2036/10-	SEAMS	Confecção Receita Azul	22/11/10	319,00					ELI P. DUARTE-VIP GRÁFICA
64	Dispensa	2162/10-99	CGTI	Confecção de crachás	25/11/10	7.900,00					S&S - STORE SYSTEM INFORMAT

Nº	COTAÇÃO ELETRÔNICA / DISPENSA	PROCESSO Nº 48000.	SOLICITANTE	OBJETO/ASSUNTO	DATA REALI- ZAÇÃO	VALOR DISPEN- SA	COTAÇÃO ELETRÔNICA				CONTRATADA
							VALOR ESTI- MADO	VALOR CONTRA- TADO	ECONOMIA	△%	
65	Dispensa	2194/10-94	CGTI	Confecção de cordão para crachá	03/12/10	1.900,00					S&S - STORE SYSTEM INFORMAT
66	Dispensa	2251/10-35	COAGE	Confecção de placas de sinalização	03/12/10	7.961,08					A. DE F. SOUSA SINALIZAÇÃO
67	Dispensa	2271/10-14	SEE	Confecção placas homenagem	03/12/10	6.366,00					PRO PLACAS
68	Dispensa	1421/10-64	GM	Serviço de encadernação	06/12/10	5.246,00					COPIADORA UNIVERSITÁRIA
69	Dispensa	2258/10-57	COAGE	Aquisição de cadeiras especiais	07/12/10	7.893,00					AURUS COM. DIST. LTDA
70	Dispensa	2249/10-66	COAGE	Sinalização de desníveis	10/12/10	7.955,00					A. DE F. SOUSA SINALIZAÇÃO
71	Dispensa	2279/10-72	COAGE	Aquisição de Livros técnicos	10/12/10	1.619,80					ORZIL E OUTROS
72	Dispensa	2342/10-71	COAGE	Revisão Veículo Megane	17/12/10	378,00					PERMIER VEÍCULOS
73	Dispensa	2347/10-11	ASCOM	Tradução simultânea	10/12/10	5.670,00					INTERLINGUAE LTDA
74	Dispensa	2414/2010-81	GM/CGRL	Tela de projeção com instalação	20/12/10	1.500,00					R.C. MENDES - ME
75	Dispensa	2451/2010-98	CGCC	Imprensa Nacional - assinatura eletrônica anual	30/12/10	1.044,00					IMPRESA NACIONAL
TOTAL.....R\$						371.714,76	38.230,31	28.020,54	10.209,77	26,71	% Variação percentual

Fonte: SIASG


Tabela 31 - Adesões a Registros de Preços Realizados em 2010

PROCESSO 48000.00		ORIGEM	OBJETO	VALOR ESTIMADO R\$	VALOR CONTRATADO- ATA R\$	DIFERENÇA	SITUAÇÃO
1	00379/2010-64	CGTI	Aquisição de solução integrada de apoio à administração - Sistema Vídeo - WALL (ARP MTUR)	1.935.000,00	1.600.000,00	335.000,00	Contrato nº 08/2010 Data:31/03/10 a 27/09/10
2	0494/2010-39	CGRL	Fornecimento com instalação de 343 Poltronas para auditório - ARP/T.R.E./MA	477.392,70	430.808,00	46.584,70	Contrato nº 15/2010 Data: 31/05/10 a 14/07/10
3	0498/2010-17	CGRL	Fornecimento de poltronas para atender demandas (Secretário-Executivo - CLC) ARP DNIT	175.564,93	166.463,50	9.101,43	Contrato nº 11/2010 Data: 18/05/10 a 17/05/11
4	0572/2010-03	CGTI	Aquisição de equipamentos servidores (ARP DATAPREV)	159.000,00	114.000,00	45.000,00	Contrato nº 12/2010 Data: 20/05/10 a 17/08/10
5	0648/2010-92	CGTI	Aquisição de Switchs de Borda - ARP 01/10 - MAPA	664.398,72	452.268,00	212.130,72	Contrato nº 16/2010 Data: 01/06/10 a 31/05/11
6	0697/2010-25	CGTI	Licenças de Subscrição Red Hat (ARP-MD)	77.118,70	60.782,00	16.336,70	Contrato nº 14/2010 Data: 31/05/10 A 30/05/11
7	0772/2010-58	CGTI	Subscrição de Servidores de Aplicação JBOSS - (ARP TRT 18ª Região)	275.393,24	217.800,00	57.593,24	Contrato nº 24/2010 Data: 21/07/10 a 20/07/11
8	0868/2010-16	CGTI	Aquisição de 500 microcomputadores - (ARP-MD)	1.374.250,00	1.199.500,00	174.750,00	Contrato nº 23/2010 Data: 20/07/10 a 14/02/11
9	0997/2010-12	CGTI	Serviços especializados e integrados de Impressão Corporativa (ARP -FNDE)	1.351.816,32	1.261.767,76	90.048,56	Contrato nº 25/2010 Data: 27/07/10 a 26/07/11

PROCESSO 48000.00		ORIGEM	OBJETO	VALOR ESTIMADO R\$	VALOR CONTRATADO- ATA R\$	DIFERENÇA	SITUAÇÃO
10	0494/2010-39	CGRL	Fornecimento com instalação de 21 Poltronas complementares para auditório - ARP/T.R.E/MA	26.376,00	26.376,00	0,00	Contrato nº 46/2010 Data: 31/10/10 a 08/04/11
11	1915/2010-49	CGTI	Aquisição de Solução de vídeo Conferência para Sala Plenária - ARP/MJ/DPF- Validade Ata: 29/10/10	52.943,50	28.000,00	24.943,50	Contrato nº 43/2010 Data: 28/10/10
12	2072/2010-14	CGTI	Aquisição e instalação de Solução de Armazenamento de Dados (ARP 01/2010-TRT 18ª Região).	2.536.730,00	1.478.400,00	1.058.330,00	Contrato nº 48/2010 Data: 15/12/10
* 13	2244/2010-33	CGTI	Aquisição de 850 (oitocentos e cinquenta) Kit's de segurança para fechamento de gabinetes de microcomputadores (ARP 55/09 MMA/INST CHICO MENDES)	45.050,00	33.337,00	11.713,00	* Prazo validade ata vencido set/2010 c/c Pregão Eletrônico/Comprasnet mas somente publicada no DOU em jan/10. Adesão não efetivada.
14	2254/2010-79	CGTI	Contratação de empresa espec. prestação serviços desenvolvimento sistemas Java/JEE, Pontos de função (ARP 124/09 - TST)	7.522.832,60	3.958.350,00	3.564.482,60	Contrato nº 50/2010 Data: 24/12/10 a 23/12/12
VALOR TOTALR\$				16.628.816,71	10.994.515,26	5.622.588,45	33,81% - variação percentual

Fonte: SIASG

Tabela 32 - Aplicação de Penalidades Resultante dos Procedimentos Licitatórios Realizados em 2010

	PROCESSO Nº 48000 . 00	MODALIDADE E LICITAÇÃO	OBJETO	EMPRESA(S) CNPJ	MOTIVO E PROPOSTA PENALIDADE	AÇÕES SITUAÇÃO ATUAL	PROCEDIMENTO FINALIZADO (SIM/NÃO)
1	1645/2009-32 e 1156/2010-14	PE 02/2010	Material de Odontologia	PRHODENT COM E REPRES PRODUTOS HOSPITALARES E DENTÁRIOS LTDA CNPJ:93.327.161/0001-75	Não entregou material nos prazos e condições estabelecidas edital Multa : valor R\$ 76,31	A empresa apresentou defesa, resultante da notificação, com posterior pareceres da CAC, CLC, SEAMS e do pregoeiro . Em análise para apuração das penalidades. SICAF - Consta Ocorrência	NÃO
				ÚNICA DENTAL VENDAS DE PRODUTOS CNPJ: 07.547.660/0001-36	Não entregou material nos prazos e condições estabelecidas edital	OF/CGCC 4/2010 - notificação defesa prévia - 09/04/10 - fls 733,742,744 Apresentou defesa - 12/04/10 - fls.737 Parecer área técnica - cancelamento de item - fls 747 SICAF - Conta Ocorrência	SIM
2	000389/2010-08	PE 07/2010	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de motoristas	GVP CONSULTORIA E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA CNPJ: 04.356.735/0001-03	A empresa não enviou a documentação de habilitação e proposta Suspensão de licitar temporariamente	Deverá ser encaminhado Ofício com Notificação para defesa, quando o processo retornar da Consultoria Jurídica do órgão SICAF - Consta Ocorrência	NÃO
				MODERN SERVICE LOCAÇÃO DE MÃO OBRA LTDA CNPJ: 08.594.305/0001-80	A empresa apresentou atestado de capacidade técnica contendo posto de serviço não contemplado no contrato original Suspensão de licitar	Docs e Atestado Capacidade Técnica (adulterado) encaminhado para o Ministério Público - 28/12/10 Deverá ser encaminhado Ofício com Notificação para defesa, quando o processo retornar da Consultoria Jurídica do órgão SICAF - Consta Ocorrência	NÃO
				REAL SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO OBRA LTDA CNPJ: 07.188.842/0001-68	A empresa não enviou a documentação de habilitação e proposta Suspensão de licitar temporariamente	Deverá ser encaminhado Ofício com Notificação para defesa, quando o processo retornar da Consultoria Jurídica do órgão SICAF - Não Consta Ocorrência	NÃO
				PLENA SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ: 72.639.289/0001-02	A empresa não enviou a documentação de habilitação e proposta Suspensão de licitar temporariamente	Deverá ser encaminhado Ofício com Notificação para defesa, quando o processo retornar da Consultoria Jurídica do órgão SICAF - Não Consta Ocorrência	NÃO

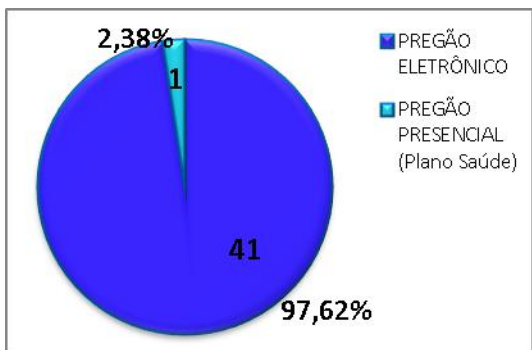
3	000311/2010-85	PE 11/2010	Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de copeiragem incluindo o fornecimento de todo material de consumo/reposição	PLENA SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ: 72.639.289/0001-002	Quando convocada, a empresa não apresentou a documentação de habilitação e proposta de preços Suspensão de licitar temporariamente	Ofício CGCC Nº20/2011 - notificação para defesa - 14/02/11 SICAF - Não Consta Ocorrência	NÃO
4	000490/2010-51	PE 12/2010	Contrataçã de empresa especializada para prestação de serviços de Recepção	PRESTACIONAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 05.496.394/0001-34	A empresa não conseguiu comprovar a veracidade do Atestado de Capacidade técnica emitido pela empresa Construserv Suspensão de licitar	Ofício CGCC Nº 016/2011, de 07/02/2010 - Notificação para defesa - 08/02/11 SICAF - Consta Ocorrência	NÃO
5	000753/2010-21	PE 15/2010	Aquisição de Uniformes	HABIB CALÇADOS DE ITAJUBÁ LTDA CNPJ: 03.835.661/0001-25	A empresa não enviou a amostra solicitada no Edital Suspensão de licitar temporariamente	Ofício CGCC 18/2011 - notificação defesa - 11/02/11 SICAF - Consta Ocorrência	NÃO
				COMERCIAL LOGISTICA DE INFORMATICA LTDA CNPJ: 07.118.754/0001-90	Quando convocada, a empresa não apresentou a documentação de habilitação e proposta de preços Suspensão de licitar temporariamente	Em apuração das penalidades SICAF - Consta Ocorrência	
6	001329/2010-02	PE 23/2010	Fornecimento e Instalação de condicionadores de ar split	ALDENICE DE S. LIMA CNPJ: 11.439.748/0001-01	A empresa não enviou a documentação de habilitação e proposta dentro do prazo estabelecido no Edital. Suspensão de licitar temporariamente	Ofício CGCC 19/2011 - notificação para defesa - 11/02/11 SICAF - Consta Ocorrência	NÃO

Fonte: Processos Administrativos, Sistema *Comprasnet*

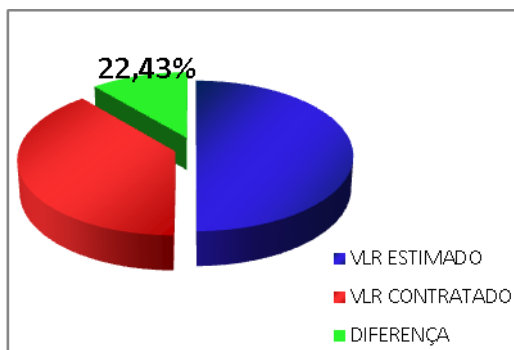
Gráfico 2 - Pregão Eletrônico, Dispensa de Licitação e Adesão a Registros de Preços Realizados em 2010

CONTRATAÇÕES 2010

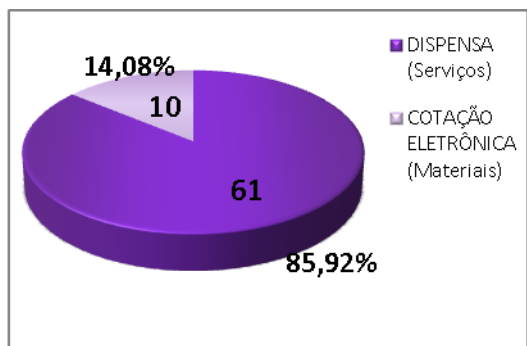
PREGÕES



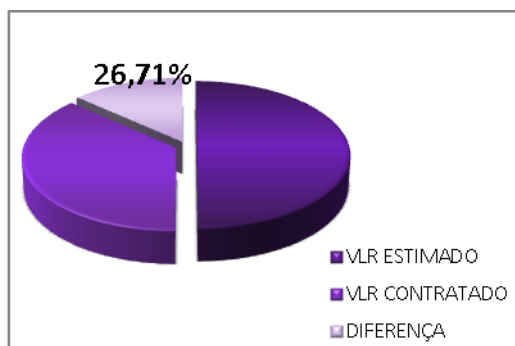
**PREGÃO ELETRÔNICO
VALOR ESTIMADO x VALOR**



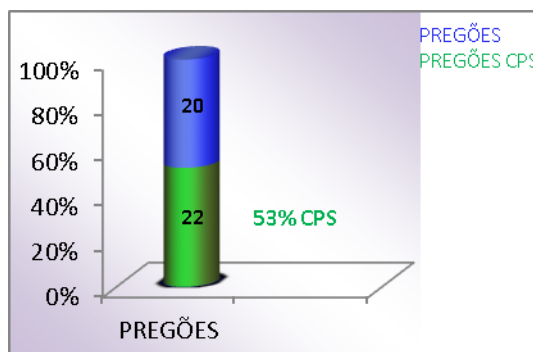
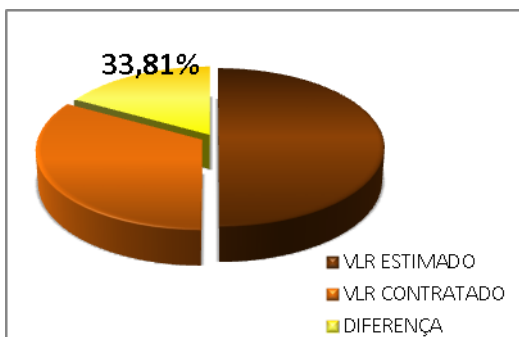
DISPENSA DE LICITAÇÃO



**COTAÇÃO ELETRÔNICA
VALOR ESTIMADO x VALOR**



**ADESÃO A REGISTRO DE PREÇOS
VALOR ESTIMADO x VALOR**



Fonte: Processos Administrativos

Tabela 33 - Contratos de Serviços Contínuos – Exercício - 2010

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001959/2009-35	Pregão Eletrônico nº 42/2009	02/2010-MME	Prestação de serviços de reserva, emissão, marcação e remarcação de passagens aéreas e/ou terrestre, nacionais e internacionais, para o Ministério de Minas e Energia, em Brasília – DF.	AIRES TURISMO LTDA.	12/01/2010	132.380,63	1.588.567,56	12/01/2011 a 11/01/2012
48000.002073/2009-17	Pregão Eletrônico nº 44/2009	04/2010-MME	Fornecimento de água mineral natural.	HELLEN JARJOUR ME	19/01/2010	2.384,00	28.608,00	19/02/2010 a 18/02/2011
48000.001757/2009-93	Pregão Eletrônico nº 43/2009	05/2010-MME	Contratação de empresa para execução de serviços de reposição e colocação de vidros e correlatos (molduras, quadros, espelhos, filmes para controle solar e películas jateadas etc.).	DISTRIBUIDORA MURALHA COMÉRCIO, CONSTRUÇÃO CIVIL, SERVIÇOS GERAIS E REFORMAS LTDA.	25/01/2010	-	111.909,50	25/01/2010 a 24/01/2011
48000.002176/2009-79	Pregão Eletrônico nº 04/2010	07/2010-MME	Fornecimento, execução e recuperação de pisos– (vinílicos, carpetes, emborrachados e piso elevado), com fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais.	PISO REAL – PISOS, REVESTIMENTOS E DECORAÇÕES LTDA.	29/03/2010	34.083,33	409.000,00	29/03/2010 a 28/03/2011
48000.002050/2009-02	Pregão Eletrônico nº 39/2009	09/2010-MME	Aquisição e instalação de Solução de Comunicações Unificadas, no DataCenter do Ministério de Minas e Energia.	REDISUL INFORMÁTICA LTDA	16/04/2010	125.500,00	1.506.000,00	16/04/2010 a 15/04/2011

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.000498/2010-17	Pregão Presencial para Registro de Preços nº 707/2008	11/2010	Aquisição de mobiliário (poltronas), necessário ao funcionamento do edifício sede do MME, na Esplanada dos Ministérios Bloco "U", cidade de Brasília-DF.	AURUS INDUSTRIAL S/A – (GIROFLEX)	18/05/2010	13.871,95	166.463,50	18/05/2010 a 17/05/2011
48000.000348/2010-11	Pregão Eletrônico nº 06/2010	13/82010-MME	Fornecimento e entrega de jornais e revistas.	MAZARELLO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS E REVISTAS LTDA	19/05/2010	3.728,84	44.746,12	19/05/2010 a 18/05/2011
48000.000697/2010-25	Adesão Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 16/2009-MD	14/2010-MME	Fornecimento de subscrição de serviços Red Hat Enterprise Linux Advanced Plataform com suporte técnico Premium Versão 5 ou superior e treinamento.	TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.	31/05/2010	5.065,18	60.782,20	31/05/2010 a 30/05/2011
48000.000648/2010-92	Adesão Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 57/2009-MAPA	16/2010-MME	Fornecimento de Equipamentos Ativos de Rede Switchs Acesso Tipo IV – 48 Portas 10/100/1000 Base T POE.	TM SOLUTIONS – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	01/06/2010	37.689,00	452.268,00	01/06/2010 a 31/05/2011
48000.000247/2010-32	Pregão Eletrônico nº 10/2010	18/2010-MME	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores.	CPR COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA EPP	29.06.2010	2.731,58	32.779,03	29/06/2010 a 28/06/2011
48000.000311/2010-85	Pregão Eletrônico nº 07/2010	19/2010-MME	Prestação de serviços de transporte na condução de veículos, por meio de motorista executivo para o transporte de autoridades, servidores, documentos e materiais diversos.	SKYSERV LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.	01/07/2010	21.568,26	258.819,16	01/07/2010 a 30/06/2011
48000.000311/2010-85	Pregão Eletrônico nº 11/2010	20/2010-MME	Prestação de serviços de copeiragem (copeira, garçom, repositor de água e encarregado), incluindo o fornecimento de todo material de consumo/reposição e equipamentos necessários.	ENTERPOL – ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.	01/07/2010	70.554,38	846.652,57	01/07/2010 a 30/06/2011

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.000868/2010-16	Adesão Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 14/2009-MD/Comando Aeronáutica/Serv. Reg. Proteção ao Voo de São Paulo	23/2010-MME	Eventual aquisição de materiais permanentes (equipamentos de informática) - 500 computadores.	VALSPE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA.	20/07/2010	-	1.199.500,00	20/07/2010 a 14/02/2011
48000.000772/2010-58	Adesão Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 11/2009-TRT/18ª Região/GO	24/2010-MME	Fornecimento de Subscrições para servidores de aplicação Java e serviços de suporte técnico.	TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.	21/07/2010	-	217.800,00	21/07/2010 a 20/07/2011
48000.000997/2010-12	Adesão à Ata de Registro de Preços nº 01/2010 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	25/2010	Contratação de solução de Reprodução de Documentos na cor preta e em cores para imagens e textos, contemplando a impressão, cópia e digitalização por meio da disponibilização com fornecimento de todos os suprimentos, inclusive papel, manutenção presencial preventiva e corretiva e postos de suporte local.	CTIS TECNOLOGIA S/A	27/07/2010	105.143,98	1.261.727,76	27/07/2010 a 26/07/2011
48000.001030/2010-40	Inexigibilidade de Licitação nº 02/2010	26/2010	Ampliação da Sala-Cofre, certificada pela Norma ABNT NBR 15.247, preservando as características de desempenho atuais, mantendo a proteção de informações e sistemas críticos de TI.	ACECO TI LTDA	30/07/2010	-	1.055.500,00	30/07/2010 a 29/07/2011
48000.000667/2010-54	Pregão Eletrônico nº 14/2010	27/2010	Prestação de serviços de limpeza, higiene e conservação de bens móveis/imóveis, com fornecimento de materiais, incluindo serviços de jardinagem, lavagem de veículos e carregador de móveis.	REAL DP – SERVIÇOS GERAIS LTDA ME	30/08/2010	83.791,67	1.005.500,04	31/08/2010 a 30/08/2011

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.000859/2010-25	Pregão Eletrônico nº 17/2010	28/2010-MME	Execução de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, visando reforma com adaptação, de áreas físicas internas no edifício sede do Ministério de Minas e Energia.	MEGALUZ ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA	20/08/2010	-	258.900,00	20/08/2010 a 06/04/2011
48000.000988/2010-13	Pregão Eletrônico nº 19/2010	30/2010-MME	Execução de serviços de pintura com fornecimento de materiais, em áreas internas e externas do edifício sede do Ministério de Minas e Energia.	CITEL CONSTRUTORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS GERAIS LTDA ME	08/09/2010	-	67.972,66	08/09/2010 a 07/03/2011
48000.001356/2010-77	Pregão Eletrônico nº 21/2010	31/2010-MME	Serviços de gravação e degravação de cds.	HATTEM PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS	30/09/2010	1.416,20	16.994,40	30/09/2010 a 29/09/2011
48000.001312/2010-47	Pregão Eletrônico nº 20/2010	32/2010-MME	Fornecimento de óleo diesel (abastecimento de veículo e grupo gerador).	DISBRAVE - DISTRIBUIDORA BRASÍLIA DE VEÍCULOS LTDA	19/10/2010	1.015,24	12.182,94	20/10/2010 a 19/10/2011
48000.001312/2010+47	Pregão Eletrônico nº 20/2010	33/2010-MME	Fornecimento de álcool e gasolina.	BRASAL COMBUSTÍVEIS LTDA	19/10/2010	12.240,52	146.886,30	20/10/2010 a 19/10/2011
48000.000490/2010-51	Pregão Eletrônico nº 12/2010	40/2010-MME	Prestação de serviços de recepção, para suporte da área de segurança na identificação de pessoas e no controle do acesso às dependências do Ministério de Minas e Energia.	PAULISTA SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA	28/10/2010	79.045,83	948.550,00	28/10/2010 a 27/10/2011
48000.001885/2010-39	Pregão Eletrônico nº 22/2010	41/201-MME	Fornecimento de solução de gerência de passivos (incluindo cabeamento) e, denominado Sala Cofre, do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF.	CONTROL TELEINFORMÁTICA LTDA	05/11/2010	-	380.000,00	05/11/2010 a 05/03/2011

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001928/2010-84	Dispensa de Licitação nº 56/2010-MME	42/2010-MME	Concessão administrativa de uso de área pública, para a exploração dos serviços de lanchonete e restaurante, do tipo "Self Service".	RESTAURANTE CANTINHO DA VILA LTDA-ME.	08/11/2010	3.500,00	42.000,00	08/11/2010 a 07/11/2011
48000.001613/2010-71	Pregão Eletrônico nº 24/2010	44/2010-MME	Prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, local e interestadual, na modalidade porta a porta, de propriedade deste órgão ou de servidores deste Ministério de Minas e Energia.	TRES PODERES MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA EPP.	19/11/2010	4.103,53	49.242,36	19/11/2010 a 18/11/2011
48000.001329/2010-02	Pregão Eletrônico nº 23/2010	45/2010-MME	Fornecimento com instalação de aparelhos condicionadores de ar, do tipo "split casete", para o Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF.	COMERCIAL DE UTILIDADES DOMÉSTICAS PLANALTO LTDA	06/12/2010		30.000,00	06/12/2010 a 03/02/2011
48000.000494/2010-39	Adesão ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 66/2009, realizado pelo TRE/MA	46/2010-MME	Aquisição de materiais permanentes (poltronas) para o Ministério de Minas e Energia.	AURUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA.	30/11/2010	-	26.376,00	30/11/2010 a 08/04/2011
48000.001518/2010-77	Pregão Eletrônico nº 26/2010	47/2010-MME	Prestação de serviços rotineiros e continuados, na sistemática de postos fixos, a serem realizados por 2 (dois) marceneiros e 2 (dois) ajudantes, objetivando a execução de consertos de mobiliário.	ATLÂNTIDA SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.	01/12/2010	8.288,92	99.467,04	01/12/2010 a 30/11/2011
48000.002072/2010-14	Adesão ao Pregão Eletrônico nº 01/2010, para Registro de Preços, realizado pelo TRT 18ª Região/PA	48/2010-MME	Aquisição, instalação e suporte técnico de solução de armazenamento de dados.	ALSAR TECNOLOGIA EM REDES LTDA.	15/12/2010	-	1.478.400,00	15/12/2010 a 29/04/2014

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001400/2010-49	Pregão Eletrônico nº 25/2010	49/2010-MME	Execução de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, para reforma dos banheiros do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, sito a Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", em Brasília-DF.	RUBI ENGENHEIROS ASSOCIADOS LTDA.	22/12/2010	-	1.093.998,41	24/12/2010 a 23/12/2011
48000.001885/2010-39	Adesão ao Pregão Eletrônico nº 124/2009, para de Registro de Preços, realizado pelo TST.	50/2010-MME	Prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas em Java/JEE, relacionados à evolução tecnológica, desenvolvimento e manutenção dos sistemas do MME.	SQUADRA TECNOLOGIA EM SOFTWARE LTDA.	24/12/2010	329.862,50	3.958.350,00	24/12//2010 a 24/12/2012
48000.002111/2010-67	Pregão Eletrônico nº 36/2010	51/2010-MME	Prestação de serviços de atualização tecnológica, de serviços de suporte técnico e manutenção de Versão, além dos serviços profissionais para operacionalização e customização do <i>Software Docflow – Gestão Documental</i> .	VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.	31/12/2010	90.225,44	1.082.705,36	31/12//2010 a 30/12/2011

Tabela 34 - Relação de Contratos Vigentes - Não Contínuos - 2010

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001981/2008-02	Pregão Eletrônico nº 32/2009	01/2010	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, objetivando a automatização de 2 (duas) portas de vidro temperado, deslizantes.	DISTRIBUIDORA MURALHA COMÉRCIO, CONSTRUÇÃO CIVIL, SERVIÇOS GERAIS E REFORMAS LTDA	27.437,00	08/01/2010 a 07/01/2011
48000.001584/2009-11	Pregão Eletrônico nº 41/2009	03/2010	Contratação de Empresa especializada na prestação de Serviços de Manutenção de Programação Visual do MME, com fornecimento de placas, textos vinílicos e todos os elementos necessários para a realização do trabalho, incluindo instalação nos locais indicados.	CAPITALPLAC COMÉRCIO DE PLACAS LTDA – ME.	47.133,45	12/01/2010 a 11/01/2011
48000.002073/2009-17	Pregão Eletrônico nº 44/2009	04/2010	Fornecimento água mineral natural.	HELLEN JARJOUR ME	28.608,00	19/02/2010 a 18/02/2011
48000.001757/2009-93	Pregão Eletrônico nº 43/2009	05/2010	Contratação de empresa especializada, para execução de serviços, com fornecimento de materiais, por demanda, objetivando a reposição colocação de vidros e correlatos (molduras, quadros, espelhos, filmes para controle solar e películas jateadas etc.).	DISTRIBUIDORA MURALHA COMÉRCIO, CONSTRUÇÃO CIVIL, SERVIÇOS GERAIS E REFORMAS LTDA	111.909,50	25/01/2010 a 24/01/2011
48000.002176/2009-79	Pregão Eletrônico nº 04/2010	07/2010	Fornecimento, execução e recuperação de pisos– (vinílicos, carpetes, emborrachados e piso elevado), com fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais necessários.	PISO REAL – PISOS, REVESTIMENTOS E DECORAÇÕES LTDA	409.000,00	29/03/2010 a 28/03/2011
48000.002050/2009-02	Pregão Eletrônico nº 39/2009,	09/2010	Aquisição e instalação de Solução de Comunicações Unificadas, no <i>DataCenter</i> do Ministério de Minas e Energia, sito a Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, Brasília – DF	REDISUL INFORMÁTICA LTDA	1.506.000,00	16/04/2010 a 15/04/2011
48000.000498/2010-17	Pregão Presencial para Registro de Preços nº 707/2008	11/2010	Aquisição de mobiliário (poltronas), necessário ao funcionamento do edifício sede do MME, na Esplanada dos Ministérios Bloco “U”, cidade de Brasília-DF.	AURUS INDUSTRIAL S/A - (GIROFLEX)	166.463,50	18/05/2010 a 17/05/2011
48000.000348/2010-11	Pregão Eletrônico nº 06/2010	13/2010	Fornecimento e entrega de jornais e revistas.	MAZARELLO DIST. DE JORNAIS E REVISTAS LTDA	44.746,12	19/05/2010 a 18/05/2011
48000.000697/2010-25	Adesão Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 16/2009-MD	14/2010	Fornecimento de subscrição de serviços Red Hat Enterprise Linux Advanced Platform com suporte técnico Premium Versão 5 ou superior e treinamento.	TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	60.782,20	31/05/2010 a 30/05/2011

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.000648/2010-92	Adesão Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 57/2009-MAPA	16/2010	Fornecimento de Equipamentos Ativos de Rede Switchs Acesso Tipo IV – 48 Portas 10/100/1000 Base T POE para o Ministério de Minas e Energia – MME, de modo a adequar a rede local às novas tecnologias.	TM SOLUTIONS – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	452.268,00	01/06/2010 a 31/06/2011
48000.000868/2010-16	Adesão Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 14/2009-MD/Comando Aeronáutica/Serv. Reg. Proteção ao Voo de São Paulo.	23/2010	Eventual aquisição de materiais permanentes (equipamentos de informática)-500 computadores.	VALSPE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA.	1.199.500,00	20/07/2010 a 14/02/2011
48000.000772/2010-58	Adesão Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 11/2009-TRT/18ª Região/GO	24/2010	Fornecimento de Subscrições para servidores de aplicação Java e serviços de suporte técnico.	TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	217.800,00	21/07/2010 a 20/07/2011
48000.001030/2010-40	Inexigibilidade de Licitação nº 02/2010	26/2010	Ampliação da Sala-Cofre, certificada pela Norma ABNT NBR 15.247, preservando as características de desempenho atuais, mantendo a proteção de informações e sistemas críticos de TI, incorporando a infraestrutura, incluindo garantia técnica para o ambiente.	ACECO TI LTDA	1.055.500,00	30/07/2010 a 29/07/2011
48000.000859/2010-25	Pregão Eletrônico nº 17/2010	28/2010	Execução de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, visando reforma com adaptação, de áreas físicas internas no edifício sede do Ministério de Minas e Energia.	MEGALUZ ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA	258.900,00	20/08/2010 a 06/04/2011
48000.000988/2010-13	Pregão Eletrônico nº 19/2010	30/2010	Execução de serviços de pintura com fornecimento de materiais, em áreas internas e externas do edifício sede do Ministério de Minas e Energia.	CITEL CONSTRUTORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS GERAIS LTDA ME	67.972,66	08/09/2010 a 07/03/2011
48000.001356/2010-77	Pregão Eletrônico nº 21/2010	31/2010	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de gravação e de gravação de CD's em eventos.	HATTEM PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA	16.994,40	30/09/2010 a 29/09/2011

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001312/2010-47	Pregão Eletrônico nº 20/2010	32/2010	Fornecimento de combustível (Óleo diesel comum), por demanda.	DISBRAVE - DISTRIBUIDORA BRASÍLIA DE VEÍCULOS S/A.	12.182,94	20/10/2010 a 19/10/2011
48000.001312/2010-47	Pregão Eletrônico nº 20/2010	33/2010	Fornecimento de combustível (Álcool Etílico Hidratado (item 1) e Gasolina Comum (item 3), por demanda.	BRASAL COMBUSTÍVEIS LTDA	146.886,30	20/10/2010 a 19/10/2011
48000.000753/2010-21	Pregão Eletrônico nº 15/2010	34/2010	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes (blazer social feminino composto de blazer e calça, blusa manga longa e curta).	EMPRESA DL COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA - ME	619,00	15/10/2010 a 14/12/2010
48000.000753/2010-21	Pregão Eletrônico nº 15/2010	35/2010	Uniformes (terno masculino, camisa manga longa e manga curta masculino e meia calça feminina).	EMPRESA CONE SUL COMÉRCIO DE TECIDOS E SERVIÇOS DE CONFECÇÕES LTDA	45.286,50	15/10/2010 a 14/12/2010
48000.000753/2010-21	Pregão Eletrônico nº 15/2010	36/2010	Fornecimento de uniformes (gravata, meia e sapato) para servidores operacionais de Agente de Vigilância, Motorista Oficial e Agente de Portaria.	LIMA DIAS ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA.	18.880,72	15/10/2010 a 14/12/2010
48000.000753/2010-21	Pregão Eletrônico nº 15/2010	37/2010	Fornecimento de uniformes (cintos) para servidores operacionais de Agente de Vigilância, Motorista Oficial e Agente de Portaria.	SHANON MODA MASCULINA LTDA.	2.274,08	15/10/2010 a 14/12/2010
48000.000753/2010-21	Pregão Eletrônico nº 15/2010	38/2010	Fornecimento de uniformes (sapatos femininos) para servidores operacionais de Agente de Vigilância, Motorista Oficial e Agente de Portaria.	AUGEMODAS ALFAIATARIA E CONFECÇÕES LTDA	143,98	15/10/2010 a 14/12/2010
48000.001385/2010-39	Adesão ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 01/2009 - DPF	41/2010	Fornecimento de solução de gerência de passivos (incluindo cabeamento) e serviços técnicos de migração dos equipamentos para adequação do Ambiente de Alta Disponibilidade, denominado Sala Cofre.	CONTROL TELEINFORMÁTICA LTDA	380.000,00	05/11/2010 a 05/03/2011
48000.001915/2010-49	Adesão ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 01/2009 - DPF	43/2010	Fornecimento de solução de vídeo conferência ao Ministério de Minas e Energia, incluindo garantia <i>on-site</i> de 36 meses, (Lote 01 – Item 02 CODEC High Definition (HD) de sala de grupo).	MAHVLA TELECOMM CONSULTORIA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA	28.000,00	28/10/2010 a 28/12/2010
48000.001613/2010-71	Pregão Eletrônico nº 12/2010	44/2010	Prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, local e interestadual.	TRÊS PODERES MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA EPP	49.242,36	19/11/2010 a 18/11/2011

Tabela 35 - Relação de Processos com Aplicação de Penalidades no Exercício de 2010

PROCESSO Nº	EMPRESA	SANSÃO	VALOR (R\$)	SITUAÇÃO
48000.001959/2009-35	AIRES TURISMO LTDA	GARANTIA	8.380,05	EM APURAÇÃO
48000.000311/2010-85	ENTERPOL – ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	GARANTIA	616,18	DESCONTADA
48000.000851/2009-25	DATA GRAPHICS TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA	DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	13.687,44	EM APURAÇÃO (RESCINDIDO)
48000.002432/2007-66	CONE SUL COM. TECIDOS E SERV. DE CONFECÇÕES LTDA	DESCUMPRIMENTO DE PRAZO DE ENTREGA DE MATERIAIS	3.616,66	EM APURAÇÃO
48000.002432/2007-66	JOSEILSON FERREIRA DE SOUZA	DESCUMPRIMENTO DE PRAZO DE ENTREGA DE MATERIAIS	316,67	EM APURAÇÃO
48000.001158/2010-11	VRM HOME CENTER DENTAL MÉDICA LTDA	DESCUMPRIMENTO DE PRAZO DE ENTREGA DE MATERIAIS	159,40	DESCONTADA
48000.000303/2009-03	RESTAURANTE ENCONTRO DO SABOR	DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULA CONTRATUAL	A DEFINIR	EM APURAÇÃO (RESCINDIDO)
48000.001928/2009-84	FÁBRICA DOS ALIMENTOS	DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULA CONTRATUAL	A DEFINIR	EM APURAÇÃO
48000.000543/2008-19	CONTRAT – ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL LTDA (MOTORISTA)	DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULA CONTRATUAL	A DEFINIR	EM APURAÇÃO (RESCINDIDO)
48000.000559/2010-46	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	DESCUMPRIMENTO DE PRAZO DE ENTREGA DE PRODUTO	3.520,00	DESCONTADA
48000.002141/2009-30	IMAGEM GEOSISTEMAS E COMÉRCIO LTDA	DESCUMPRIMENTO DE PRAZO DE ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS	11.840,00	DESCONTADA
48000.000635/2010-13	PEGA PEGA LTDA	DESCUMPRIMENTO DE PRAZO DE ENTREGA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE	418,32	A SER DESCONTADA
48000.000871/2010-30	ÚNICA DENTAL VENDAS DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA	DESCUMPRIMENTO DE PRAZO DE ENTREGA DE MATERIAS ODONTOLÓGICOS	499,78	DESCONTADA
48000.001461/2010-14	OFFICE MIX ATACADISTA LTDA	DESCUMPRIMENTO DE PRAZO DE ENTREGA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE	452,20	DESCONTDA

13.3 COORDENAÇÃO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - CMA

À Coordenação de Modernização Administrativa – CMA compete coordenar as atividades de análise e consolidação de projetos de estruturação e reestruturação organizacional, bem como de composição de cargos em comissão e funções gratificadas; programar e identificar prioridades para ações de melhoria da gestão pública, no âmbito do Ministério; desenvolver e acompanhar a execução de projetos de modelagem de processos organizacionais e de melhoria da qualidade de serviços e da gestão de informações; e elaborar e rever instrumentos normativos e de procedimentos necessários ao bom andamento das atividades de organização administrativa, segundo padrões e orientações estabelecidos.

No exercício de 2010, na área de organização administrativa, evidenciam-se os seguintes resultados:

- Consolidação do Relatório de Gestão da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, exercício 2009, em parceria com as Coordenações-Gerais da SPOA, para compor o processo de Tomada de Contas Anual da referida Unidade Jurisdicionada.
- Análise do Regimento Interno do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, compreendendo: a) elaboração de orientação técnica-normativa, em 7/6/2010, para a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM conduzir a revisão/correção do mencionado documento; e b) revisão da última versão do Regimento Interno do DNPM, com a instrução do processo nº 48400-000543/2010-04 – DNPM, por meio da Nota Técnica nº 2/2010-CMA-SPOA/AEGE-SE/MME, de 21/12/2010.
- Elaboração da Norma Operacional - NO SPOA/MME nº 001, de 15/9/2010, que estabelece regras básicas para a gestão de documentos e processos no âmbito do Ministério de Minas e Energia.
- Consolidação da minuta de Regimento da Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo do Ministério de Minas e Energia – SubSIGA/MME, instituída por meio da Portaria MME nº 25, de 2004, alterada pelas Portarias MME nº 258, de 22 de setembro de 2006, e nº 513, de 5 de maio de 2010.
- Proposta de minuta de Instrução Normativa sobre a gestão da documentação oficial, conforme os critérios de sigilo, de disponibilidade e de integridade no âmbito do MME.
- Revisão e padronização do Manual do Programa de Estágio do MME elaborado pela CGRH.
- Consolidação da Portaria MME nº 82, de 8/3/2010, que delega competência a autoridades do MME para, nos termos do art. 1º da Portaria MP nº 505, de 29/12/2009, autorizarem viagem dos servidores a eles subordinados.
- Definição do modelo “Cadastro de Indicadores de Desempenho” da SPOA, bem como consolidação e acompanhamento das proposições apresentadas pelas Coordenações-Gerais da Subsecretaria, atividade realizada em parceria com o Gab/SPOA.
- Consolidação da minuta do Manual de Gestão Documental do Ministério de Minas e Energia.
- Consolidação da Norma Operacional - NO SPOA/MME nº 002, de 16/9/2010, que estabelece orientações e procedimentos referentes ao ressarcimento, mediante auxílio de caráter indenizatório, da contrapartida do Plano de Assistência à Saúde Individual, Familiar, Coletivos por Adesão e/ou Coletivos Empresariais aos servidores ativos,

inativos, seus dependentes e pensionistas, no âmbito do MME. (revogada pela Portaria SPOA nº 66, de 8/11/2010).

- Participação efetiva no Comitê de Segurança da Informação deste Ministério.
- Revisão da minuta da Política de Segurança da Informação no âmbito do MME (PSI-MME), proposta pelo Comitê de Segurança da Informação.
- Participação das reuniões do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 872, de 28/10/2010, publicada no Boletim de Pessoal Especial nº 12, de 28/10/2010, com o objetivo de propor minuta de Portaria que estabelece regras, critérios e procedimentos específicos de avaliação individual e institucional visando à atribuição da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – GDPGPE, no MME.
- Reorganização do fluxo de trabalho e do layout do Protocolo Geral, em função da implantação da nova sistemática de gestão de documentos, atividade executada em parceria com a CGRL, em 1º/9/2010.
- Elaboração e (ou) revisão de formulários referentes a serviços prestados pelas Coordenações-Gerais da SPOA, disponíveis na Comunidade/MME para preenchimento.
- Padronização dos modelos de documentos disponíveis no Sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos e Processos (Docflow).
- Gerenciamento e alimentação do Sistema DELEGA, que condensa os atos de delegação e subdelegação de competência praticados pelos titulares dos órgãos deste Ministério.
- Participação das oficinas de fortalecimento do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG, promovidas pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

ANEXO I - REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

Assunto: Declaração sobre a atualização das informações referentes a Contratos e a Convênios, firmados pelo MME, disponíveis no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, a cargo da UJ, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

a) Sobre Contratos

As informações referentes a contratos firmados pelo MME estão disponíveis e atualizadas, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), nos termos do art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Responsáveis:

- Ivone Maria das Neves
Coordenadora de Administração de Contratos
- Simone Marcia Borges
Coordenadora-Geral de Compras e Contratos

b) Sobre Convênios

Por meio da Portaria nº 494, de 22 de dezembro de 2009, da Secretaria-Executiva do MME, foi aprovada a nova sistemática para a tramitação, celebração, execução, fiscalização e análise de prestação de contas de convênio ou instrumentos congêneres celebrados, a partir de 30 de maio de 2008, no âmbito do Ministério de Minas e Energia. Com isso, foi transferida para as Secretarias finalísticas do MME a condução do referido processo, inclusive a atualização do Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.

Com a edição da Portaria nº 459, de 1º de dezembro de 2009, do Ministro de Estado de Minas e Energia, foi alterado o Regimento Interno da Secretaria-Executiva do MME, mediante a revogação dos incisos dos arts. 26 e 28, que atribuíam à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF e à Coordenação de Contabilidade competências relacionadas a convênios.

Atualmente, a UJ, por meio da Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH), mantém atualizados, no SICONV, os dados sobre o convênio com a Fundação de Seguridade Social – GEAP.

Responsáveis:

- Severino Barbosa dos Santos
Assistente/CGRH
- Carlos Eduardo Mendes Galvão
Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Brasília, 24 de março de 2011.

ANEXO II - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO (Parte B - DN TCU nº107/2010)

Quadro 35 - Declaração do Contador com Ressalva (Quadro B.1.2)

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA
UJ: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME UG: 320002 – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2010, EXCETO no tocante a:</p>
<p><u>BALANÇO FINANCEIRO</u></p>
<p>INGRESSOS Transferências Recebidas Valores Diferidos - Inscrição</p>
<p>Nota 1 – Conta Contábil: 114240000 - Valores Diferidos No encerramento do exercício, a conta apresentou o saldo de R\$ 331.720.512,36 (trezentos e trinta e um milhões, setecentos e vinte mil, quinhentos e doze reais e trinta e seis centavos), divergente dos valores reais com as suas respectivas fontes constantes na conta 112160400 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. A divergência está em processo de regularização.</p>
<p>DISPÊNDIOS Transferências Concedidas Valores Diferidos - Inscrição</p>
<p>Nota 2 – Conta Contábil: 214200000 - Valores Diferidos No encerramento do exercício, a conta apresentou o saldo de R\$ 12.950.277.275,85 (doze bilhões, novecentos e cinquenta milhões, duzentos e setenta e sete mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), divergente dos valores reais com as suas respectivas fontes constantes na conta 112160400 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. A divergência está em processo de regularização.</p>
<p><u>BALANÇO PATRIMONIAL</u></p>
<p>ATIVO Ativo Financeiro Créditos em Circulação</p>
<p>Nota 3 – Conta Contábil: 112690000 - Outros Valores em Trânsito Saldo de R\$ 1.041.555.238,64 (hum bilhão, quarenta e um milhão, quinhentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos), refere-se às transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997) a Estados e Municípios; Transferência de Cotas-Partes da Compensação Financeira - Tratado Itaipu (Lei nº. 8.001/1990 - art. 1º e 2º) a Estados e Municípios já pagas e não baixadas. O efetivo pagamento é realizado pela Coordenação-Geral de Programação Financeira – COFIN/STN e a liquidação da despesa ocorre no prazo de tempo muito dilatado, de forma a deixar saldo elevado nos meses subsequentes. Cabe informar que tal fato já foi informado à Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/STN para adoção de procedimentos adequados e continuamos no aguardo da regularização de rotina no SIAFI.</p>
<p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>
<p>Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2011.</p>
<p>Elizane Velozo Costa Guedes Contadora Responsável CRC – DF nº 018138/O-2</p>

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

UJ: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME
UG: 320004 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL Valores em R\$ 1,00

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2010, EXCETO no tocante a:

BALANÇO FINANCEIRO

DISPÊNDIOS

Transferências Concedidas
Valores Diferidos - Inscrição

Nota 1 – Conta Contábil: 214200000 - Valores Diferidos

No encerramento do exercício, a conta apresentou o saldo de R\$ 2.960.416,78 (dois milhões, novecentos e sessenta mil, quatrocentos e dezesseis reais e setenta e oito centavos), divergente dos valores reais com as suas respectivas fontes constantes na conta 112160400 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. A divergência está em processo de regularização.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO PERMANENTE

Imobilizado
Bens Móveis e Imóveis

Nota 2 – Conta Contábil: 142123000 - Máquinas e Equipamentos Energéticos

O valor de R\$ 87.115.740,58 (oitenta e sete milhões, cento e quinze mil, setecentos e quarenta reais e cinquenta e oito centavos), constante no SIAFI, diverge do Relatório de Movimentação de Bens Móveis, pois este apresentou o saldo de R\$ 32.269.932,33 (trinta e dois milhões, duzentos e sessenta e nove mil, novecentos e trinta e dois reais e trinta e três centavos).

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2011.

Elizane Velozo Costa Guedes
Contadora Responsável
CRC – DF nº 018138/O-2

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

UJ: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME
UG: 320005 – Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2010, EXCETO no tocante a:

BALANÇO FINANCEIRO

DISPÊNDIOS

Transferências Concedidas
Valores Diferidos - Inscrição

Nota 1 – Conta Contábil: 214200000 - Valores Diferidos

No encerramento do exercício, a conta apresentou o saldo de R\$ 8.629.970,84 (oito milhões, seiscentos e vinte e nove mil, novecentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos), divergente dos valores reais com as suas respectivas fontes constantes na conta 112160400 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. A divergência está em processo de regularização.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2011.

Elizane Velozo Costa Guedes
Contadora Responsável
CRC – DF nº 018138/O-2